

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
MOVIMENTO HUMANO**

Jogos Olímpicos 2016: Significados e legados para professores
universitários do Rio de Janeiro

Nathalia Sara Patreze

2020

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

NATHALIA SARA PATREZE

**JOGOS OLÍMPICOS 2016: SIGNIFICADOS E
LEGADOS PARA PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Metodista de Piracicaba, para obtenção do Título de Mestra em Ciências do Movimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra. Cinthia Lopes da Silva.

PIRACICABA
2020

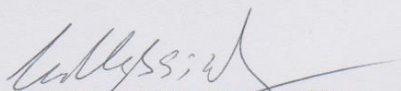
Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Joyce Rodrigues de Freitas - CRB-8/10115.

P314j	<p>Patreze, Nathalia Sara</p> <p>Jogos Olímpicos 2016: Significados e legados para professores universitários do Rio de Janeiro/ Nathalia Sara Patreze. – 2020. 168 f. : il. ; 30 cm</p> <p>Orientador: Profa. Dra. Cinthia Lopes da Silva. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Ciência do Movimento Humano, Piracicaba, 2020.</p> <p>1. Política pública. 2. Atividades de lazer. 3. Educação Física. I. Patreze, Nathalia Sara II. Título.</p> <p>CDD – 351.81</p>
-------	---


**JOGOS OLÍMPICOS 2016: SIGNIFICADOS E LEGADOS PARA PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DO RIO DE JANEIRO**

NATHALIA SARA PATREZE

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 20 de fevereiro de 2020, pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:


Profa. Dra. Cinthia Lopes da Silva
Presidente e Orientadora – UNIMEP

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha
USP


Profa. Dra. Pamela Roberta Gomes Gonelli
UNIMEP

*Dedico este trabalho a todos os professores, e em especial os de
Educação Física.*

AGRADECIMENTOS

“Acho que está lá no Guimarães Rosa, em lugar que não me lembro: que a coisa não está no outro lado, na chegada; ela está é na travessia, enquanto se vai indo... A gente navega, sem prestar atenção, esperando chegar lá para encontrar no depois, sem saber que a coisa vai com à gente no agora, mesma canoa, e é só chegar que ela trata de sumir...”

Rubem Alves, A arte de ensinar é uma necessidade para o homem.

Aos professores de Educação Física que participaram deste trabalho.

À professora Cinthia, orientadora deste estudo (e de outros que me levaram até a realização do mesmo).

Aos professores Pamela e Ricardo, membros da Comissão Julgadora.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura (GELC).

A todos os professores que participaram da minha formação.

À minha família.

Aos colegas e amigos de todas as circunstâncias da vida.

À UNIMEP e à CAPES pelo financiamento deste trabalho.

É com muita alegria e gratidão que deixo aqui registrado meus sentimentos por todas essas pessoas queridas e iluminadas que fizeram parte desse processo “de travessia” tão especial.

“A ‘espetacularização’ do esporte mercadoria e os outros pontos [...] não devem ser motivo para considerarmos os megaeventos supérfluos, baseados na hierarquização das necessidades. Nem justifica levá-los em conta somente como gastos sem retorno. Eles estão aí, apresentados à sociedade brasileira, e, como já vimos, podem ser positivos ou negativos. Trata-se, assim, de não considerá-los somente pelos seus aspectos ‘negativos’, o que contribui para uma visão crítica, mas pouco criativa das políticas públicas setoriais da área”.

(MARCELLINO, 2013, p.13)

RESUMO

Nos últimos anos o Brasil foi sede de diversos megaeventos. Os megaeventos esportivos contemporâneos têm como características o grande número de pessoas envolvidas, a visibilidade mundial do país e cidade sede, os altos investimentos para sua realização e a grande transformação estrutural pela qual a cidade anfitriã irá se submeter, causando grandes modificações nos contextos sociais, culturais e estruturais. Tais investimentos e reestruturações podem trazer impactos e legados sociais tanto positivos como negativos, podendo estar associados a estratégias para a promoção de uma maior qualidade de vida da população do país e da cidade sede, desde que, suas ações estejam orientadas pelas necessidades da cidade e da população mais pobre e vulnerável socialmente, como em regiões carentes de recursos. Nesse sentido, a realização de megaeventos esportivos pode significar um maior número de investimentos, porém podem representar também oportunidades de conquista dos direitos sociais por parte da população, assim como uma maior democratização acerca do tema, sobre seus possíveis impactos e legados sociais e a criação e o aprimoramento de políticas públicas de esporte e lazer. Portanto, este trabalho tem como objetivos: 1) Identificar e analisar a produção bibliográfica referente aos Jogos Olímpicos de 2016; 2) Identificar e analisar os significados e os legados sociais positivos e negativos em função da realização dos Jogos Olímpicos 2016 para professores de cursos de graduação em Educação Física que atuam em instituições localizadas no município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Realizamos pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, nesta última utilizamos a técnica de entrevistas semiestruturadas. Da pesquisa bibliográfica emergiram 5 tópicos principais: 1) Megaeventos esportivos; 2) Megaeventos esportivos, reestruturação urbana e a produção do espaço: posicionamento da cidade sede num contexto global neoliberal; 3) Megaeventos esportivos: impactos e legados sociais; 4) Megaeventos esportivos: impactos e legados sociais para o esporte, lazer e atividade física; e 5) Motivações para realizar megaeventos esportivos e o caso dos Jogos Olímpicos 2016. Na pesquisa de campo, entrevistamos 8 professores que atuam no ensino superior em Educação Física da cidade do Rio de Janeiro. Os achados indicam que os professores atribuem significados tanto positivos como negativos da realização dos Jogos Olímpicos 2016, sendo que, a visibilidade do país foi a mais mencionada como positivo e a falta de legado o significado negativo mais destacado. A infraestrutura e a mobilidade foram mencionadas como principais legados positivos e a falta de legado foi o principal legado negativo. Os professores mencionaram momentos marcantes positivos e negativos da realização dos Jogos Olímpicos 2016. Para os entrevistados não houve aumento da prática de lazer, esporte e atividade física em função dos Jogos Olímpicos 2016, e são mencionados alguns avanços e problemas relacionados às políticas públicas de esporte e lazer.

Palavras-chave: Política pública; Atividades de lazer; Esportes; Educação Física; Docentes.

ABSTRACT

In recent years, Brazil has hosted several mega events. Contemporary sporting mega events are characterized by the large number of people involved, the world visibility of the country and host city, the high investments for its realization and the major structural transformation that the host city will undergo, causing major changes in social contexts, cultural and structural. Such investments and restructuring can bring both positive and negative impacts and social legacies, and may be associated with strategies to promote a better quality of life for the population of the country and the host city, provided that their actions are guided by the needs of the city and of the poorest and most socially vulnerable population, as in resource-poor regions. In this sense, holding Sporting mega events can mean a greater number of investments, but they can also represent opportunities for the population to conquer social rights, as well as greater democratization on the subject, on its possible impacts and social legacies and the creation and the improvement of public sports and leisure policies. Therefore, this work aims to: 1) Identify and analyze the bibliographic production related to the 2016 Olympic Games; 2) Identify and analyze the meanings and positive and negative social legacies due to the holding of the 2016 Olympic Games for teachers of undergraduate courses in Physical Education who work in institutions located in the city of Rio de Janeiro. It is a qualitative research. We carry out bibliographic research and field research, in the latter we use the technique of semi-structured interviews. From the bibliographic research, 5 main topics emerged: 1) Mega sporting events; 2) Mega sporting events, urban restructuring and the production of space: positioning the host city in a global neo-liberal context; 3) Sports mega-events: impacts and social legacies; 4) Sports mega-events: impacts and social legacies for sport, leisure and physical activity; and 5) Motivations for holding mega sporting events and the case of the 2016 Olympic Games. In the field research, we interviewed 8 teachers who work in higher education in Physical Education in the city of Rio de Janeiro. The findings indicate that teachers attribute both positive and negative meanings of the 2016 Olympic Games, with the country's visibility being the most mentioned as positive and the lack of legacy as the most prominent negative meaning. Infrastructure and mobility were mentioned as the main positive legacies and the lack of legacy was the main negative legacy. The teachers mentioned significant positive and negative moments of the 2016 Olympic Games. For the interviewees, there was no increase in the practice of leisure, sport and physical activity due to the 2016 Olympic Games, and some advances and problems related to public sports policies are mentioned. and leisure.

Keywords: Public Policy; Leisure Activities; Sports; Physical education; Teachers.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	12
2 INTRODUÇÃO.....	14
3 OBJETIVOS.....	18
4 MATERIAIS E MÉTODOS.....	19
4.1 Pesquisa bibliográfica.....	19
4.2 Pesquisa de campo.....	22
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	29
5.1 Megaeventos esportivos.....	32
5.1.1 Características dos megaeventos esportivos.....	32
5.1.2 A experiência do Brasil como sede de megaeventos esportivos.....	38
5.1.3 Manifestações populares e os megaeventos esportivos no Brasil...39	
5.1.4 Participação popular e o envolvimento da comunidade.....	43
5.2 Megaeventos esportivos, reestruturação urbana e a produção do espaço: posicionamento da cidade sede num contexto global neoliberal.....	47
5.2.1 Transformação do espaço urbano: especulação imobiliária, gentrificação e remoções forçadas.....	50
5.2.2 Governança neoliberal e a relação Estado/mercado.....	54
5.2.3 O Rio de Janeiro, as favelas e os Jogos 2016: construção e valorização de uma nova imagem de cidade turística global.....	59

5.3	Megaeventos esportivos: impactos e legados sociais.....	63
5.4	Megaeventos esportivos: impactos e legados sociais para o esporte, lazer e atividade física.....	72
5.5	Motivações para realizar megaeventos esportivos e o caso dos Jogos Olímpicos 2016.....	84
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO – PESQUISA DE CAMPO.....	89
6.1	Experiência profissional e acadêmica dos professores entrevistados.....	89
6.2	Significados dos Jogos Olímpicos 2016.....	93
6.3	Legados sociais positivos dos Jogos Olímpicos 2016.....	100
6.4	Legados sociais negativos dos Jogos Olímpicos 2016.....	107
6.5	Momentos marcantes dos Jogos Olímpicos 2016.....	117
6.6	Percepções sobre a prática esportiva e de lazer.....	122
6.7	Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos Jogos Olímpicos 2016.....	131
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
	REFERÊNCIAS.....	152
	APÊNDICES.....	159
	ANEXOS.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EF – Educação Física

JO – Jogos Olímpicos

ME – megaeventos esportivos

1 APRESENTAÇÃO

Os Jogos Olímpicos (JO) são o maior evento esportivo da contemporaneidade, e que tem se expandido a cada edição realizada, o que pode ser observado, por exemplo, pela crescente quantidade de participantes e pelas demandas necessárias à sua realização. Por ter essa característica de “mega”, também pode ocasionar grandes transformações, principalmente em países em desenvolvimento, que normalmente, requerem maiores investimentos em infraestrutura. Se os recursos e as ações relacionadas ao evento forem bem planejados podem trazer melhorias para a sociedade, desde que suas políticas e projetos estejam voltados, especialmente para as necessidades da população local.

Assim, buscamos identificar quais as transformações que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro para a realização dos JO 2016, e como isso impactou na vida da população local, a partir da literatura e da visão de um grupo de professores de Educação Física (EF), buscando compreender também quais seus desdobramentos para a área, com ênfase em aspectos socioculturais.

Há registros históricos da realização das Olimpíadas desde a época da antiguidade, sendo que, no ano de 1896 realizou-se os primeiros JO da era moderna. Contudo, são eventos realizados desde há muito tempo, que sofreram e exerceram – e sofrem e exercem – relações e influências nas sociedades em que se desenvolvem, assim como o próprio fenômeno esportivo. Sendo dessa forma, entendemos os JO como eventos que são realizados em diferentes contextos e realidades sociais e culturais, ou seja, que se diferenciam pelo contexto histórico

e sociocultural em que ocorrem, portanto, englobam diferentes significados, impactos e legados sociais positivos e negativos, o que não difere do caso dos JO 2016 realizados no Brasil.

Por isso, consideramos a importância deste estudo e de outras pesquisas que possam contribuir para o conhecimento sobre a realização sobre os megaeventos esportivos (ME), para que cada vez mais eles sejam compreendidos de forma abrangente, e aperfeiçoados no que se refere às políticas públicas, trazendo mais impactos e legados sociais positivos para os países e cidades que os sediam, e que possam contribuir para a vivência de valores, assim como, os valores Olímpicos.

O acesso às práticas corporais e às atividades de lazer está intimamente relacionado com fatores socioculturais, como políticas públicas que estimulem e tragam autonomia para as pessoas e também às condições necessárias à sua prática, o que se confirma de forma acentuada neste trabalho. Isso também quer dizer que a EF necessita continuar avançando e rompendo com a visão biologicista e mercadológica da área para a construção e efetivação de políticas públicas. O tema é complexo e merece a interpretação de diferentes “olhares”, e aqui buscamos nos orientar por meio da EF e a partir de uma perspectiva sociocultural, buscando ampliar e redirecionar nossa fonte de observação e análise.

É uma imensa alegria poder compartilhar este estudo, e esperamos que esta apresentação tenha despertado o interesse no texto.

Boa leitura!

2 INTRODUÇÃO*

O Brasil sediou o maior evento esportivo do planeta: os Jogos Olímpicos de Verão. Além deste evento realizado em 2016, o país foi sede de diversos megaeventos esportivos (ME). Isso se iniciou em 2007, quando o país foi sede dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos. Também foram realizados outros ME no Brasil, como os Jogos Mundiais Militares (2011), os Jogos Mundiais dos Trabalhadores (2013), a Copa das Confederações de Futebol (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (2015). Quase todos esses eventos foram realizados na cidade do Rio de Janeiro, exceto: os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, realizado na cidade de Palmas, Tocantis; A Copa das Confederações; e a Copa do mundo de Futebol, que ocorreu em diversas cidades brasileiras, incluindo o Rio de Janeiro.

Esse período histórico de realização de ME no país se estendeu até 2019, ano da realização da Copa América 2019¹, na qual as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador foram as anfitriãs das disputas². O país também sediou a Copa do Mundo de Futebol Sub-17 nesse mesmo ano e também se candidatou para sediar a Copa do Mundo de Futebol

* Esta dissertação segue o formato do manual para elaboração de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UNIMEP. Disponível em: <<http://www.unimep.br/anexo/adm/21082014073940.pdf>>. Citações e referências baseadas na norma NBR 6023, de 2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

¹ O Brasil é o país que deveria ter sediado a Copa América em 2015 de acordo com o rodízio proposto pela Comenbol, no entanto, fez uma troca com o Chile, que realizou a competição neste ano. As razões da troca envolvem questões internas, relacionadas ao contexto brasileiro, e externas, que dizem respeito ao momento histórico que vivenciava o Chile. Ver em: <<https://trivela.com.br/especial/como-a-copa-america-pode-salvar-o-governo-chileno/>>.

² Gazeta Esportiva. Disponível em: < GAZETA ESPORTIVA. CBF anuncia cidades-sede da Copa América de 2019. Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/times/brasil/cbf-anuncia-cidades-sede-da-copa-america-de-2019/>. Acesso em: jun. 2018.

feminino em 2023³. Frente a realização de todos esses eventos, o Brasil passou a ter uma maior exposição e a estar em evidência internacionalmente, com grande atuação da mídia na sua promoção.

A literatura indica que os impactos e os legados sociais de ME podem ser tanto positivos como negativos, e podem se modificar com o passar do tempo (PREUSS, 2007; REPPOLD FILHO, 2016; ROLNIK, 2016; PREUSS et al., 2016; LOPES DA SILVA et al., 2017; ROBINSON, LOPES DA SILVA e PATREZE, 2017; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

Os ME tem gerado preocupações por conta dos investimentos necessários para sua realização e dos impactos e legados sociais que deixarão, que podem ser tanto positivos como negativos, além de serem temas complexos e difíceis de serem mensurados, ainda mais considerando todo o ciclo do evento, desde a candidatura, o planejamento e a preparação, a realização e após, ou seja, em longo prazo, o que podemos chamar de legado, e que pode não acontecer como o esperado ou demorar para ser mais significativo, deixando por vezes, incógnitas e desconfiança a respeito da realização de ME.

Vico, Uvinha e Gustavo (2019) comentam que os impactos sociais e culturais dos ME são menos tangíveis, ou seja, mais difíceis de serem mensurados quando comparados aos impactos econômicos, que também são considerados complexos e difíceis, sendo que faltam avaliações após o evento, que é uma fase que necessita de gerenciamento. Gratton e Preuss (2008) sugerem que o legado pode demorar cerca de 15 a 20 anos para poder ser mensurado de forma satisfatória.

³ Disponível em: <<https://www.lance.com.br/selecao-brasileira/brasil-candidata-sede-copa-mundo-futebol-feminina-2023.html>>. Acesso em: mar. 2019.

Portanto, é fundamental pensar como os investimentos serão utilizados e distribuídos, tanto nos momentos de candidatura como também durante e após a realização, e como as reestruturações urbanas podem impactar nas desigualdades sociais (MELO e GAFFNEY, 2010). A gestão pós-evento deve fazer parte dos planos gerais para o desenvolvimento do tecido urbano e a comunidade em questão.

Na visão de Marcellino (2013), para que sejam maximizados os impactos e legados sociais positivos em detrimento de impactos e legados sociais negativos no contexto da realização de ME, são necessárias políticas públicas que: 1) reconheçam as necessidades e possibilidades de intervenção para melhoria de vida da população; 2) democratizem os direitos sociais; 3) busquem a minimização de barreiras socioeconômicas e culturais (inter e intraclasses sociais); 4) garantam o acesso aos espaços e equipamentos de lazer; 5) Realizem a manutenção; 6) garantam a formação profissional para atendimento ao público. Robinson, Lopes da Silva e Patreze (2017) constataram que, para se obter bons resultados de legados sociais há a necessidade de uma gestão adequada e políticas públicas que permitam o acesso aos espaços e equipamentos de esporte e lazer.

Considerando que os ME podem gerar impactos e legados sociais positivos e negativos nos países e, principalmente, nas cidades sedes, nos questionamos: Quais os impactos e legados sociais dos JO 2016 na visão de professores universitários da cidade do Rio de Janeiro? Assim, este trabalho discursa sobre os ME e os eventos realizados no Brasil, especialmente os JO 2016, os seus significados, impactos e legados sociais encontrados na literatura e na pesquisa de campo com um grupo de professores. Também apresenta dados

sobre a realidade atual de algumas das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil sob a ótica dos professores entrevistados e abrange algumas possibilidades para uma possível reversão do quadro. Este estudo visa contribuir para o campo dos ME e futuras edições, para a área da EF, do lazer, e das políticas públicas.

Esta dissertação está organizada nos seguintes tópicos: 3) Objetivos; 4) Materiais e métodos; 5) Resultados e discussão da pesquisa bibliográfica; 6) Resultados e discussão da pesquisa de campo; e 7) Considerações finais.

No capítulo dos resultados e da discussão da pesquisa bibliográfica sobre os JO 2016, desenvolvemos 5 subtópicos, sendo eles: 5.1) Megaeventos esportivos: características e a experiência do Brasil como país sede; 5.2) Megaeventos esportivos, reestruturação urbana e a produção do espaço: posicionamento da cidade sede num contexto global neoliberal; 5.3) Megaeventos esportivos: impactos e legados sociais; 5.4) Megaeventos esportivos: impactos e legados sociais para o esporte, lazer e atividade física; e 5.5) Motivações para realizar megaeventos esportivos e o caso dos Jogos Olímpicos 2016.

Já a pesquisa de campo está organizada de acordo com os seguintes tópicos: 6.1) Experiência profissional e acadêmica dos professores entrevistados; 6.2) Significados dos JO 2016; 6.3) Legados sociais positivos dos Jogos Olímpicos 2016; 6.4) Legados sociais negativos dos Jogos Olímpicos 2016; 6.5) Momentos marcantes dos Jogos Olímpicos 2016; 6.6) Percepção sobre a prática esportiva e de lazer; e 6.7) Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos Jogos Olímpicos 2016.

3 OBJETIVOS

1) Identificar e analisar a produção bibliográfica referente aos Jogos Olímpicos de 2016.

2) Identificar e analisar os significados e os legados sociais positivos e negativos em função da realização dos Jogos Olímpicos 2016 para professores de cursos de graduação em Educação Física que atuam em instituições localizadas no município do Rio de Janeiro.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Foram realizadas pesquisa bibliográfica e de campo sobre os JO 2016.

Este trabalho possui abordagem qualitativa. Segundo Minayo (1994, p. 22)

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Dessa forma, pretendemos identificar elementos que o constituem enquanto um evento portador de significados, de impactos e legados sociais em determinados contextos, que se relaciona com a sociedade, e nesta relação recebe e exerce influências e transformações nela e sobre ela, por isso, tem diferentes significados e valores em diferentes sociedades.

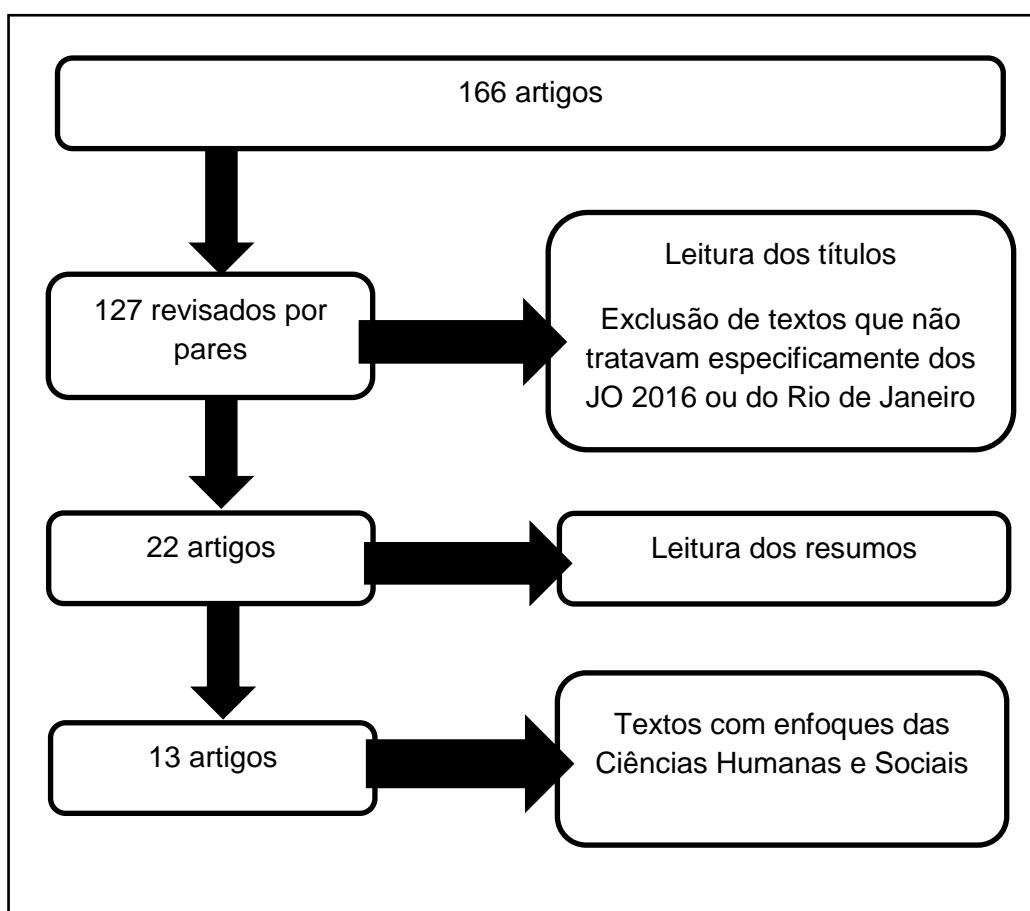
4.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi feita no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - <http://www.periodicos.capes.gov.br/>), utilizando o termo “Jogos Olímpicos 2016”. A pesquisa foi realizada em março de 2019. Segundo Severino (2016, p. 131) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros,

artigos, teses etc”. Como critérios de inclusão/exclusão limitamos a busca a publicações mais recentes, feitas nos anos de 2016 a 2019.

Foram encontrados 166 artigos, optamos por avaliar o título dos artigos revisados por pares, que somavam um total de 127 textos. Após a leitura do título dos 127 artigos, foram excluídos os que não tratavam especificamente dos JO ou da cidade do Rio de Janeiro, e foram excluídos os artigos que apenas mencionavam a palavra JO, mas não tinham a temática como principal objeto de estudo. Devido a isso, foram selecionados 22 artigos para a leitura do resumo, pois esses textos abrangem temáticas especificamente relacionadas aos JO e ao Rio de Janeiro, de acordo com perspectivas sociais de análise.

Realizamos a leitura dos 22 resumos e a partir dela foram selecionados 13 artigos considerados relevantes para a realização deste estudo. Como critério de inclusão, selecionamos artigos que trazem enfoques das Ciências Humanas e Sociais sobre os JO e sobre a cidade do Rio de Janeiro. A escolha por textos de abordagens das Ciências Humanas e Sociais, e que envolvem também a área do Movimento Humano e suas relações com a Cultura e a Educação, se deu pelo fato da nossa investigação ter como objetivo avaliar as produções acadêmicas que contribuem para a análise dos possíveis impactos e legados sociais que os JO podem ocasionar nos países e cidades sede. Portanto, os textos que se referem a área da Biodinâmica, como o desempenho dos atletas, o treinamento esportivo e assuntos correlatos foram excluídos. Segue a Figura 1, representando um organograma deste processo de seleção de textos.

Figura 1 - Organograma pesquisa bibliográfica: seleção dos textos

Fonte: autoria própria

Também utilizamos textos de autores brasileiros e estrangeiros especialistas no tema dos ME, que fundamentaram inicialmente este estudo, e textos com publicações recentes, e que nos ajudaram na revisão bibliográfica e na análise dos dados obtidos. Outros tipos de documentos também foram utilizados, como sites oficiais, jornais eletrônicos e outros tipos de informações que puderam contribuir para a construção deste trabalho.

Para a leitura, análise e interpretação dos textos selecionados na fase da pesquisa bibliográfica, adotamos as diretrizes metodológicas propostas por Severino (2016), o autor propõe cinco etapas para o entendimento do texto para

fins de estudo, sendo elas: textual, temática, interpretativa, problematização e síntese pessoal. As diretrizes propostas pelo autor nos auxiliou na organização para a leitura, interpretação e análise dos artigos, como também das entrevistas.

4.2 Pesquisa de campo

Na pesquisa de campo entrevistamos oito professores de EF que atuam em universidades da cidade do Rio de Janeiro, e utilizamos como principais referências teórico metodológicas Minayo (1994), Duarte (2002) e Triviños (1987). As entrevistas ocorreram nos meses de fevereiro e outubro 2019. Consideramos esses professores como agentes sociais portadores de significados e representações, e sua prática pedagógica determinada culturalmente. Utilizamos as orientações de Duarte (2002) como referencial para identificar a saturação de dados das entrevistas semiestruturadas. De acordo com a autora a saturação de dados se dá:

quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos (DUARTE, 2002, p. 144).

A escolha pelo grupo de professores se deu ao fato da relação que a EF e seus conteúdos possuem com os ME, sendo assim, é fundamental identificar os significados, as representações, os valores e as crenças que são atribuídas por esses sujeitos aos JO 2016, a EF, ao lazer, e às políticas públicas,

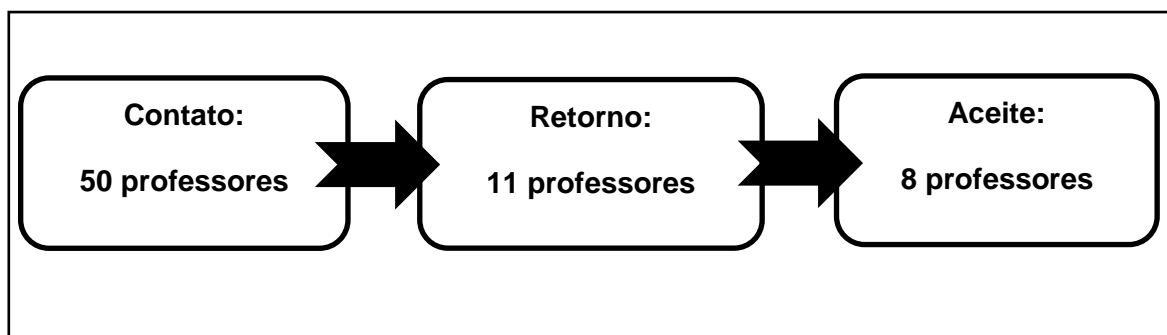
sendo que, esses profissionais podem ter amplo interesse em contribuir com a área. A escolha pelos professores serem residentes e/ou atuarem profissionalmente na cidade do Rio de Janeiro, deve-se ao fato de que os JO 2016 foram realizados neste local, portanto, podem ter legados mais consistentes, ou notáveis e visíveis a nível regional, pois os principais investimentos e as principais estruturas para sediar o evento foram realizadas em tal cidade, somado ao fato de que esses sujeitos podem ter sido afetados pelo evento e possuir interesses em comum no desenvolvimento e melhoria da cidade.

Selecionamos os professores que adotam uma corrente teórica sociocultural da EF, ou seja, que possuem experiência profissional e/ou acadêmica relacionada a cultura corporal de movimento, ao lazer, esporte, políticas públicas e/ou gestão esportiva. O primeiro passo foi o de selecionar as instituições de ensino existentes na cidade, para isso usamos o portal do Ministério da Educação (MEC) (disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>>). Após a identificação das instituições, entramos no site das mesmas para encontrar o corpo docente, e como último passo da identificação, foi utilizada a plataformaattes para o acesso aos sujeitos e a leitura de seus currículos, para diagnosticar os possíveis participantes da pesquisa. O contato inicial com os professores selecionados foi realizado por e-mail por meio da mesma plataforma. Segue a Figura 2 sintetizando este processo de identificação e seleção dos sujeitos da amostra.

Figura 2 – Processo de seleção dos professores

Fonte: autoria própria

Foram contatados 33 professores e 17 professoras, somando um total de 50 docentes. Desses 50 contatados, 11 retornaram nosso e-mail inicial confirmando a possibilidade de contribuir com nossa pesquisa. Apesar do aceite de 11 docentes, conseguimos realizar entrevistas com 8 professores, pois alguns dos professores que em um primeiro momento haviam confirmado sua participação, após o retorno de nosso contato não obtivemos mais respostas sobre um possível dia, horário e meio de comunicação. Portanto, foram realizadas entrevistas com 8 docentes de cursos do ensino superior em EF que atuam em universidades no município do Rio de Janeiro. Segue a Figura 3 representando o processo de contato com os professores.

Figura 3 – Contato com os professores

Fonte: autoria própria

Consideramos o baixo número de aceites dos professores como limitações do estudo. Talvez a dificuldade de disponibilização para a entrevista e o tipo de abordagem realizada tenham sido fatores que impactaram para o baixo número de sujeitos participantes. Entendemos também como limitações, o critério de seleção dos professores apenas cadastrados na plataforma lattes e ainda que possuem experiência com lazer, esporte, políticas públicas e/ou gestão esportiva, ou seja, envolvidos com aspectos socioculturais da EF.

Ressaltamos a importância de pesquisas com a técnica de coleta de dados por meio de entrevistas, assim como deste trabalho, pois elas trazem importantes dados qualitativos e, no caso de nossa pesquisa, apresenta as percepções de um grupo bem específico de pessoas. É importante ressaltar que, além dos critérios relacionados à experiência profissional dos professores, eles também atuam em universidades localizadas na cidade do Rio de Janeiro, e dessa forma estão inseridos no contexto da cidade sede dos JO 2016. Apesar do baixo número de aceites, os professores entrevistados mostraram-se

interessados em contribuir, e forneceram dados relevantes, e que poderão ser utilizados na realização futura de ME e na construção de políticas públicas.

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987). Segundo o autor:

podemos entender por *entrevista semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Esses sujeitos nos trazem dados de suas perspectivas sobre os JO 2016, sobre a cidade do Rio de Janeiro e também referentes ao esporte e lazer no Brasil, que seguidamente foram interpretados com base na literatura. Utilizamos um roteiro de perguntas (Apêndice A) para a realização das entrevistas, sendo que, as questões principais foram: Qual o significado dos Jogos Olímpicos 2016 para você?; Quais os legados sociais positivos e negativos dos Jogos Olímpicos 2016 para você?; Em sua opinião, houve algum momento marcante relacionado aos Jogos Olímpicos 2016?; Você acha que as pessoas do Rio de Janeiro passaram a praticar mais esporte e lazer em função dos Jogos Olímpicos 2016?; e o que você acha das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil? Essas questões foram formuladas com base em outros estudos sobre ME (AZZINI, PATREZE e LOPES DA SILVA, 2017; LOPES DA SILVA et al., 2017; ROBINSON, LOPES DA SILVA e PATREZE, 2017).

Seis entrevistas foram feitas presencialmente e duas por meio de aplicativo de vídeo chamada, elas foram gravadas e transcritas para serem analisadas. As entrevistas tiveram duração de: 45 minutos (Professor A), 35 minutos (Professor B), 30 minutos (Professor C), 24 minutos (Professor D), 29 minutos (Professora E), 22 minutos (Professor F), 31 minutos (Professor G), e 30 minutos (Professor H), resultando em uma média de aproximadamente 31 minutos. Assim que fizemos o contato com os professores explicamos aos mesmos os propósitos da investigação e para os que concordaram em nos conceder a entrevista solicitamos a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) confirmando seu aceite.

Após a realização, transcrição e interpretação das entrevistas, fizemos a análise qualitativa da entrevista com os professores, a partir da interpretação dos dados coletados, tendo como base a fundamentação teórica da pesquisa bibliográfica, procurando identificar o significado e os legados sociais dos JO 2016 na visão dos professores entrevistados. Ressaltamos que na pergunta sobre os legados, alguns dos entrevistados também mencionaram o termo “impacto”, assim consideramos todos os aspectos mencionados pelos entrevistados, já que entendemos que são temas complexos e que podem gerar certa confusão sobre seus conceitos⁴. Para a análise qualitativa tivemos como base Minayo (1994), Duarte (2002) e Triviños (1987).

A pesquisa de campo envolveu riscos mínimos para os entrevistados, foi considerada a situação do entrevistado não querer responder alguma pergunta ou demonstrar constrangimento no momento da entrevista, no entanto, foi

⁴ Com base na literatura consultada, fazemos a diferenciação entre impactos e legados sociais no ítem 5.3.

respeitada a vontade, a compreensão e a opinião dos participantes da pesquisa independente de qual fosse. Na descrição e análise dos dados mantivemos o sigilo com relação à identificação dos entrevistados, para isso atribuímos uma letra do alfabeto a cada entrevistado como forma de identificação. Durante as entrevistas também mantivemos sigilo com relação às informações obtidas.

Para a sistematização da pesquisa foi utilizado o laboratório de Corporeidade e lazer/REDE CEDES, locado na UNIMEP. A realização da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimep mediante o parecer de número: 2.921.205. (Anexo B).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Este tópico se refere ao resultado da pesquisa bibliográfica, realizada a partir da palavra-chave “Jogos Olímpicos 2016”. A pesquisa foi realizada no portal da Capes no mês de março de 2019, e foram selecionados para este estudo 13 textos. Segue adiante o Quadro 1 representando os títulos, os autores e os anos de tais publicações. Seguidamente à isso apresentamos os dados encontrados nos estudos, dos quais emergiram os seguintes tópicos: 5.1) Megaeventos esportivos; 5.1.1) Características dos megaeventos esportivos; 5.1.2) A experiência do Brasil como sede de ME; 5.1.3) Participação popular e o envolvimento da comunidade; 5.2) Megaeventos esportivos, reestruturação urbana e a produção do espaço: posicionamento da cidade sede num contexto global neoliberal; 5.3) Megaeventos esportivos: impactos e legados sociais; 5.4) Megaeventos esportivos: impactos e legados sociais para o esporte, lazer e atividade física; e 5.5) Motivações para realizar megaeventos esportivos e o caso dos Jogos Olímpicos 2016.

Quadro 1 – Textos selecionados a partir da busca "Jogos Olímpicos 2016"

TEXTO	AUTOR(ES)	ANO
Jogos Olímpicos Rio de Janeiro 2016	Reppold Filho	2016
Jogos Olímpicos e direito à moradia adequada	Rolnik	2016
Valores associados aos Jogos Olímpicos	Preuss; Schütte; Könecke; Dacosta	2016
Megaeventos esportivos, política e legado: o Brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016	Almeida	2016

(Continua)

(Continuação)

TEXTO	AUTOR(ES)	ANO
A voz da comunidade na preparação de megaeventos: Rio 2016	Sebastião; Lemos	2016
Atividade física e Jogos Olímpicos: reflexões a partir de Londres 2012 e Rio 2016	Graeff; Bretherton; Piggin	2016
Megaeventos esportivos frente a pequenos eventos: reflexões considerando-se a realidade brasileira recente	Lima; Maia; Lobosco; Moraes	2016
BRT Transoeste: conflitos urbanos e contradições espaciais na “cidade atrativa”	Mendes; Legroux	2016
A favela é um cenário: tematização e cenarização nas favelas cariocas	Fagerlande	2017
A fotografia dos Jogos Olímpicos Rio 2016: mídias sociais, memes e engajamento	Américo; Margadona	2017
De cidade Maravilhosa à cidade mercadoria: o Rio de Janeiro como valor de troca	Vazquez	2017
Justiça ambiental e produção do espaço nos Jogos Rio 2016: o paradoxo do golfe olímpico	Mascarenhas	2018
Algumas Olimpíadas	Facina	2018

Fonte: autoria própria

Os artigos selecionados para este estudo são de diversas abordagens, com contribuições da EF, arquitetura e urbanismo, economia, administração, sociologia, geografia, comunicação, fotografia, direito e serviço social. Essa constatação está de acordo com os achados da literatura (ALMEIDA, 2016; REPPOLD FILHO, 2016; PREUSS et al., 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

Sobre a abrangência de campos interessados nos ME como objetos de estudo, Almeida (2016, p. 69) menciona que os ME são mais que competições

esportivas, e devido ao seu tamanho, complexidade e impactos, são necessários conhecimentos de diversos campos de estudo, inclusive das Ciências Sociais, que vem “acompanhando o crescimento da significância que o próprio fenômeno tem apresentado na sociedade moderna e globalizada nas últimas décadas”.

Reppold Filho (2016) constatou que até os anos 2000 não existia literatura científica brasileira relacionada aos ME, e que isso se modificou após o ano de 2007, no qual aumentou-se consideravelmente as produções de diferentes áreas, com contribuições da EF, da economia, administração, geografia e sociologia.

Preuss et al. (2016) também demonstra a variedade dos campos de estudo que envolvem os ME. Ao desenvolver pesquisa com especialistas e pesquisadores especialistas em JO, os autores identificaram diversas áreas de interesse, como economia, gestão, história, *marketing*, educação olímpica e legado. Vico, Uvinha e Gustavo (2019) comentam sobre a dimensão, complexidade e a importância que os ME passaram a contemplar nas últimas décadas, despertando crescente interesse e atenção de estudiosos, resultando na motivação de pesquisas de diferentes áreas como gestão, marketing, turismo, atividades de lazer, com contribuições da área sociocultural, como história e antropologia.

No próximo tópico deste trabalho, abordaremos sobre a visão dessas diversas áreas e pesquisadores sobre as características dos ME e a experiência do Brasil como país sede.

5.1 Megaeventos esportivos

5.1.1 Características dos megaeventos esportivos

Em investigação bibliográfica, Almeida (2016) apresenta um panorama sobre a definição do termo ME, políticas e legados. Ao explicar o conceito de ME, a autora traz algumas definições, como o estudo de Muller (2015), que ampliou os critérios de classificação dos eventos esportivos, com a proposta de considerá-los a partir do público, da mídia, do custo e da transformação, sugerindo que: Universíade, Jogos da Comunidade Britânica e Jogos Pan-Americanos são grandes eventos, os JO de inverno, Jogos Asiáticos, Expo, Copa do Mundo FIFA e Copa Europeia de Futebol são megaeventos e os JO de verão são gigaeventos. De acordo com Almeida (2016, p. 70) mais importante do que concordar ou discordar dos conceitos de ME propostos pela literatura

[...] é fundamental notar que a diferença de tamanho e complexidade entre os eventos internacionais são o primeiro passo para uma avaliação mais precisa dos impactos que a realização, as políticas e os legados podem ou não gerar nas cidades e países sede.

Assim, Os ME contemporâneos têm como características o grande número de pessoas envolvidas, os altos investimentos para sua realização e a grande transformação estrutural pela qual a cidade irá se submeter, causando grandes modificações. Tais investimentos e reestruturações podem trazer impactos e legados sociais tanto positivos como negativos. Os ME podem então,

estar associados a estratégias para a promoção de uma maior qualidade de vida da população da cidade anfitriã, desde que, suas ações estejam orientadas pelas necessidades da cidade e da população mais pobre e vulnerável socialmente, como em regiões carentes de recursos.

Para a realização de ME é necessário a organização de serviços e infraestrutura, assim os projetos destes eventos são feitos para atender padrões e exigências de instituições esportivas internacionais (VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019). Ao comentar sobre os JO, Rubio (2007) descreve que assim que uma cidade se candidata como sede desses eventos ela precisa idealizar uma infraestrutura viabilizando o conceito de que é viável receber tal evento. Em segundo lugar, a cidade deve certificar sua característica que a faz diferenciada e vantajosa em relação às outras candidatas. E por último, mostrar sua competência, ou seja, realizar as transformações necessárias para sua. Dessa forma, para tornar-se sede, o país e a cidade devem ter um projeto de candidatura, que será apresentado ao Comitê Olímpico Internacional (COI).

Assim sendo, os ME têm sido utilizados como forma de estimular e promover o desenvolvimento econômico e social dos países sedes, pois eles atraem investimentos em diversas áreas e demandam uma significativa injeção de capital em seu planejamento, execução e após o evento. São necessárias reestruturações urbanas e melhorias na infraestrutura do país e da cidade sede.

Dentro deste contexto, se faz importante e necessário pensar como essas transformações na cidade sede podem influenciar a vida dos seus moradores, no sentido de respeitar a vida social daquele local e promover melhorias em ambientes desprovidos de infraestrutura por meio de políticas

públicas. Se as intervenções urbanas forem adequadas, podem promover melhor qualidade de vida para a população, aumentar o turismo e melhorar a imagem e a notoriedade da cidade sede (VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

Por sua vez, tal fato tem causado algumas divergências considerando que algumas cidades priorizam o desenvolvimento de infraestrutura apenas em função do evento, com equipamentos restritos e temporários enquanto que, algumas outras visam projetos mais adequados e incorporados à cidade, possibilitando a ocupação e uso da população após o evento (RUBIO, 2007). Isso indica a necessidade de estudar os grandes eventos esportivos antes, durante e depois de sua realização.

Para Preuss (2007) as diferenças estruturais e sociais entre os países sede podem representar maiores ou menores investimentos. De acordo com o autor, países desenvolvidos tendem a ter um gasto menor comparado à países subdesenvolvidos ou emergentes na realização de grandes eventos esportivos, entretanto, para os países menos desenvolvidos podem significar desenvolvimento e melhorias em vários aspectos, se houver um planejamento adequado que atenda as demandas locais.

Apesar dos governos e organizadores destacarem os impactos positivos da realização de ME, a literatura especializada tem demonstrado que isso não é uma realidade, que os custos superam seus benefícios, sendo que, deve-se considerar que a ocorrência de ME em países em desenvolvimento necessita de maior infraestrutura, pois normalmente não há a infraestrutura necessária para recepcioná-lo, o que demanda grande investimento financeiro, e que pode se agravar caso haja problemas de planejamento, controle e execução,

o que tem sido comum nas experiências, portanto, ME tendem a gerar mais impactos negativos do que positivos, principalmente em economias emergentes (LIMA et al., 2016).

Lima et al. (2016) e Almeida (2016) sugerem que os grupos interessados em lucrar com os eventos utilizam estudos de organizações que também pretendem obter algum ganho com sua realização, assim os organizadores do evento e *stakeholders* (como por exemplo empresas do setor de construção), no intuito de receberem benefícios e licenciamentos advindos da realização de eventos reforçam a retórica de que sediar ME trazem legados positivos fundamentados em estudos provindos de entidades que também possuem interesse no evento, e que normalmente, superestimam seus impactos e legados positivos.

Diante dessas constatações, os investimentos demandados para os países que desejam sediar megaeventos esportivos têm gerado preocupações, principalmente devido a demanda de recursos públicos investidos nestes eventos (PREUSS, 2007; MELO e GAFFNEY, 2010; ALMEIDA e JÚNIOR, 2014; SOUZA et al., 2014).

A realização de ME pode significar um maior número de investimentos, no entanto, podem representar também, oportunidades de conquista dos direitos sociais por parte da população, assim como uma maior democratização acerca do tema, seus possíveis impactos e legados e a criação e o aprimoramento de políticas públicas de esporte e lazer. Para Preuss (2007, p.13) tais investimentos podem criar “custos de oportunidade significativos, portanto os políticos devem considerar os efeitos econômicos e sociais de um evento para sua população”.

Em razão disso, é necessário um planejamento adequado, visando princípios de transparência e igualdade na utilização e distribuição dos recursos no país e cidade sede, assim como a gestão após o evento.

Lima et al. (2016) indicam que a realização de pequenos eventos é mais positiva em comparação à realização de ME, por se tratarem de eventos menores comparados aos ME, são considerados mais compatíveis com a infraestrutura local, com seu capital humano e sociocultural e também podem representar desenvolvimento, sendo que os pequenos eventos estão associados à um menor risco de fracasso e de impactos e legados sociais negativos, pois demandam uma quantidade menor de recursos e de complexidade, fazendo com que os possíveis problemas advindos de sua realização sejam menores em termos dimensionais e de intensidade.

Percebemos as sugestões de Lima et al. (2016) sobre a realização de eventos menores relevante, mas reconhecemos que os ME, principalmente os JO, podem despertar nas pessoas diversos significados, valores simbólicos, que não devem ser ignorados ou minimizados devido aos problemas que ocorrem ou que podem vir a acontecer na sua realização. Ao nosso ver, os estudos de impactos e legados sociais devem subsidiar as ações para que sejam diminuídos os negativos em detrimento dos positivos, assim como os símbolos e valores humanos em relação aos Jogos Olímpicos, e de que forma podemos estimular a participação e a vivência de valores, como os três valores Olímpicos (Amizade,

Excelência e Respeito) e os quatro valores Paralímpicos (Coragem, Determinação, Igualdade e Inspiração)⁵.

De acordo com Preuss et al. (2016) os JO se transformam ao longo dos anos, e as mudanças sociais e culturais se relacionam com a forma que o evento se apresenta, havendo atualmente certa desilusão relacionada aos JO, fundamentada no desencanto com os valores modernos da globalização. Os autores comprovaram que alguns dos valores dos JO da carta Olímpica se mantiveram, mas também apresentam trabalhos que constataram a desatualização desses valores, sugerindo que sejam revitalizados. A cultura parece ser o termo principal para entender essa conjuntura, ou seja, “[...] a diferença nos valores e percepções relacionadas ao esporte podem ser atribuídas a diferenças de época e de sociedade (PREUSS et al., 2016, p. 44).

Podemos fazer uma aproximação da concepção de Preuss et al. (2016) no que se refere a relação do esporte e do lazer com a sociedade. Betti (1989) menciona que o esporte reflete características da sociedade e com ela interage. Para Rubio (2002) o esporte e a sociedade refletem, “espelham” as formas e as diferenças entre os povos e as classes sociais. Marcellino (2008) apresenta as múltiplas relações entre lazer e sociedade. Dessa forma, a cultura, os elementos históricos e sociais, são fundamentais para o entendimento do que representa os ME, os JO, o lazer e o esporte na contemporaneidade.

⁵ Fórum de estudos Olímpicos 2017: Estudos e Pesquisas. Disponível em: <<http://usu.br/?mdocs-file=3738>>. (p.22).

5.1.2 A experiência do Brasil como sede de megaeventos esportivos

A experiência do Brasil nas recentes realizações de ME é tida como um caso de sucesso, pois o país sediou diversos megaeventos em um período de curto tempo, feito que nunca aconteceu anteriormente em outros países (REPPOLD FILHO 2016; UVINHA et al., 2018). Os ME realizados em território brasileiro foram um sucesso se tratando da sua realização, ou seja, o país se mostrou capaz de sediar eventos de forma satisfatória. No entanto, também é possível identificar que suas ocorrências também geraram alguns problemas. Seguiremos relatando sobre alguns apontamentos identificados sobre os ME no Brasil, iniciando pelos Jogos Jogos Pan e Parapan-Americanos.

É consenso na literatura que a realização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos realizados em 2007 no Brasil, comprovou a capacidade do país em sediar ME, deixando como principal impacto e legado social positivo a capacidade e a garantia do país a sede dos JO 2016 (DACOSTA e MIRAGAYA, 2008; MIAGUSKO, 2012; CURI, 2013, REPPOLD FILHO, 2016). Porém, apesar do sucesso, foram constatados como impactos e legados sociais negativos de tais Jogos os seguintes aspectos: gastos exorbitantes, desvio de verba e superfaturamento de obras, falta de participação popular e instalações subutilizadas (MIAGUSKO, 2012; REPPOLD FILHO, 2016).

A Copa das Confederações em 2013 também se coloca como um caso bem sucedido em termos organizacionais, de capacidade de organização, como

também para a FIFA e para o governo brasileiro, e teve como impacto positivo o recorde de público nos estádios (REPPOLD FILHO, 2016).

5.1.3 Manifestações populares e os megaeventos esportivos no Brasil

Como impacto negativo, aconteceu que durante o evento em 2013 e na Copa 2014 também, o país passou por conflitos políticos e sociais, que resultaram em protestos, e isso até mesmo associado aos ME, contra suas realizações (ALMEIDA, 2016; GRAEFF, BREThERTON e PIGGIN, 2016; SEBASTIÃO E LEMOS, 2016; LIMA et al., 2016; MASCARENHAS, 2018; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019). Entre as reivindicações estavam as seguintes questões: aumento da tarifa no transporte público e a sua melhoria, mais investimentos em direitos sociais como educação, saúde, segurança, e o contestamento contra a corrupção, e isso até mesmo associada com a realização de ME, especialmente críticas relacionadas aos altos custos dos gastos públicos na realização destes eventos

Almeida (2016) comenta que durante a Copa das Confederações em 2013, mais de um milhão de pessoas foram às ruas manifestar-se, e alguns dos temas que estavam entre as reivindicações dizia respeito à insatisfação com gastos públicos e custos dos estádios de futebol. Graeff, Bretherton e Piggim (2016) também comentam sobre os protestos, referindo-se às “Jornadas de Junho”, que no dizer dos autores agravaram a percepção negativa da população

quanto a realização de ME, e que também pode ter refletido negativamente os níveis de prática de atividade física.

Sebastião e Lemos (2016) mencionam que tais protestos testaram a capacidade do país, pois a população estava insatisfeita com os investimentos em estádios de futebol enquanto os serviços básicos, como de saúde e transporte continuavam deficitários. Lima et al. (2016) questionam “[...] se um país como esse, tão carente de melhorias na educação e na saúde, deveria realizar megaeventos de impacto incerto utilizando tantos recursos públicos?” (LIMA et al., 2016, p. 91). Vico, Uvinha e Gustavo (2019) indicam que milhares de pessoas participaram de manifestações de protesto contra os ME nas principais ruas e praças de São Paulo.

Além dos protestos referentes ao período de Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014, Facina (2018) registrou um protesto próximo aos anéis no qual buscavam denunciar o “lado trágico” do evento, como a corrupção, a gentrificação, a remoção e demolição de casas, a higienização dos locais de passagem e a “cegueira” da mídia no que se diz respeito a vida das pessoas afetadas. De acordo com o autor, o lugar era muito propício ao protesto, pois a praia é considerada cartão-postal da cidade e marca dos JO 2016. Ainda referente aos JO 2016, Mascarenhas (2018) menciona que grupos ativistas e intelectuais posicionaram-se contra a construção do campo no ambiente da reserva, resultando em dois movimentos principais, o “Ocupa Golfe” e o “Golfe pra quem?”, diante da repercussão, em 2014 o Ministério Público do Rio de Janeiro recomendou a suspensão da construção, alegando falhas de licenciamento ambiental da obra, mas não foram capazes de conter as grandes forças do capital

e governamentais nas intervenções urbanas adotadas, assim como ocorre em outros ME.

A população brasileira também encontrou como forma de protestos as aberturas dos ME e seus respectivos representantes políticos⁶, que ocorreram na Copa do Mundo em 2014 e nos JO em 2016. Os principais fatores que desencadearam o descontentamento estavam relacionados aos custos de tais eventos.

De acordo com Almeida (2016), Lima et al. (2016), Reppold Filho (2016), e Vico, Uvinha e Gustavo (2019), o grande aporte de recursos financeiros foi um impacto e legado negativo da Copa 2014, sendo que, o maior investimento foi do setor governamental, com pouca iniciativa privada. Além disso, a corrupção e a má utilização/ desperdício do dinheiro público também foram identificados como negativos relacionados a Copa 2014 (LIMA et al., 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

De acordo com informações do governo federal presentes no Portal da Copa , o custo total da Copa do Mundo 2014 foi de 27,120 bilhões de reais, sendo R\$ 8.199 bilhões advindos de financiamento federal, R\$ 5.615 bilhões referentes à investimentos federais, R\$ 8.969 bilhões de investimentos dos governos locais e R\$ 4.337 bilhões da iniciativa privada. No campo esportivo, os resultados também não foram bons para a seleção brasileira de futebol, que teve sua mais marcante derrota da seleção em Copas, quando na semifinal perdeu por 7 a 1 da seleção alemã, e acabou ficando em 4º lugar após disputa com a Holanda (REPPOLD FILHO, 2016).

⁶ A maior vaia do Mundo, Michel Temer é vaiado durante abertura da Olimpíada no RJ 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bCnGrx4R5IU>>. Também foi possível identificar a mesma ocorrência no Pan 2007, e na Copa 2014.

Somado aos aspectos negativos dos custos e da má utilização dos recursos, o atraso nas obras e as obras inacabadas ou malfeitas também foram considerados como negativos (ALMEIDA, 2016; LIMA et al., 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019). Lima et al. (2016) acrescentam o risco excessivo, os acidentes com os trabalhadores, como a morte de operários e problemas com aeroportos.

Como impacto positivo da Copa 2014, o governo brasileiro tinha como principal objetivo aumentar e lucrar com o turismo, e realizou campanha para melhorar a imagem do país frente aos protestos do evento anterior, esse fato se consolidou, pois obteve o segundo maior público da história das Copas (ALMEIDA, 2016; REPPOLD FILHO, 2016). Também como positivo Vico, Uvinha e Gustavo (2019) constataram que a Copa 2014 melhorou a visibilidade e a imagem de uma região de uma das cidades sede.

Ao que se refere aos JO 2016, de acordo com a Autoridade Pública Olímpica estava planejado um custo de 24,1 bilhões de reais, dos quais 43%, R\$ 10,3 bilhões advindos da iniciativa privada, e 57%, R\$ 13,8 bilhões de recursos públicos⁷. No entanto, de acordo com o Instituto Ethos, o total dos investimentos para a realização da Olimpíada e da Paralimpíada Rio 2016 aumentou, resultando em R\$ 38,26 bilhões⁸.

⁷ BRASIL. Governo Federal. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Governo Municipal do Rio de Janeiro. Autoridade Pública Olímpica (APO). Plano de Políticas Públicas Legado. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/Plano%20de%20Politic%20Publicas%20-%20Apresentacao%20Site.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁸ Essa informação tem data de 26 de agosto de 2015, e está disponível no seguinte endereço eletrônico: <<https://jogoslimpos.ethos.org.br/destaques/custo-da-olimpiada-rio-2016-e-atualizado-para-r-3826-bilhoes/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

Para Lima et al. (2016) há indicativos que os ME realizados no Brasil foram “um tropeço”, sinalizando que há a necessidade de análises socioeconômicas mais detalhadas, principalmente devido ao aumento do déficit público, especialmente no estado e cidade do Rio de Janeiro, a corrupção, as obras inadequadas, os orçamentos que ultrapassam muito seu valor estimado e a falta de investimentos em áreas como saúde e educação, situação que foi alertada por estudos quando da candidatura, mas negligenciado pelos organizadores e governos, o que sugere uma versão renovada da síndrome pós-Montreal, a síndrome pós-Rio.

Os JO 2016 trouxe significativo retorno financeiro para o COI, sendo que o evento arrecadou um lucro de 3,7 bilhões de dólares para a organização, que somado com os JO de inverno de Sochi, culminaram no maior faturamento da história da entidade, resultando em um lucro de 5,7 bilhões de dólares considerando o ciclo de 2013 a 2016⁹. Vico, Uvinha e Gustavo (2019) identificaram lucro para determinados grupos na Copa 2014, sendo que os principais benefícios aconteceram para os governos, organizações esportivas e seus parceiros privados.

5.1.4 Participação popular e o envolvimento da comunidade

A adesão da população e a participação popular em ME parecem ser positivas quando acontecem, e o inverso disso também, ou seja, a falta do

⁹ Disponível em: <<https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clube/noticia/2017/07/coi-embolsa-us-57-bilhoes-com-os-jogos-olimpicos-no-rio-onde-foi-parar-o-dinheiro.html>>. Acesso em 15 out. 2019.

consenso e da participação popular podem representar aspectos negativos, gerando até mesmo aversão ao evento (VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019). A participação pode se dar de diversas formas, seja como torcedor, espectador, voluntário, ou a participação da comunidade nas tomadas de decisão, entre outras possíveis formas. Isso tem sido verificado por meio da fotografia (AMÉRICO e MARGADONA, 2017), do contato com turistas estrangeiros (VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019), da participação de classes sociais que não tem condições socioeconômicas (FACINA, 2018). Uvinha et al. (2018) identificaram que a excitação de participar de um ME é um fator que motiva e atrai turistas de eventos esportivos.

Américo e Margadona (2017) evidenciam que o impacto na fotografia, a liberdade de produção e expressão imagética foi um elemento marcante das fotografias dos Jogos Olímpicos Rio 2016 nas mídias sociais na imprensa, nos atletas, nos espectadores, enfim, nas pessoas que de alguma forma puderam se conectar com o evento, por meio dos veículos de massa digitais oficiais e não oficiais, ou seja, redes sociais particulares e *apps* exclusivos do evento, assumindo posições de engajamento e protagonismo na “narrativa imagética olímpica”, nas quais construíram subjetividades, estabeleceram relações com o contexto no qual os Jogos ocorriam, produziram, consumiram, interpretaram, apropriaram e ressignificaram as imagens fotográficas, o que gerou desdobramentos no âmbito da fotografia, mobilizaram e aproximaram os espectadores ao evento no “ecossistema midiático”.

Facina (2018) também traz contribuições para o campo da fotografia, fazendo diversas reflexões sobre momentos dos JO 2016 nos quais ele obteve registros fotográficos “do outro lado”, ou “dos vários lados” das Olimpíadas,

sugerindo que há várias delas dentro de uma mesma, relacionando-as com questões como desigualdade social, poder de compra de ingressos, participação, emoção e vibração. Por exemplo, quando retrata sobre os anéis Olímpicos erguidos nas areias de Copacabana, que em momentos de “vacilo” dos vigilantes, era ocupado por pessoas fazendo retratos fotográficos daquele momento, que passou a simbolizar um momento de contravenção, felicidade e novidade. A partir de alguns retratos que Facina (2018) apresenta, é possível perceber que o público gosta de toda a festa que envolve os ME, assim como prestigiar as competições esportivas, portanto, a participação das pessoas parece ser importante para as mesmas, se sentir parte do evento gera sentimentos de felicidade e emoção. A partir desta constatação, confirma-se a necessidade de cada vez mais as organizações esportivas e os governos propiciarem a participação de todos, o envolvimento da comunidade, já que a experiência é benéfica à população e para o sucesso do evento.

No entanto, a falta de consulta popular pode simbolizar aspectos negativos da realização de ME (MENDES e LEGROUX, 2016; REPPOLD FILHO, 2016; ROLNIK, 2016; SEBASTIÃO e LEMOS, 2016). Algumas das considerações são a respeito da falta de participação da comunidade nas tomadas de decisão e alguns processos e agravos que podem ser desencadeados por isso, como a negociação entre as partes e as mobilizações.

Reppold Filho (2016) valida essa proposição quando afirma que os Jogos Pan e Para-Pan Americanos em 2007 foram reconhecidos pelos órgãos públicos de controle como um caso de falta de participação popular no processo de tomada de decisão.

Sebastião e Lemos (2016) reconhecem que apesar da evidência no aspecto econômico, os ME também envolvem aspectos sociais, incluindo planos políticos e tomadas de decisão intensas, sendo importante o apoio da comunidade no processo de planejamento e a existência de interesses em comum entre comunidade e organização, o que tem se tornado cada vez mais difícil, pois diante de análises históricas, indentifica-se a descrença nas ações e decisões das organizações em vantagem do povo, e os benefícios financeiros raramente são alcançados.

Sebastião e Lemos (2016) identificaram que havia intenção por parte do Comitê organizador brasileiro de estimular a participação da comunidade nos projetos, ou seja, existia o propósito de dialogar e desenvolver relações com a comunidade anfitriã, mas após a análise de notícias veiculadas ao evento, concluíram que a realidade foi outra, a população tinha participação restrita, limitada a consulta apenas, na qual ficava informada sobre as decisões sem a possibilidade de participar da criação, do desenvolvimento dos projetos, o que mobilizou a comunidade à manifestação. Mendes e Legroux (2016) reforçam a afirmação de Sebastião e Lemos (2016) quanto à falta de participação popular e à manifestação, quando descrevem sobre a falta de informação sobre os projetos e direitos das pessoas afetadas pelas obras, o que desencadeia diversos conflitos de resistência dos moradores. O estudo de Mendes e Legroux (2016) aborda sobre vários processos de resistência e luta social relacionados aos JO 2016.

Rolnik (2016) reconhece as tensões que são geradas em torno dos ME, como as mobilizações e negociações, e afirma que em alguns casos a população percebe que algo está errado, que seus direitos estão sendo violentados e se mobilizam para fazer resistência ao tipo de proposta que lhes é

prejudicial, resultando em negociações entre as partes e mudança de planos. Mas para que isso ocorra, que haja mudança de planos visando o diálogo com a população, Rolnik (2016) argumenta que é fundamental que as pessoas envolvidas nas tomadas de decisões atuem de forma sensata no que se refere a consideração das consequências de se realizar grandes eventos esportivos, dos seus impactos e legados sociais, ou seja, em todas as fases do evento, respeitando o direito à moradia, a garantia e manutenção dos direitos humanos.

5.2 Megaeventos esportivos, reestruturação urbana e a produção do espaço: posicionamento da cidade sede num contexto global neoliberal

Podemos afirmar que há certo consenso na literatura sobre a associação da realização de ME à reestruturação urbana das cidades, com o objetivo de posicioná-las e exibi-las globalmente (ALMEIDA, 2016; MENDES e LEGROUX, 2016; ROLNIK, 2016; FAGERLANDE, 2017; VAZQUEZ, 2017; MASCARENHAS, 2018; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

Almeida (2016) menciona a intenção das cidades sedes de conquistar prestígio de cidade global, que se posiciona entre líderes e referências mundiais, e acrescenta que a exposição midiática dos países e cidades passa por uma gestão de imagem, que tenta mudar os aspectos negativos e valorizar os positivos. De acordo com Almeida (2016) as concepções de modernidade e desenvolvimento respaldam os grandes projetos e investimentos públicos.

Segundo Mendes e Legroux (2016) as mudanças urbanas ocorridas nos últimos anos no Rio de Janeiro fazem parte de uma estratégia de construção de uma cidade atrativa, sendo uma forma de se inserir na competição internacional das cidades, que se espelha no modelo dos JO de Barcelona em 1992, tidas como um caso de sucesso. No dizer de Mendes e Legroux (2016, p. 15)

esse tipo de estratégia neoliberal de construção, transformação e gestão do espaço urbano é conjunta ao desenvolvimento do marketing urbano externo (dirigido ao exterior, turistas, investidores, etc.) e interno (dirigido à população local).

Para Rolnik (2016) nos anos de 1990 se acentua a realização de ME associados ao urbanismo das cidades para reposioná-las mundialmente em uma economia globalizada, reestruturando áreas centrais e lançando a imagem da cidade internacionalmente, com grande apoio dos setores de construção e imobiliário.

Fagerlande (2017) afirma que tem se consolidado na cidade do Rio de Janeiro um processo de reconstrução de sua imagem, com objetivo de situá-la como uma cidade global, oportuna aos investimentos, sendo assim, sediar a Copa do Mundo 2014 e os JO e Paralímpicos 2016 são partes representativas desse processo, que mobilizaram obras de infraestrutura, mobilidade urbana e o controle da violência por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) que se iniciou no ano de 2008.

Para Vazquez (2017) a estratégia de posicionamento global é um projeto de cidade que vem sendo desenhado há tempo no Rio de Janeiro, que tem por finalidade reconfigurar a cidade de acordo com a necessidade do capital.

Vazquez (2017) afirma que o modelo adotado pelo Rio de Janeiro se baseia no modelo dos Jogos de Barcelona 1992, e decreve que “na ânsia de integrar a cidade à esfera da globalização, esse modelo de gestão submete a cidade a uma lógica empresarial, a fim de torná-la competitiva para o mercado” (VAZQUEZ, 2017, p. 225).

Mascarenhas (2018) menciona o lançamento da cidade internacionalmente e acrescenta a tentativa de tornar a cidade um local provido das condições necessárias e propícias aos investimentos, o que se distancia de alguns dos princípios Olímpicos. Para o autor o termo “*citymarketing*” é pertinente para representar a produção da cidade olímpica dos JO Rio de Janeiro 2016, e simboliza um período de mercantilização da cidade, constituído pela formação de novas áreas e setores favoráveis à acumulação de capital.

Para Vico, Uvinha e Gustavo (2019) os ME tornaram-se um importante instrumento para a regeneração urbana e um instrumento estratégico de marketing para os países anfitriões, promovendo o turismo e dando oportunidade para o fornecimento de novos espaços públicos nas cidades e novas ferramentas de planejamento e gestão urbana, realizando processos de requalificação e regeneração dos destinos.

Para além de situar a cidade globalmente, os ME, teoricamente, poderiam aumentar o direito a moradia, melhorar a infraestrutura social, cultural e o cuidado com o meio ambiente, aumentar a mobilidade, tratar de locais contaminados, desenvolver gestão de recursos, resíduos e saneamento, construir novas moradias e/ou reformar unidades habitacionais (ROLNIK, 2016).

5.2.1 Transformação do espaço urbano: especulação imobiliária, gentrificação e remoções forçadas

Mendes e Legroux (2016) desenvolveram estudo com o objetivo de analisar a “revolução do transporte” relacionado aos JO de 2016. Segundo os autores há contradições que permearam as construções de mobilidade na cidade do Rio de Janeiro, sendo elas: a falta de segurança, de conforto, a reprodução de uma “hierarquia modal”, e a “reintrodução de uma política oficial de remoção de favelas”, que foi em grande parte removida por conta dos projetos de transporte. Mendes e Legroux (2016) e Mascarenhas (2018) afirmam que os projetos da malha viária foram na direção contrária do discurso de que o BRT serviria à população classe baixa, e que privilegiaram o uso de automóvel particular, no qual a via do BRT foi ajustada à centralidade dos canteiros, permitindo a criação de mais duas e até três vias na Avenida das Américas para a circulação de carros particulares.

As cidades sede sofrem grandes transformações que afetam a infraestrutura e também mudam o contexto social, econômico e demográfico, prejudicando as pessoas mais vulneráveis, pois os benefícios não são distribuídos de forma equitativa, aumentando as desigualdades, que atingem principalmente, os setores mais vulneráveis da sociedade (MENDES e LEGROUX, 2016; ROLNIK, 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019). Mendes e Legroux (2016, p. 37) afirmam que as transformações estruturais dos JO 2016 aumentou as

desigualdades o que “[...] representa mais um episódio de utilização de projetos que, supostamente, se fundariam em interesse público para produzir desigualdade na apropriação do espaço urbano”. Os autores também evidenciam a importância da moradia e da mobilidade no que diz respeito às violações de direitos que visam atender as estratégias urbanas e afetam as populações de baixa renda.

A redução de disponibilidade de moradia social e de baixo custo é um problema relacionado aos ME, segundo Rolnik (2016) as moradias sociais que são propriedade do Estado, normalmente são demolidas para os projetos de revitalização. Para a autora as consequências nos assentamentos improvisados também é preocupante no âmbito dos ME, pois tais assentamentos são símbolos de pobreza e precariedade, ao passo que, indesejáveis para a imagem da cidade, antiestéticos e sem segurança de posse, sendo assim, são demolidos para realização de um megaevento, sendo substituídos por novas construções ou apenas por não se adequarem à nova paisagem urbana.

Para reestruturar e lançar uma nova imagem e embelezar a cidade prevê a eliminação das manifestações de pobreza, assim como a remoção de pessoas, e a extinção de assentamentos populares, tidos como esteticamente negativos, mesmo que esses espaços não sejam utilizados para construções, ou seja, a prioridade é dada aos grandes projetos urbanos em detrimento às necessidades da população (MENDES e LEGROUX, 2016; ROLNIK, 2016; VAZQUEZ, 2017).

No caso das obras referentes à construção do *Bus Rapid Transit* (BRT) para os JO 2016, apenas 10% dos terrenos em que estavam as comunidades

foram utilizados, ou seja, as obras poderiam ser executadas sem as remoções dos moradores, a construção do BRT propiciou uma das remoções da cidade da história da cidade juntamente com o “bota abaixo” do Pereira Passos 1902- 1906, e período Carlos Lacerda 1961-1967, e que reproduzem semelhantes mecanismos históricos de segregação socioespacial, como os que ocorreram nas décadas de 1960, de 1962-1965 e 1968-1973.

Vazquez (2017) também menciona que o Rio de Janeiro sofreu mudanças urbanas significativas no período da gestão Passos, que visavam a adequação da cidade como concentração e acumulação de capital, representando novas organizações sociais vinculadas às agências multilaterais e expulsando as pessoas mais pobres e socialmente vulneráveis do centro da cidade para locais periféricos. De acordo com a autora desde então, a cidade vem passando pela gestão de diversos governos, mas que possuem um ponto em comum, que é a intenção de “[...] aperfeiçoar o Rio de Janeiro enquanto cidade competitiva para o mercado mundial” (VAZQUEZ, 2017, p. 229).

De acordo com Mendes e Legroux (2016) as remoções no Rio de Janeiro foram engendradas não apenas por mecanismos jurídicos – ainda que algumas pessoas alegam não terem recebido nenhuma intimação formal documentada – mas também por estratégias de desconstrução da dimensão social e afetiva daquele local. Segundo os autores, as remoções das comunidades Vila Harmonia e Restinga foram feitas de forma forçada e por meio de “trapaças” dos funcionários, que abordavam os residentes dizendo que eram do “cadastramento socioeconômico” do Programa federal Bolsa Família.

Mendes e Legroux (2016) afirmam que as compensações financeiras, especialmente dos casos da Vila Harmonia e Restinga, aconteceram de duas formas: 1) por meio de reassentamento com o Programa Minha Casa Minha Vida e 2) por meio de indenização calculada de acordo com a metragem do imóvel. Para os autores as duas foram um tanto problemáticas, a primeira por tratar-se de um financiamento e a segunda por desconsiderar o valor de mercado do terreno.

Os autores descrevem que a primeira alternativa, relacionada ao conjunto de habitação sofreu resistências pelos moradores por seis motivos principais: 1) trata-se de um financiamento; 2) os apartamentos de tal habitação eram de tamanho muito inferiores às residências construídas por eles; 3) o tipo de contrato havia algumas condições limitantes, como a restrição de venda, aluguel ou empréstimo; 4) a localização era bem distante daquela em que estavam, localizadas em uma área de pouca infraestrutura; 5) o fim de laços sociais, culturais e ambientes ali construídos; e 6) a negação do trabalho empenhado naquele espaço urbano produzido.

Rolnik (2016) também traz um exemplo do caso do Rio de Janeiro, mais especificamente da desapropriação da Vila Autódromo. Segundo a autora essa vila surgiu na década de 1960 com o intuito de alojar trabalhadores que atuavam na construção do antigo autódromo, e as tentativas de remoção dessa comunidade tiveram início em 1990, já com a vinda dos Jogos Pan-Americanos em 2007 houve novas tentativas, mas sem sucesso. No entanto, anos depois com a vinda dos JO 2016 isso ganhou força, e mesmo com a posse dos terrenos concedida pelo governo do estado aos moradores, a prefeitura conseguiu efetuar a remoção de parte da população, por meio de compensação financeira ou conjunto habitacional pelo Minha Casa Minha Vida.

A prefeitura então, de forma estratégica, começou a demolir as casas dos moradores que saíram da vila sem realizar a limpeza do local, dos escombros, e dessa forma tornou aquele ambiente inabitável, alguns moradores não conseguiram se quer ter acesso às suas casas (ROLNIK, 2016). Almeida (2016) comenta a desapropriação de famílias no caso do Rio de Janeiro como impacto negativo de tais Jogos, pois o modelo de urbanização, baseado no de Barcelona 1992, foi utilizado para acelerar mudanças territoriais na cidade com vistas a atender grupos específicos.

A indenização inadequada e a falta de garantia de outra moradia, também são elencados por Rolnik (2016) como agravos gerados pelas remoções, pois normalmente, ocorre que as pessoas removidas não voltarão a ocupar aquele local como moradia. A comunidade que não possui o título das propriedades acaba cedendo devido à pressão das autoridades públicas e do setor imobiliário para que deixem o local, muitas vezes acompanhados de agressões, violência e ameaças, além de utilizarem a urgência dos prazos para entregas das obras como justificativa (ROLNIK, 2016).

5.2.2 Governança neoliberal e a relação Estado/mercado

Para Mendes e Legroux (2016) e Vazquez (2017) e Mascarenhas (2018), com a realização de ME e as reestruturações que visam uma lógica capitalista, o Estado acaba favorecendo o mercado, mesmo que com um discurso de bem estar social, ocasionando em exclusão e segregação socio espacial.

Mendes e Legroux (2016) mencionam o fato da imprensa local e a própria prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do discurso do prefeito e da Secretaria Municipal de Habitação defenderem as remoções como um benefício da cidade como um todo, demonstrando uma estratégia de atuação do poder público na flexibilização da produção de um espaço, utilizando novos mecanismos de governança neoliberal “flexível e market friendly”.

Vazquez (2017) também aponta o papel do Estado na configuração de ações urbanas associadas ao capital, segundo a autora

[...] o Estado facilita e garante a remodelação do espaço urbano segundo as necessidades das relações de produção capitalistas. Sob a falácia do Estado mínimo, contida no discurso neoliberal, o que percebemos é uma intervenção direta do Estado nas políticas de planejamento urbano favoráveis ao desenvolvimento capitalista [...].

Segundo Mascarenhas (2018) apesar do movimento Olímpico ter adotado estratégias que se aproximam das perspectivas da Justiça Ambiental, isso tem se mostrado de forma problemática e contraditória, pelo fato de que grandes e crescentes transformações tem sido realizadas nas cidades que recebem os ME desde o final dos anos 1980, empreendidas por agentes poderosos públicos e privados, assim, o crescimento desses eventos possuem capacidade para modificar os mecanismos regulatórios da cidade, que pode ser remetido à noção de produção do espaço urbano, segundo o autor “em cada cidade em que são realizados, os ME inserem-se nos mecanismos dominantes de produção do espaço e tendem a potencializá-los, pela recorrente articulação direta com agentes hegemônicos” (MASCARENHAS, 2018, p. 3).

Essas ações e intervenções urbanas tem desrespeitado e/ou violado direitos humanos (ALMEIDA, 2016; MENDES e LEGROUX, 2016, ROLNIK, 2016). Para Almeida (2016) os curtos prazos são usados como estratégia de remoção e utilização de violência, e completa sua afirmação ressaltando o desrespeito com direitos fundamentais e com a própria Constituição federal, o que no caso dos ME sediados no Brasil, foram calculados pelos movimentos sociais cerca de 14 direitos constitucionais violados para mais de 170 mil pessoas, sendo 77 mil pessoas no município do Rio de Janeiro.

Mendes e Legroux (2016) comentam sobre a questão da violência e das ameaças que podem vir a acontecer nos ME, e apontam o caso do Rio de Janeiro como um dos mais violentos da história recente da cidade na desapropriação de 16 comunidades para a construção do modal BRT transoeste. Rolnik (2016, p. 32) afirma que “uma vasta experiência demonstrou que os projetos de reabilitação adotados para os Jogos Olímpicos, frequentemente dão lugar a violações generalizadas dos direitos humanos, particularmente do direito à moradia adequada”. Somado às remoções forçadas, podem ocorrer também deslocamentos indiretos devido à gentrificação, isto é, o aumento dos custos de moradia que podem ocasionar perda de ambiente social (ROLNIK, 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

A revitalização de áreas valoriza o espaço, e os locais antes tidos como populares passam a ser valorizados pelo setor imobiliário, aumentando os preços de aluguel e compra, expulsando indiretamente então, as pessoas que não possuem condições de ocupar essas construções, sendo obrigados a se mudarem para outras regiões, na maioria das vezes sem indenização ou outra residência, sofrendo mudanças demográficas, pois devido aos deslocamentos

para áreas externas à cidade, os moradores anteriores perdem seus vínculos comunitários e sociais e tem suas oportunidades de acesso ao emprego, ao estudo, ao lazer diminuídas, aumentando seu gasto e percurso (ROLNIK, 2016). Mendes e Legroux (2016, p. 32) afirmam que “[...] o reassentamento significa o fim dos laços sociais, culturais e ambientais construídos naquele território, importando numa maneira drástica na forma à qual os moradores vivem a cidade”.

Devido ao desejo de alcançar uma “boa imagem”, tem ocorrido a criminalização da pobreza e o impedimento de circulação e de atividades comerciais nos locais próximos e exclusivos dos JO (ROLNIK, 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019). Rolnik (2016) menciona que as pessoas sem teto, que já possuem dificuldades de sobrevivência, quando se trata de ME ficam em condições mais difíceis ainda, sendo que, em alguns casos são oferecidos abrigos para esses indivíduos durante o evento, em outros são removidos à força, com base em um aparato legal criado especialmente para criminalizar atos como dormir na rua, pedir esmola, e os vendedores ambulantes e trabalhadores sexuais são proibidos de executar suas atividades. Vico, Uvinha & Gustavo (2019) indicam a impossibilidade de comércio para vendedores ambulantes e trabalhadores de rua no caso da Copa em 2014.

De acordo com Rolnik (2016) há conhecimento de utilização de acampamentos externos à cidade para alojar grupos tidos como antiestéticos no decorrer do evento, em Seul (1988) e Barcelona (1992) houve casos de pessoas de rua retiradas e detidas em instalações fora da cidade na ocorrência de tais eventos. Já em Atlanta (1996), a condição de morador de rua e/ou algumas

atividades foram declaradas como ilegais, sendo que nove mil pessoas foram indiciadas.

Uma situação que ao nosso ver também pode se enquadrar de certa forma como criminalização da pobreza no contexto dos ME se refere a estigmatização do “favelado”, mencionado por Mendes e Legroux (2016, p. 30), segundo os autores essas pessoas são vistas como indivíduos que não possuem direitos e

[...] que deve alcançar uma suposta cidadania através de sua retirada da comunidade. Esse conjunto de estratégias busca reduzir as resistências produzidas contra as remoções e produzir uma subjetividade subordinada à condição de “invasor” que é até agraciado pela Prefeitura com uma pequena indenização.

As modificações estruturais se relacionam com o meio ambiente, gerando impactos e legados sociais que podem ser positivos ou negativos, o que fez com que o COI incorporasse uma perspectiva de modelo sustentável (ROLNIK, 2016; MASCARENHAS, 2018). No entanto, para Mascarenhas (2018) este modelo sustentável não aconteceu nos JO 2016¹⁰. Ao avaliar as questões ambientais, o autor afirma que os projetos dos Jogos 2016 nada se aproximam dos princípios da justiça ambiental, principalmente, pela reintrodução da modalidade golfe, que requer uma grande extensão territorial e espacial inerente a sua prática, e a sua própria configuração no espaço, que tende a atender

¹⁰ Na primeira candidatura da cidade aos JO, o objetivo era de concentrar o evento na Ilha do Fundão, que reduziria custos e aumentaria os benefícios sociais. No entanto, nas duas candidaturas seguintes, o projeto foi outro, o de concentrar equipamentos na Barra da Tijuca, e tornar o bairro uma nova centralidade e o principal setor imobiliário de médio e alto padrão da cidade, cedendo aos preceitos neoliberais (MASCARENHAS, 2018).

interesses imobiliários, portanto, mobiliza aspectos materiais e capital simbólico¹¹, e faz com que o esporte se valorize como produto da alta classe social.

Para Mendes e Legroux (2016) a especulação imobiliária no contexto dos ME funciona como dinâmica econômica de acumulação de capital. Os autores utilizam-se da seguinte argumentação:

o circuito da acumulação urbana se perpetua na medida em que a produção do espaço construído (ligado ao setor de obras, de serviços coletivos, as camadas favorecidas da sociedade) segue sendo seu próprio objeto da acumulação urbana (MENDES; LEGROUX, 2016, p. 23).

Para Vazquez (2017) a urbanização contribui para a expansão dos recursos capitais, sendo que, o mercado imobiliário é o principal canal de escoamento do capital, assim como para seus excedentes. Países e cidades tem desencadeado processos de reestruturação urbana com o objetivo de atrair e movimentar o mercado imobiliário e o turismo, produzindo e concentrando centros financeiros e de consumo.

5.2.3 O Rio de Janeiro, as favelas e os Jogos 2016: construção e valorização de uma nova imagem de cidade turística global

O setor turístico vem sendo desenvolvido por conta de mudanças tecnológicas, dos meios de comunicação e de transportes e, especialmente, pelo

¹¹ O fato de que a área destinada à prática do golfe é verde e extensa, portanto silenciosa, contribui para a valorização dos bairros e das propriedades do seu entorno, e conseqüentemente, favorece o setor imobiliário (MASCARENHAS, 2018).

fato de que a sociedade é progressivamente mais ligada à imagem, como sua produção e seu consumo (FAGERLANDE, 2017).

A revitalização urbana pode ser observada como um processo cada vez mais recorrente em todo o mundo, como uma necessidade de revitalizar, recuperar áreas degradadas, subutilizadas ou que não conseguiram se estabelecer dentro do modelo de produção vigente, e nesse caminho, o turismo se apresenta como grande opção aderida pelos governos como tentativa de alavancar a economia das cidades ou de parte delas, principalmente em áreas centrais, que se convertem em locais relacionados às atividades culturais e de lazer. Além de ocupar áreas que poderiam estar abandonadas, as atividades turísticas possuem papel fundamental no que se refere à criação de oportunidades econômicas, empregos e de influentes mudanças nas cidades (FAGERLANDE, 2017).

O Rio de Janeiro trata-se de uma cidade turística, que possui grande visibilidade internacional, ocupando o 50º lugar de cidade global de acordo com o Ranking das Cidades Globais (2008-2016), publicado pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo¹². O Rio de Janeiro é conhecido mundialmente por suas belezas naturais, como as praias, a arquitetura e a história, principalmente do centro da cidade, e as paisagens urbanas, como também pelas favelas. Essas características fazem da cidade um local turístico amplamente conhecido e procurado por viajantes¹³.

¹² Ranking Cidades Globais. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/imagens/cidades-globais-1/view>>.

¹³ Pesquisa inédita revela destinos brasileiros mais procurados em junho e julho. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12751-pesquisa-do-mtur-revela-destinos-brasileiros-mais-procurados-em-junho-e-julho.html>>.

Na busca por alternativas que consigam atrair os turistas, as cidades e os espaços turísticos têm utilizado a tematização e a cenarização dos locais, que no caso do Rio de Janeiro, passou a ter as favelas como foco (FAGERLANDE, 2017). Para Wise et al. (2019) as favelas são vistas como indesejáveis, perigosas e de alto risco, mas também são comunidades que participam de um denso ambiente urbano, no qual se desenvolvem até mesmo atividades turísticas, que podem alterar as atividades daquele ambiente, e conseqüentemente, gerar processos de inclusão ou exclusão social, com impactos tanto positivos como negativos, pois ao mesmo tempo em que fornece renda financeira para alguns, também pode mercantilizar aquele local, dificultando a vida dos que não conseguem acompanhar as mudanças.

A competição dentre os diversos destinos turísticos faz com que as cidades busquem possibilidades para atrair os visitantes, dessa forma, para viabilizar o turismo nas favelas é necessário a criação, construção de diferentes imagens para elas, que consigam atrair os turistas de forma singular (FAGERLANDE, 2017). Nesse contexto, para situar a cidade globalmente, num processo de mercadificação, a imagem assume importante papel, com base na tematização e cenarização que buscam criar imagens únicas, definidas e especializadas sobre os locais, utilizando-se da cultura, criando espaços turísticos ligados à globalização e à indústria cultural (FAGERLANDE, 2017).

Sites e guias turísticos tem contribuído na identificação das favelas, evidenciando o que as difere, o que as torna relevante, o que motiva as pessoas para a visitaçãõ. Fagerlande (2017) observou a vasta presença de albergues (hostels), especialmente nas favelas da Zona sul do Rio de Janeiro, que instalados próximos de bares e restaurantes contribuem com a geração de renda

e valorização da área e locais vizinhos. Ao analisar um site turístico a respeito da favela da Rocinha, por meio de seu conteúdo e avaliação do usuário, Wise et al. (2019) identificaram que o ambiente de vida na favela torna-se um produto ou uma atração turística, o que sugere a mercantilização daquele local.

O processo de construção de uma imagem singular, ou seja, que a diferencia das outras, chamada de tematização, vem ocorrendo não apenas nas favelas, como também nas cidades formais, conjugadas com um processo de mercadificação, que pretende torná-las ambientes propícios aos investimentos e aos turistas (FAGERLANDE, 2017). Pode ser um elemento histórico, como a ocupação inicial por escravos, ou algo relacionado à música e ao samba. Ainda, pode ser a presença de características ligadas ao tamanho da favela ou à sua posição com relação à paisagem carioca, com belas vistas do mar e das montanhas locais. Cada um desses possíveis elementos de destaque pode indicar o que aquela comunidade tem de mais característico ou importante para atrair o interesse (FAGERLANDE, 2017, p. 8).

A tematização portanto, é a tentativa de construção de cenários para o turismo. Após a visita turística, pode ocorrer algum tipo de apresentação, atração cultura, como no caso do Museu de Favela do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, que mesmo associado à preservação da identidade local, realiza outras atividades após a visita, como uma roda de samba, por exemplo, o que ultrapassa a tematização e se conecta com a encenação, a autenticidade encenada, que embora seja parte da tradição local, não é parte da vida diária dos moradores e sim uma encenação. No ponto de vista de Fagerlande (2017, p. 10) é importante reconhecer que o turismo tematizado possui um lado econômico mas também deve ser considerado pelas “[...] possibilidades de se estabelecer

relações de estímulo de tradições de cada lugar e seu resgate, mesmo que com um viés mercadificado”.

O processo de construção de uma nova imagem e exibição da cidade do Rio de Janeiro, inclui as favelas como locais de intervenção e turismo, que podem gerar renda e empregos nesses locais, como também gerar a mercadificação daquele ambiente, excluindo os menos favorecidos. Assim, as favelas se constituem como importante espaço dentro da cidade e devem promover ações de conscientização para que aquele local não se torne excludente por conta de seu viés mercadológico, mas que possa trazer benefícios para seus residentes em termos de infraestrutura e políticas públicas.

5.3 Megaeventos esportivos: impactos e legados sociais

A literatura indica que os megaeventos esportivos podem ter diversos significados, valores e representações atribuídos por diferentes grupos, e que a realização de megaeventos esportivos pode gerar tanto impactos e legados sociais positivos como negativos (PREUSS, 2007; LIMA et al., 2016; PREUSS et al., 2016; REPPOLD FILHO, 2016; ROLNIK, 2016; LOPES DA SILVA et al., 2017; ROBINSON, LOPES DA SILVA e PATREZE, 2017; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019). A definição de impacto sugere os acontecimentos durante a preparação e realização do evento, em curto prazo, já o conceito de legado indica algo que ficará para o local sede, após a realização do evento, em longo prazo. É importante ressaltar que essas concepções específicas sobre os conceitos de

impactos e legados sociais, e suas diferenças, estão descritas na literatura, assim pessoas que não são especialistas no tema podem não ter essa mesma concepção e diferenciação de ambos, e até mesmo a própria complexidade que os envolve também pode dificultar compreensões mais exatas.

Para Preuss (2007) os megaeventos esportivos geram impactos e legados sociais positivos e negativos físico/ambiental, social/cultural, psicológico e político/administrativo, sendo que eles podem se modificar de acordo com o contexto histórico e com o passar do tempo. De acordo com o autor, os impactos sociais podem ser definidos como os acontecimentos durante a preparação e realização do evento, em curto prazo, já os legados sociais são os resultados que ficarão para o local sede após o evento, em longo prazo.

Lima et al (2016) mencionam que os impactos e legados sociais de um megaevento são um tema controverso, e que os megaeventos esportivos tendem a gerar mais impactos e legados sociais negativos do que positivos, principalmente em países emergentes ou em desenvolvimento, o que ficou evidente no caso dos eventos realizados no Brasil. Na visão dos autores, os megaeventos no país tiveram mais impactos e legados sociais negativos, e destacam aspectos como a corrupção, as obras inacabadas ou malfeitas, risco excessivo (acidentes nas construções), má utilização de dinheiro público, altos custos e maior investimento público.

A partir de revisão da literatura, o estudo também traz impactos e legados sociais positivos nos setores econômicos, para o turismo e o comércio e para o poder público e demais instâncias da sociedade. Apesar dos apontamentos quanto aos impactos e legados sociais positivos, para Lima et al.

(2016), estes tendem a ser superestimados, principalmente por partes envolvidas e interessadas nos eventos. A conclusão do estudo é a de que eventos menores tendem a trazer mais aspectos positivos para a cidade sede em detrimento dos aspectos negativos, devido a sua menor proporção.

Preuss et al. (2016) caracterizam que os megaeventos esportivos se transformam com o passar dos anos, promovendo também mudanças socioculturais, que se relacionam com a forma que o evento se apresenta. Segundo os autores, isso também impacta nos valores associados aos Jogos Olímpicos, nos quais há certa desilusão, devido ao desencanto com os valores modernos da globalização, portanto, alguns desses valores se mantiveram enquanto outros apontam para a necessidade de atualização. Os autores alegam que a cultura parece ser o termo fundamental para entender essas mudanças e diferenças nos valores associados aos Jogos Olímpicos e ao esporte, por conta das distintas épocas e sociedades.

Reppold Filho (2016) constatou como impactos sociais positivos da realização de megaeventos no Brasil, o recorde de público na Copa das Confederações em 2013, e o aumento do turismo na Copa de 2014, obtendo o segundo maior público da história das Copas. Já como negativos o autor menciona os problemas relacionados aos Jogos em 2007 denunciados pela mídia, como o alto custo, o desvio de verba, o superfaturamento de obras, a falta de participação popular e a subutilização das instalações.

Rolnik (2016) analisou as consequências e impactos sociais positivos e negativos da realização de megaeventos esportivos para o urbanismo das cidades e o direito à moradia adequada, indicando edições de eventos que

conseguiram maior êxito com as reestruturações urbanas, enquanto que, em alguns outros exemplos não foi possível tal feito. A autora apresenta as consequências positivas para a cidade e a moradia, as consequências negativas para a moradia e as tensões em torno dos megaeventos esportivos, e conclui a necessidade da responsabilidade dos agentes envolvidos no evento no que se refere aos impactos e legados sociais relacionados ao direito a moradia adequada, para que sejam fundamentados nos direitos humanos.

Lopes da Silva et al. (2017) ao analisarem os impactos sociais positivos e negativos dos Jogos Olímpicos de 2016 para frequentadores de parques públicos, identificaram como principal impacto social positivo a interação social, e negativo os custos econômicos, enfatizando também a necessidade de pesquisas para dar base para a construção de políticas públicas de esporte e lazer, para que sejam aumentados os impactos e legados sociais positivos com a realização de megaeventos esportivos.

Robinson, Lopes da Silva e Patreze (2017) analisaram os impactos e legados sociais positivos e negativos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016 sob a perspectiva dos gestores de políticas públicas de esportes e lazer no Brasil sobre os legados esportivos, urbanos, de infraestrutura, econômicos e sociais, e constataram como principais impactos negativos dos Jogos Olímpicos 2016 o alto custo e a má utilização do dinheiro público, sendo necessário políticas públicas para maximizar os impactos e legados sociais positivos.

Vico, Uvinha e Gustavo (2019) ao analisarem os impactos sociogeográficos da Copa 2014 em Itaquera, um bairro da cidade de São Paulo, onde foi construído o estádio Arena Corinthians, o qual recebeu a abertura da

Copa e outras cinco partidas, identificaram como positivos a visibilidade e a imagem do local, que resultaram em sua valorização. Como negativos identificaram que houve pouco legado e de pouca importância social para seus residentes.

Em vista das considerações abordadas percebemos que os impactos e legados sociais dos ME são temas complexos, que se relacionam com fatores socioculturais, históricos e políticos e que podem se modificar ao decorrer dos anos. Há uma diversidade de ME, de diferentes tipos, tamanhos, entre outras características que os diferem, portanto mensurar seus impactos e legados sociais tem sido uma tarefa difícil e desafiadora. Apesar de toda a variedade, complexidade e dinamismo dos ME, nos propusemos a construir dois quadros sobre os impactos e legados sociais positivos e negativos que identificamos nos textos referentes à pesquisa bibliográfica. Vale salientar que alguns dos pontos descritos podem desencadear outros fatores, mas nos limitamos a considerar os aspectos que os autores evidenciam em seus estudos. Também ressaltamos que dois dos impactos e legados sociais podem ser tanto positivos como negativos, fator que foi evidenciado por meio de nota explicativa. Seguem abaixo o Quadro 2 que apresenta os impactos e legados sociais positivos, e o Quadro 3 que apresenta os impactos e legados sociais negativos dos ME encontrados na pesquisa bibliográfica.

Quadro 2 – Impactos e legados sociais positivos da realização de megaeventos esportivos

IMPACTOS / LEGADOS POSITIVOS	EVENTO	AUTOR / ANO
Organização do evento	Jogos Pan-Americanos (2007); Copa Confederações (2013); Copa do Mundo de Futebol (2014)	Reppold Filho (2016)
Produção científica - literatura	Megaeventos realizados no Brasil	Reppold Filho (2016)
Visibilidade mundial	Megaeventos realizados no Brasil	Reppold Filho (2016);
Lançamento da cidade internacionalmente / cidade global / oportuna aos investimentos / estratégia neoliberal*	Megaeventos esportivos; Jogos Olímpicos 2016	Rolnik (2016); Almeida (2016); Mascarenhas (2018); Fagerlande (2017); Mendes e Legroux (2016); Vazquez (2017)
Reestruturação urbana	Megaeventos esportivos	Rolnik (2016); Mascarenhas (2018)
Aumento de moradia	Potencial	Rolnik (2016)
Melhoria infraestrutura social e cultural / cuidado meio ambiente	Potencial	Rolnik (2016)
Melhoria transporte / mobilidade / malha viária	Potencial	Rolnik (2016)
Turismo	Megaeventos esportivos Rio de Janeiro (Copa 2014 e JO 2016)	Fagerlande (2017)
Participação popular / Engajamento e protagonismo público nas mídias sociais	Jogos Olímpicos 2016	Américo e Margadona (2017); Facina (2018); Vico, Uvinha e Gustavo (2019)
Oportunidade de assistir / torcer	Jogos Olímpicos 2016	Facina (2018)

Fonte: autoria própria

*O posicionamento da cidade enquanto uma estratégia neoliberal pode ser tanto positivo como negativo. A exposição da cidade como um lugar propício aos investimentos podem trazer benefícios econômicos, no entanto, tais benefícios podem se concentrar apenas nas “mãos” do grande capital financeiro, e as estratégias neoliberais podem prejudicar as populações de baixa classe social. Portanto, pode ser positivo para as classes mais ricas e negativos para as classes mais pobres.

Quadro 3 – Impactos e legados sociais negativos da realização de megaeventos esportivos

IMPACTOS / LEGADOS NEGATIVOS	EVENTO	AUTOR / ANO
Alto custo	Jogos Pan-Americanos 2007	Reppold Filho (2016); Lima et al. (2016)
Desvio de verba / Superfaturamento	Jogos Pan-Americanos 2007	Reppold Filho (2016);
Falta de participação / consulta popular	Jogos Pan-Americanos 2007; Jogos Olímpicos 2016	Reppold Filho (2016); Rolnik (2016); Reppold Filho (2016); Sebastião e Lemos (2016); Mendes e Legroux (2016)
Instalações subutilizadas	Jogos Pan-Americanos 2007	Reppold Filho (2016)
Impacto incerto	Megaeventos realizados no Brasil	Lima et al. (2016)
Conflitos políticos e sociais / Protestos*	Copa das Confederações 2013; Jogos Olímpicos 2016	Reppold Filho (2016); Almeida (2016); Graeff, Bretherton e Pigginn (2016); Sebastião e Lemos (2016); Lima et al. (2016); Facina (2018)
Mudança de pensamento / sentimento da população	Copa das Confederações 2013	Sebastião e Lemos (2016)
Problemas de planejamento, controle e execução	Megaeventos realizados no Brasil; Montreal 1976	Lima et al. (2016)

(Continua)

(Continuação)

IMPACTOS / LEGADOS NEGATIVOS	EVENTO	AUTOR / ANO
Atrasos nas obras	Megaeventos realizados no Brasil	Lima et al. (2016)
Obras inacabadas ou malfeitas	Megaeventos realizados no Brasil	Lima et al. (2016)
Corrupção	Megaeventos realizados no Brasil	Lima et al. (2016)
Alto risco nas construções / Acidentes	Megaeventos realizados no Brasil	Lima et al. (2016)
Má utilização do dinheiro público	Megaeventos realizados no Brasil	Lima et al. (2016)
Aumento excessivo do orçamento inicial	Copa de Futebol 2014	Lima et al. (2016)
Maior investimento público / endividamento público	Copa do Mundo 2014; Montreal 1976	Lima et al. (2016); Almeida (2016); Reppold Filho (2016). Lima et al. 2016
Transporte	Jogos Olímpicos 2016	Mendes e Legroux (2016)
Prejuízos para as populações pobres e periféricas	Jogos Olímpicos 2016; Atenas 2004; Atlanta 1996; Sydney 2000; Pequim 2008	Mendes e Legroux (2016); Rolnik (2016)
Distribuição desigual de benefícios / aumento das desigualdades sociais	Megaeventos esportivos; Jogos Olímpicos 2016	Rolnik (2016); Mendes e Legroux (2016); Mascarenhas (2018)
Redução de moradias / Remoções de pessoas / Reassentamento periférico / Compensações financeiras inadequadas / Violência e ameaças	Megaeventos esportivos; Jogos Olímpicos 2016	Rolnik (2016); Mendes e Legroux (2016); Almeida (2016)
Atuação do poder público em benefício de órgãos privados (neoliberalismo)	Jogos Olímpicos 2016	Mendes e Legroux (2016); Vazquez (2017)

(Continua)

(Continuação)

IMPACTOS / LEGADOS NEGATIVOS	EVENTO	AUTOR / ANO
Desconstrução da dimensão social e afetiva / perda de vínculo comunitário e social	Megaeventos esportivos; Jogos Olímpicos 2016	Rolnik (2016); Mendes e Legroux (2016)
Violação de direitos humanos e sociais	Megaeventos esportivos; Jogos Olímpicos 2016	Rolnik (2016); Almeida (2016);
Gentrificação	Megaeventos esportivos	Rolnik (2016)
Retirada e “retenção” de pessoas em acampamentos externos à cidade	Seul (1988); Barcelona (1992)	Rolnik (2016)
Aumento da especulação imobiliária	Jogos Olímpicos 2016; Megaeventos esportivos	Mascarenhas (2018); Vazquez (2017); Mendes e Legroux (2016)
Prejuízos ambientais	Jogos Olímpicos 2016	Mascarenhas (2018)

Fonte: autoria própria

*Os conflitos políticos referentes aos protestos podem ser tanto positivos como negativos. Podem ser positivos por simbolizar que a população percebeu que era um momento propício para se mobilizar na luta por direitos, e negativo pela repercussão negativa que pode representar na mídia nacional e internacional.

Percebe-se pelos Quadros 2 e 3 uma maior quantidade de impactos e legados sociais negativos associados a realização de ME. Isto indica a necessidade da preparação do país e de pesquisas em todas as fases do evento, e uma preocupação maior dos governos e organizações esportivas com os impactos e legados sociais. Países emergentes podem ter problemas ainda maiores devido a fragilidade do tecido social (ALMEIDA, 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

Muitas dúvidas e incertezas permeiam os ME, principalmente a respeito dos seus resultados, impactos e legados sociais, como também há imprecisões sobre os impactos e legados sociais para o esporte, lazer e atividade física e o tópico seguinte é sobre isso.

5.4 Megaeventos esportivos: impactos e legados sociais para o esporte, lazer e atividade física

Na visão de Almeida (2016) quando se trata do caso dos legados esportivos e às políticas direcionadas a esse setor, se faz necessário uma compreensão cuidadosa, pois enquanto alguns acreditam que os JO podem motivar e aumentar a prática de esporte e atividade física pela população, segundo a literatura não há evidências de que tal fato tenha se concretizado em edições do evento, devido a diversos motivos, como por exemplo, pela falta de uma metodologia padrão eficiente de coleta de dados durante todas as fases do evento. Graeff, Bretherton e Pigginn (2016) corroboram com Almeida (2016) e evidenciam a dificuldade de mensurar os legados esportivos e de atividade física, sendo um grande desafio aos pesquisadores que tentam estabelecer protocolos de avaliação dos níveis de atividade física, e ainda destacam o desafio para os países sede em termos de políticas.

Para Graeff, Bretherton e Pigginn (2016) é necessário refletir sobre os antecedentes sociais do país anfitrião para o planejamento e a obtenção de resultados. Para Almeida (2016), a dificuldade de isolar as particularidades dos

grupos sociais e de outras iniciativas também é uma questão a ser pensada, confirmando a asserção dos autores mencionados.

Almeida (2016) explica seus pressupostos sugerindo que os fundamentos que fomentam e viabilizam o aumento da atividade física precisam ser descritos, estimados antes de classificar os JO como o feitor desses aspectos, ou seja, se os governos compreendem que os JO tem o potencial de impulsionar a atividade física “[...] ele precisa investir em estratégias paralelas mais próximas a comunidades locais e oferecer meios e oportunidades de engajamento direto para as pessoas” (ALMEIDA, 2016, p. 71).

Graeff, Bretherton e Pigginn (2016) afirmam que há escassez de estudos e projetos abrangentes e consensuais que visem medir, avaliar e melhorar a prática de atividade física. No dizer dos autores “[...] isso talvez pudesse ser feito de forma mais conveniente se a promoção de atividade física assumisse um papel mais integrado e proeminente nas propostas de candidatura, planejamento e hospedagem de megaeventos esportivos” (GRAEFF, BRETHERTON e PIGGIN, 2016, p. 41). Assim, a visão de Almeida (2016) e Graeff, Bretherton e Pigginn (2016) são semelhantes no que se refere ao planejamento dos legados esportivos, de lazer e de atividade física.

Na visão de Almeida (2016) outro fator relevante no que se refere aos legados esportivos, é que não existe uma relação entre esporte de alto rendimento com esporte de participação ou atividade física, segundo os estudos investigados pela autora, os atletas do esporte competitivo não promovem significativa participação popular no esporte, nem vice e versa, uma grande participação popular não significa bons resultados no esporte de rendimento. O

fato que Almeida (2016) quer demonstrar com tais pressupostos é que apesar das políticas públicas de esporte estarem associadas à circunstância de sediar JO, investir no alto rendimento e na participação popular são coisas bem diferentes, e as pesquisas tem demonstrado que não existem relações entre ambas.

Almeida (2016) mostra o estudo de Coalter (2012) como um exemplo disso, no qual o autor sugere que aumentar o desenvolvimento do esporte de participação depende de igualdade social e econômica mais do que apresentá-los nos meios de comunicação, ou pelo simples fato de sediar um ME. Graeff, Betherton e Piggini (2016, p. 37) reforçam essa afirmação quando citam o estudo de Girginov e Hills (2008), que mencionam que para obter significativo grau de participação esportiva popular, é necessário “[...] lidar de maneira bem sucedida com ‘estruturas sociais profundamente enraizadas’”. Adicionalmente a isso, Graeff, Betherton e Piggini (2016) comentam que há vários autores e estudos científicos demonstrando que os objetivos de aumentar a prática esportiva e de atividade física em países sede de ME não são realistas, e que não existem evidências suficientes para comprovar isso.

Almeida (2016) menciona os JO de Londres como um caso no qual houve maior interesse em aumentar a prática esportiva da população, dado que nenhuma outra edição mostrou interesse nesse aspecto, tais Jogos tentaram “inspirar uma geração” à prática esportiva e de atividade física. No dizer de Almeida (2016) há certa confusão dos conceitos de esporte, atividade física, exercício físico, e no contexto dos ME todos eles são vistos como se fossem a mesma coisa. A autora explica seus pressupostos quando descreve que “nesse ponto o conceito de esporte perde as fronteiras mais rígidas de sua concepção

tradicional e aceita diversas práticas, desde que elas colaborem para modificar a inatividade física em nome da saúde pública” (ALMEIDA, 2016, p. 69).

Graeff, Bretherton e Piggitt (2016) corroboram com a afirmação de Almeida (2016) no que se refere à confusão de conceitos e termos, quando buscam em seu artigo analisar a política e a retórica de legado empregada nos Jogos Olímpicos de 2012 e 2016. Segundo esses autores, os JO de Londres 2016 demonstraram uma tentativa inicial de aumentar a prática de atividade física pela população, por outro lado, o governo acabou assumindo o compromisso de aumentar a prática esportiva, isso revela a confusão dos conceitos por parte das entidades, como também a falta de uma política mais direcionada para cada setor específico.

Betti (1998) traz uma contribuição nesse sentido, o autor não argumenta especificamente da confusão de conceitos feita por órgãos do governo e outras organizações no contexto dos ME, mas o autor vincula essa confusão aos meios de comunicação – que estão muito presentes nos ME – quando afirma que o termo esporte passa a “experimentar o fenômeno linguístico da **polissemia**” (grifo do autor), para ele a mídia nomeia tudo de esporte, a palavra então passa a simbolizar “[...] uma diversidade de práticas, sejam elas ligadas à melhoria da condição física (andar, correr, “malhar” na academia), superação de desafios (body jumping, asa delta, alpinismo) ou atividades na natureza (trilhas “ecológicas)” (BETTI, 1998, p. 83).

Mascarenhas (2018) também corrobora com as afirmações dos autores sobre a confusão de termos e a vasta abrangência do esporte. Segundo o autor, o esporte é um elemento da esfera social que se apresenta de forma banal e do

mesmo modo complexa, onipresente na mídia, sendo exibido de modo massivo, o que reduz seu conceito e faz com que esconda seus significados mais profundos, ora expondo seus feitos atléticos, ora sendo exposto como escândalos de corrupção (MASCARENHAS, 2018).

Mascarenhas (2018) afirma que a terminologia *Sport* é de origem inglesa, e passou a ser utilizada a partir do século XV para designar a realização de atividades corporais para divertimento, havendo a competição, mas não de forma mercantilizada como atualmente. Apesar da origem da palavra esporte, seu conceito é muito amplo e não há consenso acadêmico sobre isso, não sendo possível então, uma única definição. Para Bracht (2005, p. 16) o esporte:

[...] desemboca hoje num processo de diferenciação, ou seja, o conceito de esporte parece precisar dar conta de atividades, que pelo seu grau de diferenciação, estão a exigir adjetivações do tipo: esporte de alto rendimento ou de rendimento, esporte de lazer, esporte educativo etc. Inúmeras têm sido as tentativas de captar e traduzir em conceitos esse processo de diferenciação, com um conseqüente número de classificações.

Ademais, Graeff, Bretherton e Piggin (2016) apontam com relação aos JO de Londres 2012, que o discurso do governo local se relacionava com o fato do país tornar-se líder nos esportes e estimular a prática de atividade física e esportiva para a população, assim como uma maior orientação, apoio e informação para as pessoas que assim desejassem.

Pretendia-se então, chegar ao aumento de dois milhões de pessoas mais ativas em 2012, mas de acordo com Graeff, Bretherton e Piggin (2016) para que isso se consolidasse seria essencial uma excepcional colaboração de entidades governamentais e organizações locais, assim como os setores de

esporte e saúde. Essa meta não se concretizou, e a diretora executiva de esportes manifestou-se em 2011, relatando que o aumento foi de 111.000 mil pessoas, e que o resultado não viria imediatamente, principalmente devido ao clima vivenciado pelo país, mas que poderia haver avanços significativos após um ou dois anos.

Uma das conclusões obtidas no estudo de Graeff, Bretherton e Pigginn (2016, p. 41) foi que apesar do termo legado se fazer presente, quando se refere à atividade física é possível identificar que ela não é unificada e consolidada, dessa forma, as funções não são claras e a responsabilização e prestação de contas ocorrem de forma distinta entre as organizações e pessoas envolvidas, ou seja,

[...] o planejamento, promoção, avaliação, e financiamento de atividade física também são feitos de forma difusa entre numerosos atores e esse, certamente, é um fator que pode ser considerado como central para o fracasso dos casos analisados aqui.

Segundo Graeff, Bretherton e Pigginn (2016), o discurso dos órgãos governamentais evidenciam dois pontos importantes, um deles se refere à crise financeira do final dos anos 2000, sugerindo que essa teve impacto direto sobre o acesso às práticas, o segundo diz respeito ao fato de que a escala de tempo concebida pelos órgãos governamentais se distinguem da literatura, enquanto tais entidades esperam um legado em curto prazo, os estudos têm demonstrado que isso requer cerca de 15 a 20 anos para ser mensurado de forma satisfatória.

Após o fracasso a meta foi abandonada e no início de 2012 o foco mudou, passando a contemplar o público jovem, fazendo com que adquiram

hábitos saudáveis, e então, o quadro econômico foi trazido à tona novamente em discurso oficial pelo secretário de cultura que questiona a possibilidade do legado ser para o público adulto, sendo que os recursos financeiros são escassos (GRAEFF, BREThERTON e PIGGIN, 2016). Porém, segundo declaração do primeiro ministro, o país inteiro se beneficiaria do legado, e que traria inspiração para jovens e idosos. Dessa forma, Graeff, Bretherton e Piggin (2016, p. 38) ressaltam a confusão, as divergências das próprias organizações governamentais em torno do legado e argumentam que é fundamental que as organizações tenham suas propostas bem definidas e alinhadas, os autores descrevem que:

[...] é difícil ver a estratégia global de participação sem suspeita. De forma mais ampla, a necessidade de que o legado olímpico seja coordenado entre todas as entidades organizadoras do evento, bem como um governo anfitrião inerentemente caprichoso, demonstra a natureza problemática de todo o processo.

Almeida (2016) corrobora com Graeff, Bretherton e Piggin (2016) e menciona que há divergências entre as instituições envolvidas na realização de ME sobre o que é legado. No que se refere aos JO 2016, no âmbito esportivo e da atividade física, as ações foram predominantemente ao desporto de alto rendimento, com o Plano Brasil Medalhas 2016, visando posicionar o Brasil entre os 10 melhores Olímpicos e os 5 melhores Paralímpicos (ALMEIDA, 2016). A atividade física não foi mencionada nos planos dos Jogos, ao nosso ver isso foi uma falha e pode ser um problema, pois o Diagnóstico Nacional do Esporte

constatou que cerca de 45,9% da população brasileira é sedentária, que se caracteriza pela falta ou diminuição da atividade física¹⁴.

De acordo com o estudo Práticas de Esporte e Atividade Física, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério do Esporte

seis em cada dez pessoas (62,1%) com 15 anos ou mais não praticaram esporte e/ou atividade física entre setembro de 2014 e setembro de 2015, contra 37,9% que praticaram. Em termos de população projetada, são mais de 100 milhões de sedentários e 61,3 milhões que se consideram mais ativos¹⁵.

Com relação ao esporte escolar, o Dossiê de Candidatura define como estratégia algumas intervenções nas escolas, entre elas reuniões com os professores da rede municipal e estadual, mas de acordo com Graeff, Bretherton e Piggin (2016) estudo feito com professores desses setores demonstrou desconhecimento por parte dos entrevistados sobre o Dossiê de Candidatura, o planejamento e legados para estimular o esporte. Almeida (2016) corrobora com isso quando menciona esse mesmo estudo e acrescenta que a percepção desses professores sobre os legados dos Jogos Pan-Americanos Rio de Janeiro 2007, foram de curto prazo ou inexistentes. Graeff, Bretherton e Piggin (2016) ainda

¹⁴ BRASIL. Ministério do Esporte. Diesporte – Diagnóstico Nacional do Esporte – Caderno I. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_grafica.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

¹⁵ Práticas de Esporte e Atividade Física. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/57492-pesquisa-indica-alto-grau-de-sedentarismo-e-reforca-que-investimento-publico-em-esporte-e-essencial>>. Acesso em: 16 out. 2019.

mencionam que os professores disseram que nunca houve tentativa de aproveitamento dos Jogos Olímpicos para estimular o esporte escolar.

Rolnik (2016) menciona que se as instalações forem planejadas para o uso da população, próximos às comunidades podem trazer oportunidades culturais e sociais, esportivas e de lazer, aumentar as áreas verdes e a apropriação do local. Almeida (2016) indica que as propostas de construção de estruturas esportivas pelo país, representa uma cultura de construção ao invés de manutenção, ignorando as necessidades e interesses da população, com intuito de demonstrar ganhos “tangíveis”, ou seja, que podem ser vistos mais facilmente, endossando o discurso referente aos legados positivos de sediar ME. Essa constatação leva a autora a outro tipo de reflexão, como: quem será responsável pela administração do local? Quais os custos de manutenção? Quais políticas e quem irá fomentá-las? Respostas não encontradas nem mesmo nos documentos de candidatura, que persiste em outros meios oficiais e governamentais (ALMEIDA, 2016).

Reconhecemos a partir dos estudos que o esporte de alto rendimento não tem relação com o aumento da atividade física e lazer. Acreditamos que isso poderia ser modificado se houvessem ações direcionadas a cada contexto específico de atuação e participação, e que as intervenções pudessem democratizar os conhecimentos sobre o esporte de rendimento, o esporte de participação, o lazer e a atividade física, considerando cada particularidade e necessidade de cada um, permitindo o reconhecimento de cada realidade e sua relação com a sociedade, sua importância, enfim, que pudesse trazer autonomia para os sujeitos pensarem a respeito das questões que envolvem esses temas complexos e permitir que façam escolhas sobre o uso de seu tempo.

Nesse ponto de vista, é fundamental considerar os conceitos de lazer e do esporte de um ponto de vista sociocultural. Enquanto manifestações humanas, que podem ter diferentes significados para diferentes pessoas. É preciso compreendê-los também a partir de concepções das Ciências Humanas, valorizando o conceito de *cultura*, ou seja, como construções socioculturais, que se relacionam com o contexto histórico, e exercem e recebem influências da e na sociedade, representando suas próprias características, portanto, não estão alheios às transformações sociais, sendo passíveis de serem re/significados. Entender o esporte e o o lazer a partir de perspectivas socioculturais não significa portanto, recusar seu caráter biológico, das Ciências Naturais, mas ampliar sua concepção e seus saberes e dessa forma, valorizá-los enquanto construções socioculturais, que necessitam de visões abrangentes para a construção de políticas a eles direcionadas, reconhecendo suas relações com a sociedade.

Marcellino (2008, p. 11) aponta que “a relação que se estabelece entre lazer e sociedade é dialética, ou seja, a mesma sociedade que o gerou, e exerce influências sobre seu desenvolvimento, também pode ser questionada, quando se experimentam seus valores”. Isso significa que o lazer pode ser um tempo livre para o descanso e para o divertimento, mas também pode contribuir como tempo de desenvolvimento social, “tempo privilegiado para vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural [...]” (MARCELLINO, 2008, p. 11). Essa perspectiva sugere o lazer como direito social transformador de valores, como a cooperação, a autonomia e a emancipação.

Referente ao contexto esportivo, Betti (1989, p. 7) menciona que “o esporte [...] não está envolto numa redoma de vidro, reflete características da sociedade na qual está inserido, e com ela interage”. Rubio (2002, p. 130)

também aponta as relações entre esporte e sociedade, para a autora o esporte “[...] tem refletido a forma como a sociedade vem se organizando, espelhando as diferenças entre Estados, povos e classes sociais [...]”.

O esporte é um dos maiores fenômenos da sociedade contemporânea e se tornou conteúdo hegemônico da EF e da cultura corporal de movimento, além de ser uma das maiores instituições do planeta, com suas próprias regras precisas e universais, valores, normas, e importante atividade econômica. Considerando o contexto da sociedade capitalista, o esporte também apresenta características desse sistema, como: a competição, o rendimento físico-técnico máximo, busca da vitória, o *record*, a racionalização e cientificização do treinamento, a hierarquia social e recompensa extrínseca (BETTI, 1989; BRACHT, 2005). Nos JO este é o modelo de esporte apresentado nas competições, no entanto, os valores humanos positivos podem transcender as disputas, e adquirir outras representações e significados.

A partir dessas duas principais manifestações esportivas, é possível identificar que o esporte pode ter diferentes significados na sociedade. Para o atleta, por exemplo, é uma profissão, para os torcedores podem simbolizar uma atividade do contexto do lazer. Entende-se, assim, que o esporte está relacionado com o lazer enquanto seu conteúdo e também e pode estar associado com outras dimensões da vida humana, como o trabalho e a educação. Essas constatações são importantes na construção de políticas públicas na área e para a prática pedagógica, que deve se fundamentar em uma visão abrangente, principalmente as Ciências do Movimento Humano, que carrega sua identidade pautada predominantemente nas Ciências Naturais.

Compreender a EF fundamentada em uma perspectiva sociocultural, a relação da disciplina com a cultura é importante para a reflexão, trazendo elementos para contribuir na intervenção pedagógica e na construção de políticas públicas na área. Para Bracht (2005, p. 99) entender o saber pertencente a EF:

[...] como uma dimensão da cultura não elimina sua dimensão natural mas a redimensiona e abre nossa área para outros saberes, outras ciências (outras interpretações) e amplia nossa visão dos saberes a serem tratados. Uma das consequências é ver as atividades físicas ou as práticas corporais (que perfazem nossa cultura corporal, de movimento ou corporal de movimento) como construções históricas, portanto não mera consequência da ordem natural, com sentidos e significados advindos dos diferentes contextos onde são/foram construídos pelo homem.

Segundo o autor, a cultura corporal de movimento é construída a partir do significado atribuído a ela, e envolve a forma que seus praticantes a realizam num determinado contexto histórico, sendo assim, é possível ser construída e/ou reconstruída, mantendo seu significado ou até mesmo sendo ressignificada. Bracht (2005) aponta que compreender os conteúdos da EF por uma dimensão cultural contribui para uma visão ampliada da área, favorecendo o trabalho com os conteúdos a serem tratados, e isso não significa desconsiderar os aspectos biológicos, mas entender a cultura corporal de movimento como uma construção sociocultural portadora de significados.

As manifestações da cultura corporal de movimento significam (no sentido de conferir significado) historicamente a corporeidade e a movimentalidade – são expressões concretas, históricas, modos de viver, de experienciar, de entender o corpo e o movimento e as nossas relações com o contexto – nós construímos, conformamos, confirmamos e reformamos sentidos e significados nas práticas corporais (BRACHT, 2005, p. 100).

Para Velozo (2009, p. 17)

ao pensar a Educação Física e as práticas corporais pela ótica da cultura, estamos necessariamente provocando um rompimento com a visão predominantemente naturalizada de ser humano e de mundo que ainda vigora na área.

Essas reflexões são de extrema importância no contexto dos JO 2016, pois os Jogos podem deixar tanto legados positivos como negativos para as áreas, da EF e do lazer, e obter legados positivos depende de políticas públicas de esporte e lazer que propiciem melhorias no acesso aos direitos sociais, ao lazer e ao esporte, e também melhorias nas condições de vida da população. Se o esporte e o lazer se relacionam com a sociedade, exercendo e recebendo influência dela, o mesmo acontece nos ME, como no caso dos JO, pois essas competições são reproduções de seus tempos, e trazem elementos, representações culturais e sociais.

5.5 Motivações para realizar megaeventos esportivos e o caso dos Jogos Olímpicos 2016

O esporte é uma das principais atrações dos JO, contudo, não é o único motivo pelo qual os países justificam suas candidaturas, envolvendo assim outros quesitos como o desenvolvimento econômico, reestruturação urbana, benefícios sociais e políticos com base em experiências positivas anteriores (ALMEIDA, 2016). Lima et al. (2016) mencionam que são vários os motivos que despertam interesse nos países em sediar ME, sendo principalmente, o

desenvolvimento socioeconômico, cobertura midiática, mostrando o país internacionalmente e divulgando sua imagem como destino turístico e local propício à investimentos e lucros advindos de patrocínios. Para Mendes e Legroux (2016) a retórica das organizações públicas que justificam a realização de ME se relacionam com os benefícios econômicos e urbanos, sendo que, o primeiro tem sido refutado pela literatura.

Para Graeff, Bretherton e Piggin (2016) é especialmente importante considerar que os tipos de legados podem receber diferentes ênfases, a atividade física por exemplo, pode receber diferentes prioridades quando se trata de ME, como no caso de Londres, onde houve uma tentativa de massificação esportiva e de atividade física mais acentuada em comparação com o caso do Rio de Janeiro.

No caso do Brasil, realizar os JO 2016 fez parte da agenda de política externa do país, que no momento de candidatura e definição como sede, vivia um momento bom em termos econômicos e de visibilidade mundial, representando a sétima maior economia do mundo (ALMEIDA, 2016). O país buscava então, estabelecer parcerias internacionais e situar-se como representante e líder regional em órgãos internacionais. O mesmo aconteceu com a Copa do Mundo FIFA (2014), que além da representatividade e do significado do futebol no Brasil, o país também necessitava mostrar ao mundo o momento em que ele estava vivendo (VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

Mascarenhas (2018) menciona o fato de ser a primeira edição sul-americana dos JO de verão e, na visão de Almeida (2016), isso justifica o discurso da candidatura dos JO 2016, que evidenciava a importância de serem os primeiros JO na América do Sul, sendo uma forma de promoção internacional.

Graeff, Bretherton e Piggin (2016) também evidenciam tal declaração, mencionando a fala do então presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, na qual é enfatizado que os JO deveriam ser realizados na América do Sul pela primeira vez, contribuindo para igualar diferenças históricas de países sede e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Américo e Margadona (2017) também certificam o fato de serem os primeiros JO a serem realizados na América do Sul, cento e vinte anos após sua primeira edição.

Almeida (2016) sugere que a escolha pelo Brasil se deu como parte da agenda política brasileira, a autora utiliza-se da seguinte argumentação

a candidatura Rio 2016 era parte da agenda política externa brasileira para reforçar e estabelecer relações multilaterais, para mostrar o crescimento econômico e político e sua liderança na América do Sul a partir de uma plataforma internacional de visibilidade como os Jogos Olímpicos. Além disso, vencer uma eleição internacional contra países de “maior desenvolvimento” (Estados Unidos, Espanha e Japão) temporariamente posicionou o país entre os líderes internacionais na esfera simbólica e discursiva (ALMEIDA, 2016, p. 74).

Almeida (2016) chama a atenção para o fato de que há discursos comuns que justificam sediar ME, mas que também há especificidades entre os países e até mesmo no país sede, e ao comprovar essa ideia a autora busca evidenciar a importância de considerar cada evento com suas próprias características e particularidades, evitando generalizações e aplicação de medidas e referências padronizadas para os locais sede, além da relevância de se pensar no tipo de nomenclatura que é concedida aos eventos. De acordo com Almeida (2016) o prefixo “mega” é usado para incorporar benefícios simbólicos, justificando assim, investimentos públicos em empreendimentos privados.

Para Graeff, Bretherton e Piggitt (2016), diferente do contexto dos JO de Londres 2012, os JO 2016 no Rio de Janeiro, não tiveram a atividade física como prioridade, proposição que corrobora com Almeida (2016), sendo o seu foco principal o potencial dos Jogos em melhorar o desenvolvimento socioeconômico, com a criação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e da Autoridade Pública Olímpica (APO), com duas divisões: Transporte e Tráfego Olímpico e Sustentabilidade, tendo como objetivo o desenvolvimento econômico e urbano.

Dessa forma, Almeida (2016) conclui que os JO legitimam investimentos estruturais, ao mesmo tempo que tais investimentos justificam o legado, sendo, portanto, uma emboscada, pois os recursos poderiam ser investidos de forma mais estratégica, demonstrando assim, que existem interesses ocultos em sediar ME.

Os ME possuem características como o grande número de pessoas envolvidas, transformações urbanas e altos custos, por isso, a produção científica a respeito de ME os percebe como complexos, de grandes dimensões, que necessitam de investimentos e geram impactos e legados sociais, que podem ser positivos e/ou negativos. No caso do Brasil, que sediou uma diversidade deles em um período de curto tempo, isso representou a capacidade do país, e proporcionou a visibilidade na mídia global.

Além disso, a realização dos JO 2016 teve como maior objetivo mostrar a força econômica do país naquele momento, tentando fortalecer suas parcerias com outros países e organizações e se posicionar enquanto líder regional na América do Sul, já que seriam os primeiros JO no continente, que também é constatado como uma das principais motivações do país. Os resultados desses

eventos podem estar associados à agenda dos governos e organizações esportivas, que pode se modificar a depender da edição e das diferenças históricas, culturais, sociais e econômicas dos países e cidade sede, que podem ter desejos e motivações divergentes quanto aos ME, assim, identificamos que o aumento da atividade física, lazer e esporte, não foram tomados como prioridades pelos governos brasileiros, que priorizaram a construção de estruturas. A realização de ME no país foi um sucesso, mas também geraram problemas.

Algumas das dificuldades e problemas relacionados aos JO 2016 na percepção de professores de EF serão apresentados a seguir, como também os significados e legados sociais de tais eventos na visão deste grupo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO – PESQUISA DE CAMPO

6.1 Experiência profissional e acadêmica dos professores entrevistados

Este tópico se refere aos resultados das entrevistas com os professores de EF que atuam no ensino superior na cidade do Rio de Janeiro. Selecionamos para nosso estudo, professores que adotam correntes teóricas socioculturais da EF, ou seja, que possuem experiência profissional e/ou acadêmica relacionada a cultura corporal de movimento, ao esporte, ao lazer, políticas públicas e/ou gestão esportiva. As principais experiências dos professores são: gestão (A, B, F, H), lazer (C, D, E, G, H), cultura (B, C, F, H), políticas públicas (A, B, D, E, F, H) e políticas educacionais (B, F, G). O Quadro 4 e o Quadro 5 ilustram a experiência dos professores.

Quadro 4 – Idade, instituição e experiência acadêmica dos professores entrevistados

PROFESSOR(A)	IDADE (ANOS)	INSTITUIÇÃO (PÚBLICA / PRIVADA)	EXPERIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR (ANOS)
A	55	Privada sem fins lucrativos	20
B	45	Privada sem fins lucrativos	12
C	47	Pública	23

(Continua)

(Continuação)

PROFESSOR(A)	IDADE (ANOS)	INSTITUIÇÃO (PÚBLICA / PRIVADA)	EXPERIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR (ANOS)
D	41	Pública	15
E	64	Privada sem fins lucrativos	15
F	27	Privada com fins lucrativos	4
G	33	Privada com fins lucrativos	Aproximadamente 2
H	48	Privada sem fins lucrativos	18

Fonte: autoria própria

Quadro 5 – Experiência dos professores em relação às temáticas

EXPERIÊNCIA TEMÁTICAS	PROFESSORES
GESTÃO	A, B, F, H
LAZER	C, D, E, G, H
CULTURA	B, C, F, H
POLÍTICAS PÚBLICAS	A, B, D, E, F, H
POLÍTICAS EDUCACIONAIS	B, F, G

Fonte: autoria própria

O professor A tem vasta experiência atuando como professor universitário, sendo que as principais disciplinas que ministra são organização e gestão de projetos e EF para idosos. Como experiência profissional com políticas públicas de esporte e lazer, trabalhou na construção do projeto das Vilas

Olímpicas, no Programa Feliz Idade e na secretaria do envelhecimento saudável e qualidade de vida, desenvolvendo diversos programas de atividade física e lazer para idosos.

O professor B tem experiência atuando na universidade há 12 anos. As principais disciplinas que o professor já trabalhou são: história da EF, ética, cultura corporal e tópicos de saúde. Somado a isso, o professor B possui experiência profissional com políticas públicas, atuou como subsecretário municipal de esporte e lazer, foi coordenador e participou da implantação das Vilas Olímpicas, trabalhou como consultor do Ginásio Olímpico Experimental (GEO), e atualmente desempenha o cargo de gestor esportivo/cultural escolar.

O professor C possui 23 anos de experiência na universidade. As principais disciplinas que desenvolve são: história do esporte e da EF, história do lazer e das práticas corporais, história da educação, estudos do lazer e da animação cultural e estudos culturais. O professor C menciona que gosta de dar aulas mas a ocupação que mais gosta é a de pesquisador, na qual desenvolveu pesquisas de lazer de intervenção e atualmente seu foco é pesquisa histórica. Suas investigações estão relacionadas ao esporte e linguagens, esporte e lazer do século XIX no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, e história do esporte no continente africano.

O professor D possui 15 anos de experiência na universidade e já atuou como professor na Vila Olímpica da Maré. O professor desenvolve na universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão relacionados às políticas públicas de educação, políticas públicas de esporte e lazer, política educacional, e teoria social. Suas principais análises são sobre os estudos do lazer, lazer e cidade,

lazer e espaço público, lazer e apropriação do espaço e da cidade, o esporte e seus desdobramentos sócio políticos.

A professora E tem experiência universitária de 15 anos. Atualmente ministra disciplinas como expressão corporal e folclore, recreação e lazer, fundamentos da ginástica, metodologia do ensino fundamental na EF, prática pedagógica e monografia. As pesquisas desenvolvidas pela professora E envolvem as seguintes temáticas: recreação, lazer, envelhecimento, espaços de lazer, espaços urbanos de lazer, educação física escolar, linguagem do corpo e movimento, psicomotricidade, aprendizagem e desenvolvimento motor e educação à distância.

O professor F tem experiência no ensino superior há 4 anos. As disciplinas que possui experiência são: dimensões sócio antropológicas da EF e do esporte, pedagogia da educação, da EF e do esporte, gestão esportiva/cultural escolar. As principais áreas de atuação e de investigação do professor F estão relacionadas à formação de professores, docência, epistemologia da educação física, sociologia do corpo e metodologia da pesquisa.

O professor G começou a atuar no ensino superior no ano de 2018, ministrando disciplinas como dimensões histórico-filosóficas da EF, noções do jogo e lazer. O professor G também trabalha como professor na educação básica há cerca de nove anos.

O professor H possui 18 anos de experiência no ensino superior, onde desenvolve disciplinas e pesquisas sobre análise sociocultural do esporte, gestão esportiva, turismo esportivo, e formação, intervenção e políticas de esporte e lazer. O professor H também possui experiência com estudos Olímpicos.

6.2 Significados dos Jogos Olímpicos 2016

Para apresentar os significados dos JO 2016 mencionados pelos professores, retratamos o Quadro 5, seguido da descrição e a análise das falas.

Quadro 5 – Significados dos JO 2016 para os professores de EF

SIGNIFICADOS JO 2016	PROFESSOR(A)
Falta de planejamento Adesão da população	A
Visibilidade da cidade Sentimento de perda	B
Aproveitamento da cidade/festas	C
Evento que gerou problemas	D
Visibilidade da cidade Capacidade do país	E
Descaso com as políticas públicas Sentimento negativo Evento político	F
Evento político	G
Visibilidade do país e da cidade sede	H

Fonte: autoria própria

Para o entrevistado A, o significado dos JO 2016 se relaciona com a adesão da população ao evento e com a falta de planejamento. O professor comenta que houve investimento, mas que aconteceu de forma tardia, ou seja, em curto prazo, muito próximo do evento e aponta a necessidade de um projeto longitudinal. O entrevistado A alega que

“[...] não adianta fazer projeto de quatro anos porque não vai dar certo, o atleta não consegue amadurecer em quatro anos, tem que ter dois ciclos Olímpicos para conseguir, no primeiro ciclo aprende, no segundo dá resultado”.

Para o entrevistado B, o significado dos JO 2016 é a visibilidade da cidade do Rio de Janeiro, no entanto, ele também menciona que os escândalos de corrupção, as coisas erradas que foram feitas, causaram um sentimento de perda na população, que acabou ocultando a imagem boa que poderia ter deixado. Eis a fala do entrevistado B que demonstra essa afirmação:

“[...] também gera na população um sentimento de perda de pouco legado, de equipamentos mal utilizados, e se potencializaram com os escândalos de corrupção, ou seja, era um problema que já existia, ela ramificou, abraçou os JO, acabou ofuscando, tirando a imagem do bom contributo que a Olimpíada deu para a cidade”.

O professor F corrobora com o B quando afirma que existe um sentimento negativo, de um momento que foi desperdiçado para a melhoria da cidade. Vico, Uvinha e Gustavo (2019) verificaram que as consequências de uma má administração dos interesses dos residentes podem gerar aversão ao evento com a percepção errada de seu objetivo.

O entrevistado C sugere que o significado dos JO 2016 foi o de aproveitar a cidade, principalmente as festas que aconteceram, a cidade ficou festiva durante muito tempo. Para ele os Jogos são como outros eventos que acontecem na cidade, como o carnaval, o Rock in Rio, o Réveillon. O professor C faz a seguinte afirmação

“[...] para mim esses eventos foram mais uma oportunidade de sair, de beber, de festejar com os amigos [...] eu fui muito nas festas públicas, notadamente as festas da praça Mauá, que inauguraram aquele *Boulevard* Olímpico novo ali que ficou ótimo, muito legal, foram festas muito legais nos JO, a Copa do Mundo foi menos festiva, embora a cidade tivesse ficado mais cheia ainda do que nos JO”.

Para o entrevistado D, o significado dos JO 2016 é de um evento que trouxe grandes problemas futuros para a cidade e para o estado do Rio de Janeiro. Como exemplos desses problemas, ele menciona o grande volume de obras estéreis, ou seja, que não estão sendo utilizadas, crises financeiras municipal e estadual. E ele afirma que a crise não se deve apenas aos JO 2016, mas trata-se de uma crise mundial, no entanto, os contratos estabelecidos devem ser pagos e cumpridos, o que acarretou agravos com pagamentos de funcionários e fornecedores, e a interrupção de políticas sociais. No ponto de vista do entrevistado, “a promessa de felicidade”, de retornos econômicos, no caso dos JO 2016 não aconteceu, ao contrário disso, o estado do Rio de Janeiro entra em uma crise muito severa comparado à outros estados. Uma parte de sua declaração que representa aspectos de tal afirmação é a seguinte:

“[...] o esforço exigido para a construção dos Jogos no que se refere a investimentos que não retornam, por exemplo, uma obra de uma passarela, de um metrô retorna para a população, uma obra de um estádio não, aquilo acabou, e isso é um desdobramento para mim muito problemático em relação aos eventos, temo que a gente tenha copiado a Grécia de 2004, no sentido de que passados os eventos, problemas muito severos assumiram compromissos com os eventos”.

Para a entrevistada E, o significado dos JO 2016 se refere à visibilidade da cidade e à capacidade do país em sediar ME. Ela faz a seguinte argumentação:

“[...] o Rio foi escolhido como uma capital internacional, primeira capital internacional de arquitetura, e acho que também teve esse olhar, parece que não mas a gente se mostra numa Copa do Mundo, numa Olimpíada, a gente de uma certa forma “bota” a cara pra fora da janela e fala olha eu to aqui, e eu faço isso também”.

Os professores B e H corroboram com a professora E nesse sentido, e mencionam que o significado dos JO 2016 é e a visibilidade do país e cidade sede. As declarações dos entrevistados se aproximam da literatura, na qual identificamos que há certo consenso sobre a associação da realização de ME à reestruturação urbana das cidades, com o objetivo de posicioná-las e exibí-las globalmente (ALMEIDA, 2016; MENDES e LEGROUX, 2016; ROLNIK, 2016; FAGERLANDE, 2017; VAZQUEZ, 2017; MASCARENHAS, 2018; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

Para o entrevistado F o significado dos JO 2016 apresenta certa hipocrisia e descaso com as políticas públicas, o que acabou transcendendo a beleza do evento, o que se deu pelo fato de que as principais mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro para receber os ME não atendeu a população em absoluto. Para Mendes e Legroux (2016) e Vazquez (2017) a realização de ME e as reestruturações visam uma lógica capitalista, *market-friendly*, e o Estado acaba favorecendo o mercado, não atendendo a interesses públicos, mesmo que com um discurso de bem estar social, ocasionando em exclusão e segregação socioespacial, que aconteceu nos JO 2016, quando uma série de pessoas tiveram seus direitos violados e foram removidas dos seus locais, o que agudizou as

desigualdades sociais (MENDES e LEGROUX, 2016; ROLNIK, 2016; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

Como exemplo disso, ele menciona as transformações no setor de transportes e mobilidade, como o aumento da linha de metrô que apesar de ter melhorado, ainda apresenta problemas. O professor F relata que não é possível realizar ciclos completos de transporte na cidade, ou seja, as conexões entre os diversos modais de transporte são ruins e alguns dos trajetos oferecidos que possuem uma grande demanda não são adequados. A fala do professor F se aproxima do estudo de Mendes e Legroux (2016), no qual os autores indicam contradições que permearam as construções de mobilidade na cidade do Rio de Janeiro, como a falta de segurança, de conforto, a reprodução de uma “hierarquia modal”, e a “reintrodução de uma política oficial de remoção de favelas”, que foi em grande parte removida por conta dos projetos de transporte. De acordo com Mendes e Legroux (2016) e Mascarenhas (2018), os projetos de mobilidade privilegiaram o uso de automóvel particular e não a população de baixa renda que necessita de transporte público.

Para o entrevistado G os JO 2016 foi um evento que tinha potencial positivo, um projeto que tinha capacidade de trazer benefícios, mas que não foi feito de forma séria, portanto, para ele o significado é o de um evento político, no qual o objetivo era o de lucrar com sua realização, e não gerar transformações e melhorias sociais. Parte de sua fala a respeito do significado é a seguinte:

“[...] foi mais uma forma de conseguir dinheiro, fazer política com o evento, foi mais um evento político do que propriamente um evento de abrangência nacional, de legado, de legado Olímpico [...]”.

Para o professor F, os JO 2016 também tem significado político. As percepções do professor F e G sobre um evento político vão ao encontro da literatura que indicou que o principal significado, motivação da realização dos JO 2016, e de outros eventos Brasil, como a Copa 2014, foi o de mostrar sua força política e econômica para o mundo e estabelecer relações com outros países e organizações (ALMEIDA, 2016; GRAEFF, BRETHERTON e PIGGIN; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

De acordo com as afirmações dos professores, os significados dos JO 2016 podem estar relacionados tanto com aspectos positivos como negativos ou até mesmo essas duas perspectivas podem estar relacionadas. Apesar do significado ser algo de natureza singular, ou seja, muito particular de cada indivíduo, podemos fazer algumas aproximações entre as respostas obtidas. Os professores atribuem significados tanto positivos como negativos aos JO 2016.

O principal significado indicado pelos professores (B, E e H) é a visibilidade do país e cidade sede, o que corrobora com a literatura, portanto, a visibilidade e a imagem do país e da cidade sede parece representar um importante fator para a realização de ME, a reestruturação e a revitalização do local sede com objetivo de exibir sua imagem, estimular a visibilidade internacional, e reposicionar o país e a cidade enquanto potência econômica e global têm sido aspectos comuns na realização de ME (ALMEIDA, 2016; MENDES e LEGROUX, 2016; ROLNIK, 2016; FAGERLANDE, 2017; VAZQUEZ, 2017; MASCARENHAS, 2018; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

Apesar das opiniões dos professores serem distintas, podemos aproximar algumas respostas dos entrevistados (A, B, D e F) no que se refere aos

aspectos negativos. A falta de um planejamento longitudinal para as políticas esportivas (A), a falta de uso dos equipamentos (B/ D), as crises (D), a corrupção (B), a interrupção (D) e o descaso (F) com as políticas públicas de certa forma estão imbricadas, pois a corrupção e as crises podem ter implicações na falta, no descaso e na interrupção de políticas sociais efetivas, e acabaram se desdobrando em má ou não utilização dos equipamentos construídos, e dessa forma gerou um sentimento de “perda” e sentimento “negativo” na população, como afirmam os entrevistados B e F respectivamente, e que também consta na literatura, no estudo de Vico, Uvinha e Gustavo (2019), que verificaram que as consequências de uma má administração dos interesses dos residentes podem gerar aversão ao evento com a percepção errada de seu objetivo.

Os professores A e C mencionam a adesão da população e a participação no evento, respectivamente, como significados positivos dos JO 2016. Os estudos de Américo e Margadona (2017), Facina (2018) e Vico, Uvinha e Gustavo (2019) sugerem que motivar e possibilitar as pessoas a aderirem e a participarem de ME pode gerar sentimentos positivos a eles relacionados.

Percebemos que os ME podem ter diferentes representações e significados, inclusive em suas diferentes fases como antes, durante e após sua realização, podendo gerar sentidos positivos e negativos, fato que também pode se modificar. Em função disso, é essencial um planejamento adequado, visando princípios de transparência e igualdade na utilização e distribuição dos recursos no país e cidade sede, assim como a gestão após o evento, garantindo maior participação popular e podendo gerar mais sentidos positivos de sua realização em detrimento de significados negativos.

6.3 Impactos e legados sociais positivos dos Jogos Olímpicos 2016

Seguem no Quadro 6 as respostas dos professores de EF para a pergunta: quais os legados sociais positivos dos JO 2016 na sua opinião?

Quadro 6 – Impactos e legados positivos dos JO 2016 para os professores de EF

IMPACTOS E LEGADOS POSITIVOS	PROFESSOR(A)
Logística Infraestrutura Mobilidade	A
Mobilidade Infraestrutura Ginásio Experimental Olímpico	B
Infraestrutura Mobilidade	C
Infraestrutura	D
Infraestrutura Mobilidade	E
Mobilidade Infraestrutura Representação cultural	F
Projeto Transforma	G
Infraestrutura Turismo Transporte Conhecimento/ mão de obra especializada em eventos	H

Fonte: autoria própria

Os legados positivos dos JO 2016 na visão do professor A são: a logística e a infraestrutura da cidade, e o transporte. Ele comenta sobre a revitalização do centro da cidade e a área do porto, que foram todas remodeladas seguindo o modelo Barcelona, e que os eventos passaram a acontecer neste local. De acordo com o entrevistado A a construção e a reforma de algumas estruturas e a melhoria do transporte foram as únicas coisas que aconteceram de forma positiva, o professor alega que:

“para que o evento acontecesse na cidade algumas obras aconteceram, fizeram uma obra ali, o Museu do amanhã, o Aquário, o teleférico, coisa de primeiro mundo, sensacional para o turismo, que foi uma característica que herdamos da Olimpíada [...]”.

O entrevistado A ressalta que os eventos que acontecem na cidade acabam sendo no centro, no local revitalizado, eis sua fala a respeito disso:

“[...] todos os eventos migram para aquele local que tem toda uma logística de concentrar pessoas [...] tanto que hoje, no Rio de Janeiro, os grandes eventos culturais também usam esse espaço para concentrar pessoas, *shows*, carnaval, ali virou um ponto bem interessante para a cidade”.

O professor A também indica o transporte como legado positivo:

“[...]o metrô chegou na Barra, herdamos essa melhoria no transporte da Olimpíada, outro ponto a Transolímpica o trecho que eu levava uma hora, hoje eu demoro meia hora para chegar aqui, a conexão da cidade melhorou muito”.

Para o entrevistado B, os legados positivos são o transporte e a infraestrutura, ele utiliza a seguinte argumentação:

“[...] o sistema de locomoção do Rio de Janeiro, algumas obras saíram do papel com o monte da Olimpíada, como o túnel da grota funda que estava no papel há sei lá, quarenta anos, com o BRT, então foi ampliado a malha viária da cidade [...]”.

A infraestrutura dos espaços e equipamentos construídos na Barra da Tijuca e a criação do Ginásio Experimental Olímpico, onde as crianças estudam e praticam esporte, também são positivos.

De acordo com o entrevistado C, é preciso avaliar qual foi o legado, pois durante a preparação e realização do evento houve alguns acadêmicos que foram bem críticos com relação aos JO, mas que isso prejudicou análises mais profundas sobre os legados, portanto, é necessário aprofundar esse debate. Segue sua fala a respeito disso:

“[...] uma série de grupos acadêmicos bateram muito no evento, e tinha que bater porque tinha que denunciar a série de equívocos que estavam acontecendo [...] a gente ainda não avaliou de forma aprofundada qual foi, de fato, o legado que sobrou para a cidade, uma parte porque um grupo de pessoas que só estava interessada de maneira cosmética no evento já não se interessou mais, uma galera que já abandonou o negócio, outra porque alguns colegas continuam ainda um pouco no tom de denúncia, e aí é mais fácil seguir nesse tom de denúncia, eu acho que a grande questão é tentar aprofundar o debate de forma mais equilibrada”.

Para o professor C os JO 2016 trouxeram alguns ganhos para a cidade como as obras de infraestrutura e de mobilidade. Ao falar da infraestrutura o professor menciona a criação do *Boulevard* Olímpico, a revitalização daquela área central e portuária, a retirada do elevador da perimetral. Sobre a mobilidade, o professor C aponta a criação do Veículo Leve sobre Trilho (VLT) e o aumento da linha de metrô.

Para o entrevistado D, o legado positivo dos JO 2016 é a infraestrutura, mais especificamente a reformulação da região central da cidade do Rio de Janeiro. Para ele, a construção do *Boulevard* Olímpico, a revitalização da praça XV, do Museu do Amanhã e a derrubada da perimetral foram elementos positivos, pois a população pode utilizar esses espaços, após os Jogos, para atividades do contexto do lazer.

No dizer da entrevistada E, o legado positivo dos JO 2016 é a infraestrutura e a mobilidade. A revitalização do centro da cidade, a Praça Mauá, o *Boulevard* Olímpico, o Museu do Amanhã, o VLT e a derrubada da perimetral são os pontos ressaltados pela professora sobre a infraestrutura e que mostram o quanto a cidade é linda. O aumento da linha do metrô é mencionado como ganho em mobilidade.

De acordo com o entrevistado a mobilidade, a infraestrutura e a representação das delegações foram legados positivos. O entrevistado menciona que a questão do transporte, a construção do BRT é mencionada como positivo. Ao tratar da infraestrutura o entrevistado F indica que a escola de EF da UFRJ foi toda reformada.

O professor G menciona como legado positivo o Transforma, que trata-se de um projeto de capacitação de professores de EF para o desenvolvimento de modalidades esportivas Olímpicas nas escolas, no qual eles aprendiam a trabalhar com os materiais que estão à disposição, assim como a criação a partir de materiais recicláveis, eis sua fala a respeito disso:

“[...] teve um projeto Olímpico aqui no Rio de Janeiro, capacitações para professores, o Transforma, que levava algumas modalidades Olímpicas para dentro das escolas, trabalhar algumas modalidades, até mesmo com materiais recicláveis, isso foi um ponto positivo [...]”.

O professor G destaca que no projeto Transforma teve um fator positivo relacionado ao badminton, no qual a federação da modalidade realizou cursos de capacitação e também doou material para os professores que participaram, um material de boa qualidade, então ele usava nas escolas que atuava.

O entrevistado H tem uma visão bem positiva dos legados dos JO 2016. Para ele, os legados positivos dos JO 2016 são a infraestrutura, o turismo, o transporte, o conhecimento e a mão de obra especializada em eventos. No que se refere à infraestrutura o entrevistado H menciona que percebe melhorias nesse aspecto, sendo que após os ME a cidade passou a ter condições de sediar diversos outros eventos, ou seja, ela está preparada para realizar qualquer tipo de evento, dispondo de infraestrutura adequada para tal, inclusive uma boa malha viária. Segundo o entrevistado as intervenções que foram feitas não aconteceriam se não houvesse a realização dos JO. Para o professor H, a revitalização do centro da cidade também é um legado positivo de infraestrutura, como por exemplo, a criação do *Boulevard Olímpico*, a Orla Conde, os museus, o aquário, e ele evidencia que se trata do segundo local mais visitado no Rio de Janeiro, e comenta sobre a inauguração da roda gigante também naquele espaço, que tem um grande potencial turístico.

Com relação ao turismo, o professor H menciona o aumento da rede de hotéis na cidade do Rio de Janeiro, segundo sua declaração, a rede hoteleira

dobrou, ou seja, chegam até 70%, 75% de ocupação todo o ano. O entrevistado H também indica o turismo esportivo como legado positivo, que a cidade tem vocação para este setor, que ganhou maior visibilidade em função dos ME, como a maratona do Rio, por exemplo.

Outro legado positivo descrito pelo professor H é o conhecimento e a mão de obra especializada em eventos, assim, foi possível a formação de uma população especializada em eventos e em diversas áreas a eles relacionadas, como a cultura, o esporte, o trânsito, as questões políticas, de políticas públicas.

A partir das evidências mencionadas pelos professores, o principal legado positivo é a infraestrutura, que foi apontado por todos os entrevistados. Já constatamos anteriormente neste trabalho que a reestruturação da cidade sede tem sido o principal significado da realização de ME (ALMEIDA, 2016; MENDES e LEGROUX, 2016; ROLNIK, 2016; FAGERLANDE, 2017; VAZQUEZ, 2017; MASCARENHAS, 2018; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019), o que converge com a opinião de alguns dos professores entrevistados. Nesse processo de reestruturação, a criação de infraestrutura é fundamental para receber ME, o que tem sido considerado como um legado positivo, pois os habitantes da cidade poderão se beneficiar com as melhorias. Identificamos que países em desenvolvimento tendem a ter gastos maiores, pois necessitam de maiores investimentos e infraestrutura, apesar disso, também podem significar desenvolvimento e melhorias em vários aspectos, se houver um planejamento adequado que atenda as demandas locais (PREUSS, 2007).

Os professores A, C, D, E e H sugerem que a revitalização do centro da cidade, da região portuária, e a construção do Boulevard Olímpico é um

importante legado dos JO 2016. A revitalização do centro da cidade do Rio de Janeiro é um dos principais ganhos em infraestrutura mencionados pelos professores, pois tratava-se de uma área degradada e abandonada, e que após a reestruturação se consolida como um dos principais pontos turísticos da cidade, que concentra uma série de atrações e pontos turísticos, como o Museu do Amanhã, o Aquário, a Orla Conde, a Praça Mauá, o Museu de Arte do Rio (MAR)¹⁶, entre outras obras e atrações, como a recente inauguração da Rio Star, a maior roda-gigante da América Latina¹⁷.

Os entrevistados B e F também mencionam alguns ganhos em infraestrutura, mas não especificamente a revitalização do centro da cidade. Os entrevistados B e H mencionam a infraestrutura dos equipamentos da Barra da Tijuca como positivo, mas que eles não estão sendo bem utilizados. O entrevistado G menciona que houve melhorias em termos de infraestrutura, mas que atenderam apenas a classe elitizada da cidade, em bairros com maior poder econômico e financeiro. Os espaços e equipamentos da Barra da Tijuca ficaram para a cidade como um legado, nos quais são realizados eventos esportivos e outros tipos, como o Rock in Rio, que acontece a cada dois anos. Assim, o Parque Olímpico ficou para a sede como um local que possui infraestrutura para receber diversos eventos.

O segundo principal legado positivo dos JO 2016 mencionado pelos entrevistados é a mobilidade. Os professores A, B, C, E, F e H avaliam a melhoria na malha viária e no transporte como legado positivo. Silva (2018) constatou que

¹⁶ A região portuária se consolidou como um local turístico e pode ser conhecida pelos seguintes sites: <<https://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha>> e <<http://visit.rio/editorial/zonaportuaria/>>.

¹⁷ Disponível em: <<https://riostar.tur.br/#floating-tab>>.

a mobilidade nas regiões que acolheram as competições dos JO 2016 é regular, representando o número de 74%, considerado pela autora como expressivo. O estudo também identificou que houve integração entre as regiões Olímpicas e as atrações turísticas da cidade, apesar de não ter sido aperfeiçoada, e evidenciou a necessidade dos ME considerarem as melhorias de mobilidade para a população local e para os turistas, ficando como um legado para os residentes e garantindo o acesso as atrações.

6.4 Impactos e legados sociais negativos dos Jogos Olímpicos 2016

Seguem no Quadro 7 as respostas concedidas a questão: quais os legados sociais negativos dos JO 2016 na sua opinião?

Quadro 7 – Impactos e legados negativos dos JO 2016 para os professores de EF

IMPACTOS E LEGADOS NEGATIVOS	PROFESSOR(A)
Investimento elevado Falta de legado Falta de política pública esportiva	A
Falta de legado Falta de inserção do professor de EF Má utilização de recursos financeiros	B
Especulação imobiliária Aumento do custo de vida Desrespeito pela periferia da cidade Investimento elevado Falta de preparo Falta de legado	C

(Continua)

(Continuação)

Investimento elevado Falta de legado	D
Falta de legado	E
Falta de legado	F
Obras de transporte não concluídas Falta de legado “Elefantes brancos” Falta de infraestrutura Abandono do Parque Olímpico Falta de acessibilidade Prejuízos nas regiões periféricas Má utilização de recursos financeiros	G
Dificuldade de planejamento Momento de crise	H

Fonte: autoria própria

Como legado negativo dos JO 2016 o entrevistado A aponta o investimento elevado, a falta de legado e a falta de política pública efetiva para o esporte. Para o professor falta estímulo na iniciação esportiva, o Ensino Fundamental não é bom, faltam materiais. O entrevistado explica seus pressupostos dando a seguinte declaração

“[...] houve uma falência muito forte das instituições de ensino público, e é o grande celeiro para você formar atleta, quando isso aconteceu houve a migração para as Vilas Olímpicas, que é um espaço mais voltado ao ensino do esporte, mas na gestão do prefeito que entrou agora está sendo pífia, salário atrasado, não funciona, não tem material [...]”.

A fala do professor A, sugere a falta de investimento no esporte, para ele faltam projetos que alinhem o conteúdo esportivo com a nutrição adequada, e

dessa forma projetar ciclos de formação, que o Brasil ainda não conseguiu fazer de forma efetiva:

“[...] o grande problema é o tradicional legado, o quanto isso se gastou para que o esporte fosse massificado, mas não foi, tanto que eu falo que a onda já passou, a onda foi 2014, 2016, quer dizer, Copa do Mundo, Olimpíada, acabou e nós não soubemos aproveitar, isso é uma grande discussão”.

Para o entrevistado B, o legado negativo é a falta de legado esportivo, a falta de inserção do professor de EF e a má utilização dos recursos financeiros.

Sobre a falta de legado esportivo ele menciona

“[...] a dificuldade burocrática, logística de se utilizar o legado para a educação esportiva da cidade, principalmente para quem não tem condição de pagar, de ter acesso ao privado, eu acho que isso foi pouco utilizado, não diria mal utilizado, utiliza-se alguma coisa, mas está muito aquém do que poderia ser”.

Segundo o professor B, utiliza-se alguns espaços para o desenvolvimento de projetos, mas um uso muito restrito, ou seja, que poderia ser melhor aproveitado. Ele descreve a falta de inserção do professor de EF, uma falha grave, sendo que, os professores são os mediadores com o público, com as crianças, pessoas indispensáveis para alcançar a imagem que se desejava. De acordo com sua declaração

“[...] isso deveria ter sido melhor, eles deveriam ter tido mais acesso, mais gratuidades, afinal de contas aquilo é uma aula, aula ao ar livre para o professor de EF e eles ficaram separados do processo na minha avaliação, isso foi para mim uma das principais falhas”.

Na opinião do professor C, os legados negativos dos JO 2016 são a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida, o desrespeito pela periferia

da cidade, os altos investimentos públicos, a falta de preparo e a falta de legado. Para o entrevistado C o Rio de Janeiro se tornou a cidade mais cara do Brasil para se viver, mais até que São Paulo. Com referência ao desrespeito com algumas pessoas, o entrevistado descreve que

“[...] os caras foram passando o rodo onde queriam, a ideia era garantir que uma determinada região da cidade ficasse maquiada para que os turistas pudessem frequentar sem se preocupar com o desenvolvimento harmônico da cidade como um todo”.

A falta de preparo para sediar os JO 2016 também é um fator apresentado pelo professor C, para ele, a ineficiência de operar o cronograma repercutiu num investimento alto que gerou descontrole das contas públicas, fato que também reflete uma “falta profunda de preocupação com o legado”. O entrevistado reconhece que algumas estruturas construídas já estão sendo destruídas, a exemplo disso, menciona o Parque dos Atletas, o Parque Olímpico pouco utilizado, o Parque Deodoro só funciona aos fins de semana, e o estádio do Maracanã, que passou por reforma sem preservar elementos que constituíam sua história, além do fato que após os JO permaneceu fechado por seis meses e encontra-se subutilizado. Outro ponto relevante mencionado pelo professor C são as quadras que estavam previstas que iriam para as escolas como legado e não foram.

A relação da falta de preparo com os altos gastos públicos é ressaltado pelo entrevistado duas vezes durante a entrevista, ele afirma que o maior gasto veio do governo federal, mas que o estado e a cidade do Rio de Janeiro também fizeram grandes investimentos, e para ele não é surpreendente que após os JO a

cidade entre em uma crise pública profunda. O professor C cita vários aspectos que se referem a falta de preparo da cidade e o alto investimento público.

Segundo a declaração do professor C, a construção de hotéis com dinheiro público e a falta de hospedagem após a realização dos ME. A crise na segurança pública, as ações desse setor para que a cidade sediasse ME foi só “maquiagem”, os problemas não foram efetivamente resolvidos do ponto de vista estrutural, pois a cidade vive um momento de violência muito grande. Também são mencionadas crises na saúde, na educação e um alto índice de desemprego, ao passo que, várias pessoas estavam empregadas em atividades provisórias dos ME. Para o professor C isso é resultado tanto da ineficiência do prefeito atual como também do despreparo da cidade para sediar ME. De acordo com o entrevistado isso se reproduz na imagem da cidade, que em um primeiro momento se coloca como positiva, mas depois “ela dá uma chamuscada”.

Ao finalizar sua declaração sobre os legados negativos dos JO 2016 o entrevistado C afirma que

“[...] houve ganho sim, mas houve muito menos ganho do que poderia haver se isso fosse melhor organizado, se levasse em conta os ganhos para a população do Rio de Janeiro e não os ganhos para os empresários envolvidos, que é isso estava sendo colocado”.

A fala do professor C se refere ao fato de que houve algumas tomadas de decisão relacionadas aos JO 2016 e às transformações e construções de infraestrutura, que acabaram por privilegiar, por trazer benefícios apenas para determinados grupos de interesse, como o setor privado, em detrimento da

população, principalmente das camadas sociais com menor poder aquisitivo e menores condições de acesso aos bens e serviços.

Segundo o entrevistado D o legado negativo dos JO 2016 é a falta de legado, pois a população se apropriou muito pouco dos ME e dos espaços construídos, tanto os espaços esportivos como o caso do metrô também, pois a linha que atende os grandes eventos é pouco utilizada, diferente de outras regiões da cidade que necessitavam de melhorias. Outro ponto ressaltado por ele se refere ao investimento elevado, para ele os grandes eventos se apresentam como

“[...] um momento sublime da lógica burguesa do esporte [...] a impressão que a gente tem é que está num momento muito grandioso daquela manifestação, ou seja, tal qual um grande show de música, tal qual um grande evento esportivo, religioso, é um evento grandioso que vai exigir um investimento governamental tremendo com a cara do nosso tempo, ou seja, com o elitismo, o ingresso é caro, você está em um país que o salário mínimo é mil reais, se o ingresso é cem, a priori já tem uma parcela imensa da população que não vai nem chegar perto da porta [...]”.

Para a entrevistada E, os legados negativos dos JO 2016 são a falta de legado, o mal aproveitamento dos espaços, a promessa de que as arenas virariam escolas não aconteceu. De acordo com a professora isso se desenha como um sério problema, ela menciona que há um tempo havia visto uma reportagem na qual uma mãe moradora da Rocinha dizia que não havia creche para seu filho, fato que a levou a refletir sobre essa conjuntura, ela menciona que

“não tem escola, elas foram parar no imaginário social, e tem demanda para isso [...] a construção da sociedade que a gente tem, impede que a criança brinque, ela não brinca, ela está crescendo sem brincar, e o que é que nós estamos fazendo com nosso futuro?”.

No ponto de vista da professora E se pensou nos mega espaços Olímpicos mas não se pensou no que fazer com eles depois. A entrevistada narra um fato interessante que se relaciona com um dos legados Olímpicos. Foi construída uma piscina no Parque de Deodoro que estava designada a ser de uso social, mas estava fechada. Durante o mês de fevereiro, uma semana antes da realização de nossa entrevista a temperatura estava em torno de 46°C com sensação térmica de 50°C na cidade do Rio de Janeiro, então a população foi manifestar-se para a abertura da piscina e teve o apoio da mídia. A repercussão e a pressão da população foi tão grande que o prefeito resolveu abrir o local para uso. A professora nos chama a atenção para a importância da reivindicação e de se incutir nas pessoas, principalmente das classes sociais mais baixas, o senso crítico para que elas possam lutar pelos seus direitos, eis a fala dela que representa essa ideia:

“[...] nós temos poder para isso, só que nós não incentivamos a organização da população. Quando a classe média, média alta se movimenta, tem uma mexida, agora quando a classe do povão se mexe mesmo, a mexida é maior, o negócio é muito maior, e acho que eles tem que brigar mesmo pelo direito deles, quando eles fazem isso voltado com o olhar para o outro, isso foi lindo”.

Na opinião do entrevistado F, o legado negativo dos JO 2016 é a falta de legado, como um momento que foi desperdiçado para melhoria da cidade e de infraestrutura, inclusive para a educação básica e superior, que pudesse mobilizar a cidade como algo permanente, que até agora não aconteceu. O professor F menciona que não consegue identificar como os Jogos contribuíram positivamente do ponto de vista educacional e esportivo, ele utiliza-se da seguinte argumentação

“[...] eu não consigo observar, tanto do ponto de vista das escolas de EF do ensino superior aqui como da própria educação básica, como isso reverberou positivamente, sei que alguns projetos foram fomentados, alguma coisa tentou-se nesse sentido, mas hoje 2019, eu não consigo observar como o legado positivo do ponto de vista esportivo [...]”.

O professor também descreve o sucateamento dos espaços construídos para as Olimpíadas, que passado os Jogos já não fazem muito parte do cotidiano do carioca, alguns não funcionam, falta manutenção, uma certa indefinição do que seria feito com as estruturas.

O entrevistado G tem uma visão bem negativa dos legados dos JO 2016, e menciona diversos legados negativos. Sobre o transporte, por exemplo, ele aponta que algumas obras de transporte não foram concluídas e que alguns trechos foram utilizados durante os JO e atualmente muitos deles não funcionam, estão desativados e em situação de depredação. Para o professor G a falta de legado, os “elefantes brancos”, a falta de infraestrutura e o abandono do Parque Olímpico são legados negativos dos JO 2016:

“[...] então eu não vejo legado positivo dos JO, não consigo enxergar porque até mesmo do ponto de vista do rendimento, da performance não foi feito, não se tem um trabalho nesse sentido. Nas questões sociais muito menos, ficou completamente jogado [...]”

Em sua declaração, o professor comenta que as arenas não estão sendo utilizadas como poderiam, a promessa de montar e desmontar para transformar as estruturas em escolas não aconteceu, porque demanda um custo alto também, então ainda não foi feito. Com relação à revitalização do centro da

cidade, do *Boulevard* Olímpico, para o professor G a reforma desse espaço foi uma “maquiagem”, porque revitalizou o lugar mas isso não garante o acesso das pessoas. De acordo com sua fala, em um primeiro momento o local aparenta representar um legado, mas para ele isso não aconteceu, no dizer do professor G

“[...] se você olhar em um primeiro momento você pode achar que ali ficou um legado, uma primeira impressão de que ficou muito bonito, que foi revitalizado a Zona portuária, mais não adianta nada eu revitalizar uma área e não permitir, garantir o acesso às pessoas de outras regiões mais afastadas e não só daquela área, a questão do transporte público principalmente, da segurança também, não adianta criar aquele espaço e não oferecer segurança, ali é uma área muito perigosa, extremamente perigoso, o Rio de Janeiro hoje é notícia todos os dias por conta da violência e quando a gente pensa na questão de legado isso poderia ficar para gente em termos de segurança, mas não aconteceu”.

Sobre a questão da segurança, o professor G menciona que a Guarda Nacional fiscaliza as ruas, nos locais mais próximos ao evento e em regiões mais nobres, e que isso resolveu parcialmente e ocasionalmente o agravo da violência na cidade, e que o projeto de pacificação das comunidades acabaram “distribuindo” os bandidos pela cidade, ou seja, os removeram das zonas de interesse e realização do evento para regiões mais periféricas, trazendo prejuízos para a população das áreas afastadas.

O entrevistado G descreve a cidade do Rio de Janeiro como uma cidade dividida, onde há locais com muito mais infraestrutura comparados à outros, e que isso também acontece quando se trata da educação básica, e aconteceu nos JO também, ou seja, uma má utilização de recursos financeiros. Eis sua fala que representa essas constatações:

“É uma cidade muito dividida em infraestrutura, e isso se reflete também na educação, o sistema de ensino aqui, em alguns lugares tem um aporte financeiro muito bom, enquanto que em outros lugares não tem nem infraestrutura, nem merenda para as crianças, e a gente sabe que a verba federal vem, só que não é investida, revertida para os fins que deveriam ser, e para mim esses são os maiores problemas e isso também aconteceu no período das Olimpíadas, o dinheiro não foi aplicado da forma que deveria, não foi feito um trabalho, tanto que hoje os casos de corrupção e desvios estão todos vindo à tona”.

Para o professor H, o legado negativo dos JO 2016 é a dificuldade de planejamento e o cenário político e econômico, que passa por momentos de crise e instabilidade, impactando o legado que poderia haver. O professor H utiliza-se da seguinte argumentação:

“a gente tem uma série de empresas hoje que estão passando por um período de recuperação e que elas não conseguiram ajudar o poder público a ocupar os espaços que foram construídos por conta dos megaeventos”.

Todos os professores (A, B, C, D, E, F, G e H) reconheceram que o principal legado negativo dos JO 2016 é a falta de legado. As argumentações que justificam as respostas dos professores se referem principalmente, a falta de legado para o esporte, falta de projetos, pouca apropriação e má utilização das estruturas e equipamentos esportivos pela sociedade. Para Rubio (2007), conseqüentemente, isso também tem causado algumas divergências, pois enquanto algumas cidades desenvolvem estruturas que serão de uso social após o megavento, outras não conseguem garantir o acesso da sociedade depois de sua realização.

Outro legado negativo mencionado são os investimentos elevados (A, C, D) para a realização dos JO 2016. Reppold Filho (2016) e Lima et al. (2016) constataram que os altos custos também foram negativos nos Jogos Pan-Americanos em 2007 e na Copa do Mundo em 2014, o que se repetiu nos JO 2016. De acordo com Preuss (2007), Melo e Gaffney (2010), Almeida e Júnior (2014), Souza et al. (2014), os investimentos para a realização de ME tem gerado preocupações, principalmente devido a grande demanda de recursos públicos investidos nestes eventos.

Os professores B e G citam a má utilização dos recursos financeiros, que também foi encontrado na literatura, como o desvio de verba, o superfaturamento de obras e a corrupção relacionados aos eventos que antecederam os JO 2016, que igualmente, se apresentou como um caso negativo, visto que uma série de governantes foram presos e a mídia denunciou algumas fraudes envolvendo o evento e as transformações na cidade do Rio, havendo suspeitas até mesmo de compra de votos na escolha do Brasil para sede dos Jogos Olímpicos de 2016¹⁸.

6.5 Momentos marcantes dos Jogos Olímpicos 2016

O Quadro 8 apresenta a concepção dos professores entrevistados referentes aos momentos marcantes dos JO 2016. A pergunta foi feita de forma

¹⁸ "Jornal francês revela corrupção na escolha do Rio para Olimpíadas 2016". Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/olimpiadas/2016/jornal-frances-revela-corrupcao-na-escolha-do-rio-para-olimpiadas-2016-1edpxotks8gy5c91y4ielv23f/>>. Copyright © 2020, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.

aberta, de modo que o entrevistado pudesse responder o que ele identificava como momentos marcantes nesses Jogos. Algumas indicações dos entrevistados podem ser consideradas como impactos ou legados sociais.

Quadro 8 – Momentos marcantes dos JO 2016

MOMENTOS MARCANTES	PROFESSOR(A)
Organização Área de lazer central	A
Aberturas e encerramentos Assistir as competições em sua própria cidade (participação)	B
Organização Bons Jogos	C
Observar a participação das pessoas desfavorecidas	D
Participação Área de lazer central	E
Participação Beleza das modalidades	F
Falta de infraestrutura Má utilização de recursos financeiros	G
Vitória, superação de atleta	H

Fonte: autoria própria

Na visão do entrevistado A, a marca dos JO 2016 foi a organização e realização bem efetuadas:

“em nível de organização foi de muita qualidade, o Rio de Janeiro foi colocado como um modelo de realização, ninguém pode discutir que não funcionou, funcionou, mas, detalhes como esse da vila olímpica, vinte e seis prédios de vinte andares, nada comprometeu, todo mundo ficou impressionado, fizeram uma área de lazer central que também funcionava”.

Segundo o entrevistado B, um momento marcante dos JO foi a abertura, o encerramento e a oportunidade única de viver, de assistir a esse evento e as disputas das modalidades em sua própria cidade:

“eu gosto muito das aberturas e dos encerramentos, eu gosto muito de ver, então sempre nesses megaeventos eu sempre procuro ir, nos Jogos Militares eu fui, da Olimpíada eu fui, da Copa eu fui, e fui em algumas modalidades que eu consegui comprar os ingressos. Foi uma oportunidade única de presenciar o acontecimento de determinadas modalidades por exemplo, o tiro no arco no sambódromo, eu estive lá, achei interessantíssimo, o campeonato de golfe na Barra, achei extraordinário, a natação lá no parque Olímpico, Judô, então eu acho que foi uma oportunidade única de se vivenciar um evento desta magnitude para as pessoas que moram aqui no Rio de Janeiro”.

O entrevistado C comenta que não achou nada de tão especial, e menciona que a nível de organização foram bons Jogos, mas que deixaram muitos problemas para a cidade:

“eu não achei nada muito especial não, achei que foi legal, achei que no final das contas, apesar do tumulto que houve, de certos problemas da organização, eu acho que do ponto de vista dos JO, a gente realizou bons jogos, agora isso deixou muitos problemas para a cidade né, alguns ganhos, mas mais perdas do que ganhos”.

No dizer do entrevistado D um marco dos JO 2016 foi presenciar o uso do centro da cidade pela população que não teve condições de ir aos Jogos:

“nada diferente de outros eventos. O momento marcante foi andar pela cidade do Rio de Janeiro no chamado *Boulevard* Olímpico e ver uma parte grande da população, uma população que não ascendia aos Jogos, às competições, se deslocava para essa parte da cidade que virou o passeio das famílias”.

O professor A e a professora E mencionam sobre um espaço de lazer interativo na área central do Parque Olímpico, sendo que, as falas indicam que os espaços construídos eram bem interessantes e proporcionavam momentos de participação e interatividade no evento, segue a fala da professora E:

“[...] no geral eu adorei porque tinha várias, tinha um espaço lá que você podia interagir com o mobiliário, então foi bem interessante, eu brinquei, foi externo às arenas, um para tirar foto, outro uma cadeira feito uma prancha, uma coisa doida que você sentava e o corpo ia adquirindo várias formas, bem interessante”.

O professor F descreve que os JO 2016 tiveram como marca a organização e a participação das pessoas residentes do Rio de Janeiro, ele percebeu que a “atmosfera” e o “estado de espírito do carioca” durante o evento foram positivos, as coisas aconteceram bem e houve boa participação, pois

“[...] o evento em si traz aspectos tanto do ponto de vista estético, como a beleza da prática das diversas modalidades, eu acho que isso encanta, eu acho que isso é interessante e foi legal, teve uma vivência bacana [...]”.

Para o professor G, o gasto público, a má utilização de recursos financeiros e alguns problemas infraestruturais são marcas dos JO 2016. O entrevistado G argumenta que a forma como conduziu-se os processos foram problemáticas, havendo situações como desvios de dinheiro e aplicação de recursos de forma errônea. O professor também aponta os problemas de estrutura, como rachaduras nas calçadas do Parque Olímpico durante o evento e o desabamento das ciclovias Tim Maia. Segue um trecho de sua fala a respeito disso:

“[...] assim que eu cheguei descendo a rampa para assistir jogos de handebol eu percebi que um trecho da calçada da parte que seria um legado ao entorno da vila já apresentava rachaduras, tipo tinha acabado de começar os Jogos e aí você começa a pensar pô cara não é sério, é coisa pra inglês ver, não é uma coisa que foi feita com seriedade, em vários outros casos relacionados a esse período, como as ciclovias Tim Maia desabaram diversas vezes aqui no Rio de Janeiro, marcaram muito, né”.

Para o professor H a conquista da medalha de ouro pela atleta de judô

Rafaela Silva foi um momento marcante dos JO 2016:

“[...] porque a Rafaela vem de uma comunidade, diferente dessa tradição clubística, não sei como é aí na sua cidade, mas aqui há esse tipo de tradição, então a Rafaela Silva é de um projeto social, e depois esse projeto leva a preparação Olímpica para a seleção brasileira, então para mim a medalha dela impactou muito, ela não veio de um clube, daquela tradição que nós tínhamos de 50, 60 anos atrás, ele vem desse projeto, então eu escrevi um artigo sobre isso e sobre a possibilidade desses projetos continuarem a ocupar os espaços que anteriormente era dos clubes”.

Embora julgar um momento marcante dos JO possa ser uma tarefa na qual os sujeitos poderiam elencar diferentes opiniões, por se tratar de uma pergunta um tanto pessoal e que pode ser advinda de suas próprias experiências, algumas considerações dos professores se assemelham, eis algumas aproximações sobre isso. Os entrevistados A, C, E indicam como marca dos JO 2016 a organização, que foram realizados bons Jogos, ou seja, as coisas aconteceram de forma positiva, sem grandes problemas. Isso corrobora com a visão de Reppold Filho (2016) e UVINHA et al. (2018), que indicam o Brasil como um caso de sucesso na realização de ME, principalmente considerando que o país sediou diversos deles em um curto período de tempo, o que mostra sua capacidade e força econômica, já que estes eventos demandaram grandes

investimentos. Já os professores C e D possuem uma visão mais pragmática, e veem os JO 2016 como um outro evento qualquer.

Os professores A e E mencionam que gostaram muito de um espaço de lazer interativo que havia no Parque Olímpico. Os entrevistados B e F evidenciam a beleza das modalidades, a oportunidade de poder assistir as competições, que são momentos interessantes, bonitos e que encantam. Estas últimas constatações vão ao encontro do que identificamos na literatura, a qual indica que motivar e possibilitar as pessoas a aderirem e a participarem de ME pode gerar sentimentos positivos sobre eles (AMÉRICO e MARGADONA, 2017; FACINA, 2018; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

6.6 Percepções sobre a prática esportiva e de lazer

Consideramos relevante comentar sobre a visão de lazer dos professores entrevistados, sendo assim, fazemos as seguintes observações: os professores A e H tem uma visão mais restrita de lazer, indicando que este se relaciona mais com a saúde e a atividade física; o professor B tem uma visão um pouco mais ampla associada, principalmente, ao contexto escolar, a atividades culturais e esportivas; os professores C, D, E e F apresentam possuir uma visão mais abrangente de lazer, reconhecendo-o enquanto um direito social, relativo também ao divertimento, ao prazer, e a liberdade.

Todos os entrevistados (A, B, C, D, E, F, G e H) apontam que não houve aumento da prática esportiva e de lazer por parte da população carioca, de acordo com suas percepções.

Na percepção do entrevistado A, não houve aumento da prática esportiva e de lazer pela população após os JO 2016, feito que apenas Londres 2012 conseguiu. O professor A utiliza-se da seguinte argumentação:

“Eu queria que você entendesse que baseado na sua pesquisa, você vai encontrar como resultado investimento elevado, pouca seriedade na formação de atletas, e resultado pífio, discutiu-se muito do Brasil conseguir resultado, cadê o resultado? Não houve aumento da prática de esporte e lazer. A única Olimpíada que conseguiu resultado efetivo nisso foi Londres. Londres conseguiu mudar o hábito da população com o esporte fazendo uma Olimpíada”.

Apesar do professor A dizer que não houve aumento da prática esportiva e de lazer em função dos JO 2016, ele complementa sua fala evidenciando que

“[...] é uma característica muito forte do Rio de Janeiro a experiência da atividade física ao ar livre, a cidade tem muitas praças, e o espaço da praça é um espaço social com que o carioca ocupa com muita facilidade”.

Para o entrevistado B não houve aumento de atividade física, pois os investimentos financeiros foram mal utilizados, diminuindo as possibilidades que os JO poderiam trazer. Ele faz a seguinte declaração:

“minha impressão é que as pessoas não passaram a praticar mais atividade física. Eu sou a favor do movimento olímpico, eu acho que trouxe alguns benefícios, mas que realmente usou-se de forma errada os recursos financeiros e isso maculou muito a imagem do que poderia ter sido esses Jogos aqui para a cidade [...]”.

Na opinião do entrevistado C, o aumento da prática de atividade esportiva e de lazer é um argumento que foi postulado e que ele julga desnecessário para quem conhece a cidade, pois as pessoas do Rio de Janeiro praticam muito esporte, ou seja, a cidade possui uma constituição histórica esportiva desde o século XIX. O professor comenta que durante o evento, participou de algumas entrevistas e os jornalistas perguntavam se a grande quantidade de pessoas na rua era devido aos JO 2016, e ele dizia que não, que a cidade é assim:

“[...] isso sempre existiu e vocês vão embora vai continuar existindo, eles estavam um pouco impressionado, assim cara, como tem gente fazendo esporte na rua [...]”.

O professor C argumenta que o Rio de Janeiro é uma cidade pública, que as pessoas aproveitam bastante o espaço social da rua, que os cariocas construíram e se identificam com tal espaço, a cidade já tinha essa dinâmica ativa e os cariocas vão continuar ocupando o espaço da rua:

“[...] a gente vai continuar indo para rua sempre, quando está calor, no carnaval, isso mesmo que qualquer um tente controlar, é um pouco da construção histórica dessa cidade [...] o carioca construiu a sua identidade na cena pública, ele não recebe amigo em casa, ele marca no bar, ele vai pra rua, porque a cidade tem na maior parte do ano um clima agradável [...] tem uma temperatura muito boa, a gente tem uma construção de identidade social na cena pública, o carioca sempre fez muito esporte [...]”.

O professor C afirma que em alguns locais da cidade, é possível ver mais pessoas praticando esporte e lazer por conta da infraestrutura, como a Zona sul, que tem as praias e mais equipamentos. No entanto, na Zona norte e oeste também há uma vida pública intensa, as pessoas jogando bola, correndo, e que isso já existia antes mesmo dos JO 2016. A grande questão colocada pelo entrevistado é que o Rio de Janeiro é uma cidade “partida”. Para o professor, seria possível dizer que houve ganhos relacionados ao aumento da prática de esporte e lazer

“[...] se tivesse uma maior frequência, por exemplo, dos equipamentos culturais, públicos, mas nem isso foi significativo, porque na verdade isso já era. A grande questão do Rio de Janeiro é romper a grande divisão da cidade partida, a grande divisão que é a zona mais pobre da cidade e a região mais rica da cidade [...] ainda que, veja bem, o Rio de Janeiro é muito misturado, é heterogêneo, na zona mais rica da cidade a gente tem muitas favelas com gente mais pobre e nas favelas, tem gente mais rica e gente mais pobre, e na Zona oeste a gente também tem uma heterogeneidade, mas em linhas gerais o local que tem o maior potencial econômico é essa região da Barra da Tijuca, que a gente chama de Zona sul sociológica [...]”.

Na visão do entrevistado D, não houve aumento da prática esportiva e de lazer, e que isso demandaria outra organização estrutural de cidade. Ele ressalta como exemplo disso, que a rede cicloviária é muito pequena e em alguns pontos desarticulada com os outros modais de transporte, dessa forma, não há lugar para sua bicicleta, então não é possível se apropriar do ciclismo, seja por lazer ou deslocamento. O professor D menciona que integrar o esporte, o lazer, a atividade física à população, requer a cidade constituída de uma outra forma, ele descreve que há “O Rio” maravilhoso da Zona sul, e há um outro Rio composto por locais mais periféricos e desprovidos de infraestrutura como Mangueira, Meier, Caxembi, Madureira, Anhúma. O entrevistado afirma que o Parque

Madureira tem doze quilômetros de extensão e cerca de seiscentas mil pessoas residentes, então:

“[...] como é que 600 mil vão se apropriar se não tem o equipamento similar, então é, a atividade física não vai estar incorporada ao cotidiano das pessoas se as condições concretas não permitirem, deslocamento, segurança, possibilidade de ser perto da sua casa, a pessoa trabalha às sete horas da manhã no centro do Rio, oito, ela vai acordar às cinco para caminhar? Em uma cidade grande e perigosa como essa? Ninguém vai fazer isso, entendeu?”.

A entrevistada E sugere que não houve aumento da prática esportiva e de lazer com a realização dos JO 2016. Para ela a cidade possui locais sociais que são ocupados pelas pessoas, que culturalmente o carioca já faz esporte e lazer:

“o Rio de Janeiro tem as belezas naturais, por exemplo, sábado tem eventos na praia, na Orla, do Leme ao Pontal como se fala, nos espaços urbanos da Zona norte, por exemplo, você vê as pessoas caminhando no entorno do estádio do Maracanã, em volta do Engenheiro, praças, tem inclusive as academias da terceira idade com aqueles aparelhos [...] a parte cultural do Rio, em termos de espaço assim é bem desenvolvida, falar de carnaval aqui é, que nem São Paulo, são movimentos que tem sempre”.

O professor F comenta que os JO 2016 poderiam ter favorecido a prática esportiva e de lazer, mas após o evento, o estado e o município do Rio de Janeiro entraram em uma crise, que culminou com o aumento da violência e a deteriorização dos espaços públicos. Na explicação do professor ele considera que por mais que a população estivesse engajada e motivada, a maioria são pessoas que trabalham oito horas por dia, e passam cerca de três a quatro horas no transporte, e se quando ela chega em sua casa, ou antes de ir para o trabalho ela tem um tempo, ela não vai porque tem medo de utilizar o espaço público, e

não tem condições de pagar o privado. Então, para o professor F, os JO 2016 não conseguiram garantir o acesso aos equipamentos esportivos, para ele a maioria das estruturas se concentraram na Barra da Tijuca e na Zona sul, nas praias, que são locais que já possuem infraestrutura, sendo que, poderiam, por exemplo, ter privilegiado a escola de educação física da UFRJ, para retomar o centro esportivo e de lazer que ela já foi anos atrás.

O professor F menciona a necessidade de considerar as políticas públicas de esporte e lazer, e o exercício físico como questões de cunho social e cultural, ou seja, que dependem de condições de acesso, de igualdade, não julgar as pessoas achando que elas não querem fazer ou praticar. Ele descreve que

“[...] a crise do estado, e mais uma vez a questão das políticas públicas de pensar a questão do exercício físico como algo de caráter também sociocultural, político é muito importante porque não adianta lançar um discurso de culpabilização em cima dessas pessoas sendo que o estado, a sociedade não garante o acesso delas a esses espaços [...]”.

Para o professor G, não houve aumento da prática esportiva e de lazer em função dos JO 2016, pois não foi feito um trabalho nesse sentido nem em questão de infraestrutura também. O professor G indica que A Zona Sul é o local onde há mais infraestrutura, mais segurança e, conseqüentemente, um maior número de praticantes de esporte, lazer e atividade física. Ele menciona que as Vilas Olímpicas não conseguem atender a maioria da população, outro ponto mencionado pelo professor é um exemplo de uma Vila Olímpica que está localizada em São João de Meriti, próximo ao local onde ele reside atualmente, então ele descreve que tal Vila Olímpica situa-se às margens da Rodovia Presidente Dutra, que possui um elevado número de carros que nela circulam,

portanto, há muita poluição gerada pelos automóveis, dessa forma ele nos questiona:

“[...] como é que você vai usar esse espaço, por exemplo fazer uma caminhada, gás carbônico ali sendo lançado por vários automóveis por dia, então assim, não tem qualidade, é uma região afastada, tem limite já com Belford Roxo, outro município, ou seja, não está no centro da cidade para que as pessoas tenham acessibilidade, ela é afastada, ela tá jogada”.

Para o professor H, os JO 2016 não aumentou a prática de atividade física, nem no caso do Rio de Janeiro nem em outras edições como Londres ou Pequim, e não é possível fazer este tipo de relação. Porém, o professor H alega que, talvez por conta de algum legado de infraestrutura, isso pode ter favorecido as práticas esportivas, mas que isso demanda uma ação mais efetiva para o setor de saúde, e não propriamente ao movimento esportivo. Segue um trecho de sua fala que comprova as afirmações elencadas:

“não, acho que não, acho que essa relação não se faz, não se faz aqui e em nenhum lugar do mundo, acho muito pouco provável que Londres ou Pequim tenha sido impactada ao ponto de fazer mais atividade física por conta disso, talvez algum espaço público estimule a prática esportiva por conta do legado arquitetônico e da engenharia, mas não acredito que isso tenha impactado em uma mudança de hábitos, isso é uma outra ação que está muito mais relacionada a área da saúde do que a área do movimento esportivo”.

Ao nosso ver a declaração do professor H é contraditória e confusa, pelo fato dele não considerar as diversas vertentes conceituais e políticas do esporte, que são principalmente de educacional, de participação e lazer, e de rendimento, sendo que, todos podem contribuir para a cultura corporal de movimento, desde que sejam democratizados e questionados de forma crítica,

fazendo relações com a sociedade. Nós acreditamos no esporte como possibilidade de mudança de hábitos sedentários, e também ressaltamos a necessidade de fazer essa relação, pois a partir dela, é possível modificar este quadro por meio da educação esportiva, para e pelo lazer, assim como, a problematização que envolve esses temas tão complexos na contemporaneidade, sendo papel do professor de EF estes tipos de intervenções. Evidenciamos a necessidade da compreensão do esporte e do lazer diante de toda sua complexidade.

Os entrevistados (A, B, C, D, E, F, G e H) reconhecem que não houve aumento da prática esportiva e de lazer por parte da população carioca, de acordo com suas percepções. A partir dos discursos dos professores é possível fazer algumas aproximações entre as respostas obtidas. Os professores A, C, E apontam que as atividades de esporte, lazer e atividade física já fazem parte da vida de grande parte da população do Rio de Janeiro, as atividades culturais e ao ar livre são características da cidade, que tem um aparato cultural bem desenvolvido, os cariocas, então, aproveitam bastante a cidade, a construção identitária dessas pessoas está relacionada com a cena pública. Os professores C, D, F e G argumentam que no Rio de Janeiro existem grandes diferenças estruturais entre as regiões, “O Rio maravilhoso” da Zona Sul (D), a concentração de equipamentos na Barra da Tijuca (F), que também é um local que já tinha boa infraestrutura, portanto, o Rio de Janeiro se caracteriza como uma “cidade partida”.

Os professores D, F e G mencionam que estimular, aumentar a prática de esporte e lazer no Rio de Janeiro, demandaria uma outra organização estrutural de cidade, e também implicaria em enfrentar as más condições de

acesso aos equipamentos e a falta de segurança, pois trata-se de uma cidade perigosa. Isso significa garantir condições concretas de acesso, como infraestrutura, segurança, deslocamento, dessa forma, é necessário que se pense a EF sob uma perspectiva “sociocultural e política” (Professor F). Essas declarações se aproximam em parte da afirmação do professor B quando ele enfatiza que os investimentos relacionados aos JO foram mal utilizados, assim, pressupõe-se que com incentivos melhor direcionados as condições de acesso possam melhorar.

A visão dos entrevistados de que a realização dos JO 2016 não contribuiu com o aumento da prática esportiva e de lazer vai ao encontro da concepção de Almeida (2016) quando a autora menciona que não há evidências científicas que comprovam o aumento da prática esportiva e de lazer em função da realização de ME. Para a autora, não há uma relação direta entre a realização de um ME e a prática de esporte e lazer pela população. No entanto, para Almeida (2016), se os governos e os órgãos relacionados ao evento acreditam que é possível aumentar as práticas por meio da realização de um megaevento, há a necessidade de que isso seja bem planejado e descrito, além de investir em estratégias próximas à população. Almeida (2016) e Graeff, Betherton e Piggini (2016) sugerem que para haver aumento na prática esportiva e de lazer é necessário melhorar as condições sociais.

6.7 Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos Jogos Olímpicos 2016

O Quadro 9 apresenta os dados do entendimento dos professores entrevistados sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e a realização dos JO 2016.

Quadro 9 – Percepção sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e os JO 2016

PERCEPÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS	PROFESSOR (ES)
Alto investimento nos JO 2016	A
Pouca, má utilização dos espaços e equipamentos contruídos	A, C
Falta de projetos, programas (continuidade)	A, C, D
Más condições políticas públicas (federal, estadual, municipal)	A, D, H
Falta de políticas públicas, legados	A, B, C, D, E, F, G, H
Falta de uma política nacional de esporte e lazer	A, B, F
Má influencia das federações na gestão	A, C, E
Fomentar o esporte e o lazer nas instituições de ensino, necessidade de incentivo/ má utilização instituições	A, B, E / B
Avanços políticas públicas	C, D, E, H
Baixo orçamento nas políticas públicas de esporte e lazer	D
Pioridade alto rendimento, crescimento	C, D, E
Construção de equipamentos em áreas militares	F, G
Necessidade de maior incentivo da iniciativa privada	H

Fonte: autoria própria

De acordo com o professor A o investimento financeiro relacionado aos JO 2016 foi alto, mas ainda não é possível ver os resultados, pois os espaços construídos não estão sendo tão bem utilizados, poucos projetos estão sendo desenvolvidos. Para o professor A as políticas públicas se encontram em más condições nos âmbitos federal, estadual e municipal. Segundo o entrevistado a prefeitura não conseguiu manter alguns projetos, e a falta de uma política pública nacional também se enquadra como um problema, pois conforme se troca de gestão muitas políticas também são trocadas.

Outro problema para o professor A é a má participação das federações na gestão esportiva, para ele a forma que isso é feito está errado, pois há federações que tem “feudos”, ou seja, que os indivíduos estão há 20, 30 anos nos cargos, sem possibilidades de mudança. Para o professor uma das possibilidades para reversão deste quadro problemático seria fomentar o esporte e o lazer nas instituições de ensino, como as universidades e as escolas, podendo contribuir para as crianças e alunos de todos os níveis que estão em formação, inclusive do nível superior, no qual poderiam vivenciar de forma mais condizente com a realidade. Segue uma parte de sua fala que indica as instituições de ensino como mecanismos que podem favorecer uma mudança:

“[...] ou vem um projeto a nível nacional e aí eu acho que a grande diferença no resultado é que o dinheiro não fosse para a gestão pública, para funcionar em parceria com as instituições de ensino, a universidade tem esse espaço aqui, se você precisa fomentar você poderia treinar um grande número de crianças, e os alunos que estão em formação vivenciassem essas oportunidades.”

No dizer do professor B a falta de um planejamento nacional para o esporte é o principal problema relacionado as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, sendo que as escolas também não são bem utilizadas como poderiam e deveriam ser para a promoção de esporte, lazer e atividade física, e seria necessário um incentivo maior às instituições e aos professores. Eis um trecho de sua declaração que confirma as constatações acima:

“o Brasil não tem um planejamento nacional para o esporte, para atividade física, eu acho que as escolas são exageradamente mal utilizadas para se chegar a esse objetivo, eu acho que se os professores de Educação Física tivessem um respaldo dos governos municipal, estadual e federal, e um planejamento que contemplasse recursos humanos adequados, instalações adequadas, formação continuada, eu acho que nós teríamos índices inclusive melhores na questão da saúde do país”.

O professor B enfatiza a questão da escola ser uma das principais instituições que podem contribuir na educação para o lazer, principalmente a disciplina Educação Física e os projetos extracurriculares. O entrevistado ressalta a importância da educação para o lazer e principalmente para o conteúdo físicoesportivo, do movimento, e em seu ponto de vista a escola é pouco utilizada para estimular nas crianças e adolescentes a prática de lazer, esporte e atividade física, pois gera algumas “questões inconvenientes” (aspas do professor), como o suor, o barulho, brigas e machucados, que são fatores presentes em tais circunstâncias, o autor explica seus pressupostos na seguinte argumentação:

“[...] muita gente se afasta disso para que não se transforme em um problema, aí reproduz um modelo medieval de escola, que o movimento fica excluído, isso está fazendo, está formando uma geração de pessoas que não sabem se exercitar [...] você foi educada para se alimentar, para dormir, para saber estudar, e você também tem que ser educado para saber se movimentar, agora se isso não é proporcionado às crianças do país, elas crescem mal educadas neste quesito”.

Segundo o professor C, os JO 2016 não tiveram legados de políticas públicas de esporte e lazer, e alguns programas e projetos deixaram de ser financiados, que apesar do Brasil ter obtido o melhor resultado em JO, após a competição, alguns programas como o Bolsa Atleta e o Bolsa Equipe deixaram de existir, ou se mantiveram de forma problemática.

A falta de utilização do centro da cidade, como o *Boulevard Olímpico*, e de outros espaços e equipamentos também são mencionados como problemas pelo professor C, na visão dele, a gestão municipal não tem conseguido dar acesso às estruturas construídas. Para o entrevistado C a péssima influência das federações e entidades esportivas na repartição de recursos e orçamentos também se apresenta como um transtorno para as políticas esportivas e de lazer.

Ainda que, o professor C mencione aspectos negativos em relação às políticas públicas de esporte e lazer, ele ressalta que houve avanços na área na gestão do governo do PT, pelo próprio fato da política pública existir, com ações como a criação do Ministério do Esporte, o estatuto do torcedor, o investimento em pesquisa por meio da rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (CEDES), o maior incentivo privado e a aproximação com a sociedade, e o debate acumulado sobre políticas públicas, que antes sequer existia, e que agora está sendo construído com mais solidez e profundidade. No entanto, no dizer do professor o momento atual é de desmonte de políticas sociais. Segue abaixo uma parte de sua fala que representa alguns dos aspectos mencionados:

“[...] de toda a forma eu acho que é possível dizer que nesses quatorze anos do PT teve avanços significativos e que agora estão estacionados ou regrediram em função depois do governo Temer e agora provavelmente desse governo que agora começa,

não temos muita esperança que essas sejam pautas prioritárias [...] a gente voltou ao patamar anterior, foi só um suspiro aí dessa década de megaeventos que agora, enfim, já está tudo esquecido de novo”.

De acordo com o professor D o orçamento destinado às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil é muito baixo, e que em momentos em que houve crescimento esteve direcionado ao esporte de alto rendimento. Além disso, o entrevistado comenta que é uma batalha contínua para que o esporte e lazer conquistem legitimidade e importância, visto que uma série de programas estão praticamente extintos. Eis um recorte de sua posição em relação à isso:

“[...] como a parcela do orçamento destinado ao esporte é insignificante, e mesmo quando cresce, ela cresce diretamente atrelada ao esporte de alto rendimento, aos grandes eventos e muito pouco a oferta do direito social ao esporte e lazer no caso brasileiro, isso marca na nossa virada e isso se agudiza de uma forma ainda pior nos anos pós golpe e agora no governo Bolsonaro você nem imagina o caos anunciado [...] com o corte de repasses federais muitas cidades não só no Rio, interromperam seus programas, que no caso do governo golpista de Temer então, isso foi uma tragédia, PELC, Segundo Tempo, Mais Educação praticamente se extinguem, então é uma luta constante para que a área do esporte e lazer ganhe legitimidade e reconhecimento, e a constar, no esporte de rendimento, para mim, isso foi um problema porque isso não é garantia de maior participação de brasileiros e brasileiras em atividades esportivas e de lazer”.

Na opinião da entrevistada E a realização dos JO proporcionou crescimento ao esporte de alto rendimento, no entanto, ela menciona que um dos problemas é a falta de políticas públicas e a hegemonia das federações. Para a professora E ainda não foi possível ver o resultado social, de utilização de espaços e equipamentos pela população, e aponta as instituições de ensino como possibilidades de mudar este quadro de falta de políticas. Segue sua declaração que confirma estes elementos descritos:

“foi um grande avanço, apesar das controvérsias, todos os problemas, eu acho que foi um grande avanço na área do esporte,

principalmente do alto rendimento, e a gente já tem que unir forças, não deixar só as federações dominarem essa questão, as universidades, os acadêmicos de EF, os professores, as escolas tem que se envolver mais nessa questão [...] Porque o espaço escolar é um espaço de ludicidade também, de brincadeira também, de desenvolvimento de todos os aspectos, físico, social, psicológico, enfim, não é só, e se a escola pode oportunizar isso, porque não?”

O professor F afirma que as políticas de esporte e lazer são feitas erroneamente, e que estão muito relacionadas às instituições militares. Para o professor faltam investimentos para que os equipamentos públicos de esporte e lazer possam ser utilizados para iniciação esportiva e de lazer, ainda mais no Rio de Janeiro, em que alguns locais não possuem estrutura. Para o professor F, a falta de uma política nacional de esporte e lazer efetiva é um problema, pois as ações não conseguem ser mantidas nas trocas de gestão, para ele:

“as políticas públicas precisam ser uma política de estado, não política de governo, partidária, ela precisa ter um contínuo assim como políticas educacionais, para que a gente possa tanto atender aspectos do ponto de vista da atividade e exercício físico, do ponto de vista do lazer e do ponto de vista de formação dos atletas, então é preciso pensar num continuum disso”.

De acordo com o professor F as discussões sobre as políticas públicas de esporte e lazer no contexto da Educação Física, são subvalorizadas em detrimento à outras questões, principalmente relacionadas à biomecânica e ao treinamento esportivo, sendo necessário mais discussões sobre as questões socioculturais e políticas, que também se relacionam e impactam com e no exercício físico. O professor F destaca a importância de se apropriar e se discutir sobre os ME, sobre os JO, o que não ocorreu no caso do Brasil, para ele os professores deveriam ter tido um olhar mais acadêmico sobre isso, e apresentar,

discutir a temática com os alunos, tanto no ensino superior como nas escolas.

Segue uma fala sua a respeito disso:

“o que aquela aula traz para aquele aluno, levar para a vida dele, refletindo nesse sentido, no caso dos megaeventos, de como aquilo poderia ter sido melhor aproveitado e como a partir dessa consciência ele pode direcionar suas ações futuras, seja do ponto de vista da política, ou no próprio cotidiano, enquanto isso não acontecer, tanto os cursos de formação quanto o próprio cotidiano profissional é subutilizado por um potencial que é muito grande”.

O professor G afirma que no momento anterior aos JO 2016 alguns projetos estavam sendo desenvolvidos, mas que isso não tem ocorrido após sua realização, ele reconhece que não houve um projeto efetivo de políticas públicas. Outro aspecto indicado pelo professor como um agravo se refere a melhoria de infraestrutura em áreas militares, e que continuam sobre a tutela dos mesmos. Eis sua declaração que afirma os aspectos citados:

“antes do período Olímpico, em 2012, quando se tinha a ideia da Copa do Mundo de 2014, até 2016, nós tivemos alguns projetos, mas depois disso está escasso, não vejo projetos esportivos com a mesma quantidade que existiam, ainda existem alguns de fomento federal, mas pouca coisa, não foi uma perspectiva de implementação para a população, tinham projetos para a terceira idade, para as crianças, passado seis meses das Olimpíadas nós não tínhamos mais nada, então de fato não há projeto de políticas públicas efetivo de forma alguma aqui [...] houve melhorias sim, mas muitas coisas que foram feitas foram em áreas militares, que continuam sobre tutela dos militares, ginásios que foram construídos em Deodoro, se construiu um ginásio exclusivo das forças armadas, então são coisas que são estranhas né”.

O professor H acha positivo a questão das políticas de esporte e lazer, mas ao contrário dessa perspectiva ele menciona que estamos passando por um período de desmonte do governo federal, não há recursos no governo estadual e o município está sobre intervenção fiscal, portanto, trata-se de um momento de

grandes mudanças. Para o professor H o esporte precisa começar a se desprender do poder público, ou seja, a iniciativa privada precisa investir mais nas modalidades. A seguinte fala do professor indica tais aspectos:

“eu acho que a gente passou e está passando por um período de desmonte do governo federal, não tem recursos no governo estadual, o Rio de Janeiro hoje passa por um regime fiscal que estão sob intervenção, né, a gente não tem como, e o município ainda não se recuperou, é um período de grandes mudanças, é impressionante que o esporte, embora tenha se profissionalizado ainda precisa muito do poder público, né, a gente ainda não conseguiu enquanto movimento se desvincular do poder público para continuar andando”.

Todos os professores (A, B, C, D, E, F, G, H) mencionaram que faltam políticas públicas e legados, assim como também sintetizaram aspectos da realidade atual do setor, e os problemas e as dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Alguns professores (A, B e E) indicam as instituições de ensino como espaços que poderiam e deveriam receber maiores incentivos para a construção e execução de políticas públicas de esporte e lazer, o que poderia contribuir para a reversão do quadro atual, da falta de legados. Apesar dos aspectos problemáticos evidenciados referentes às políticas públicas de esporte e lazer, os professores C, D, E e H sugerem que houve avanços nas políticas, no entanto, o momento atual não tem sido positivo para o setor do esporte e lazer.

As políticas públicas são fundamentais para se obter legados sociais positivos na realização de ME. Segundo Marcellino (2013) as políticas públicas de esporte e lazer devem reconhecer as necessidades e possibilidades de intervenção para melhoria de vida das pessoas, democratizar as questões referentes aos direitos sociais da população, assim como o esporte e lazer,

minimizar as barreiras socioeconômicas e culturais, inter e intraclases sociais, garantir maior acesso aos espaços de lazer, realizar a gestão e manutenção dos equipamentos e formar profissionais para atender o público.

De acordo com as falas dos professores o caso dos JO 2016 é emblemático no que se refere às políticas públicas de esporte e lazer. Os dados apontam que as intervenções não alcançaram o esperado em relação ao investimento feito, ou até mesmo a inexistência de ações. Além disso, o país vivenciou, e ainda vivencia, momentos de crises, como problemas políticos e financeiros, o que pode ter impactado as políticas relacionadas ao uso dos espaços e equipamentos, e o desenvolvimento de projetos que garantam o lazer como direito social e a educação para o lazer. Os professores consideram a escola e outras instituições de ensino como locais que devem desenvolver a prática esportiva e de lazer, e indicam a necessidade de maiores e melhores investimentos.

Algumas das compreensões dos professores à respeito das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos JO 2016 se aproximam. Para os professores A, B, C e G os espaços, inclusive os que foram construídos em função dos JO 2016, não estão sendo utilizados como poderiam, assim como os espaços esportivos, o *Boulevard Olímpico* e até mesmo as instituições de ensino. Os entrevistados A e D mencionam que o legado enquanto política pública não aconteceu como esperado, e que em nenhuma edição dos JO aconteceu a apropriação dos equipamentos pela população após sua realização.

O site oficial Rede Nacional do Esporte apresenta o Plano de Políticas Públicas - Legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, no qual há

menção dos governos municipal, estadual e federal, da Autoridade Pública Olímpica (APO) e do Comitê Rio 2016. Este plano contempla 27 projetos de políticas públicas. O governo municipal do Rio de Janeiro descreve como uma das promessas de legado na área de “desenvolvimento social”, a montagem de quatro escolas da Arena do Futuro, com a previsão de conclusão no 3º trimestre de 2017. De acordo com o site, “após os Jogos, a Arena do Futuro será desmontada e transformada em quatro escolas municipais, cada uma com capacidade para 500 alunos. Três ficarão na região da Barra e Jacarepaguá e uma, em São Cristóvão” (BRASIL, 2014).

No entanto, a promessa de legado relacionado a educação para o lazer, do uso dos espaços e equipamentos pelo público, como a transformação de arenas em escolas e espaços de prática esportiva e de lazer não aconteceu¹⁹.

Com relação ao esporte escolar, Graeff, Bretherton e Piggin (2016) e Almeida (2016) mencionam que um estudo feito com professores desses setores demonstrou desconhecimento por parte dos entrevistados sobre o Dossiê de Candidatura, o planejamento e os legados para estimular o esporte. Graeff, Bretherton e Piggin (2016) ainda mencionam que os professores disseram que nunca houve tentativa de aproveitamento dos JO para estimular o esporte escolar.

Além disso, os entrevistados A e E apontam que o Parque Olímpico é distante das comunidades e não há ações para que se tenha acesso a ele. Para o entrevistado G, não houve um plano efetivo de políticas públicas que garantisse o

¹⁹ Arenas do Parque Olímpico que seriam transformadas em escolas e equipamentos esportivos estão abandonadas. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/arenas-do-parque-olimpico-que-seriam-transformadas-em-escolas-equipamentos-esportivos-estao-abandonadas-1-24085959>. Acesso em: 18 nov. 2019.

acesso aos espaços e equipamentos. Almeida (2016, p. 71) menciona que se os governos compreendem que os JO tem o potencial de impulsionar o esporte, lazer e a atividade física “[...] ele precisa investir em estratégias paralelas mais próximas a comunidades locais e oferecer meios e oportunidades de engajamento direto para as pessoas”.

É consenso entre os professores A, B e F a necessidade de uma política nacional de esporte e lazer, não uma política de governo, partidária, pois troca-se de gestão e muitas ações não conseguem se manter, acabam ou sobrevivem em más condições, portanto, é imprescindível que haja um “continuum” das intervenções. O entrevistado D menciona que há uma luta constante para que o esporte e lazer tenham legitimidade. Para Santos, Vivan e Rechia (2019, p. 77) até mesmo a EF enquanto disciplina curricular luta por sua legitimação e importância, de acordo com as autoras “[...] a Educação Física como disciplina curricular ainda luta para legitimar sua importância na escola, e junto a ela o lazer busca espaço para ser desenvolvido nesse ambiente”.

O entrevistado F ressalta a importância da diferenciação dos termos atividade e exercício físico, lazer e esporte e suas manifestações na construção e execução de políticas que sejam direcionadas de acordo com as especificidades de cada temática envolvida. Almeida (2016) argumenta que há certa confusão dos conceitos de esporte, atividade física, exercício físico, como se fossem a mesma coisa. Graeff, Bretherton e Pigginn (2016), e Mascarenhas (2018) corroboram com tal afirmação.

De acordo com os professores A, B, D, F e G faltam recursos e se investe pouco nas políticas públicas de esporte e lazer. O entrevistado A

menciona que as entidades esportivas, como o COB, por exemplo, investe pouco no esporte. O entrevistado B menciona que se investe pouco nas instituições de ensino, que é o principal local para a educação esportiva e de lazer. O entrevistado D indica que há diversos estudos que comprovam que o orçamento destinado ao esporte e lazer é muito baixo, insignificante. Para o entrevistado F e G as políticas estão atreladas à órgãos militares, e se investe pouco em outras possibilidades.

Para os professores A, B e E o certo seria o fortalecimento das instituições de ensino, que são mal utilizadas, pois se houvesse a possibilidade das escolas e das universidades receberem incentivo financeiro para fomentar o esporte por meio de parcerias com outras organizações haveria a possibilidade de modificar a situação atual. A visão dos professores corrobora com Santos, Rechia e Vivan (2019, p.77) quando utilizam-se da seguinte argumentação:

entendemos que a escola pode (e deve) ampliar o rol de conteúdos disponíveis em relação às escolhas dos sujeitos, no tempo e espaço de lazer, capacitando-os a participar da organização da cultura que se dá nesse fenômeno e compreender as questões hegemônicas que se estabelecem durante esse tempo.

Segundo os professores C e D houve avanços e crescimento nas políticas públicas de esporte e lazer na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como uma consolidação do próprio debate sobre as políticas de esporte e lazer, pois na visão do entrevistado C, antes não havia um debate acumulado sobre a temática das políticas públicas de esporte e lazer, e que o conhecimento a respeito do assunto trouxe profundidade ao tema.

Em geral, foram identificadas nas falas dos professores entrevistados percepções positivas e negativas sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil com a realização dos JO 2016. Neste cenário, verifica-se que há mais percepções negativas do que positivas sobre tal evento. Os aspectos negativos se referem, majoritariamente, à falta de políticas públicas e de legados, como a pouca ou má utilização social dos espaços e equipamentos construídos, considerando que os investimentos foram altos; Salieta-se ainda a falta de projetos e de programas, bem como a continuidade dos mesmos, como também o baixo orçamento destinado ao setor; Ressalta-se também diversos outros aspectos, como a falta de uma política nacional de esporte e lazer, a prioridade de investimento no esporte de alto rendimento, a construção de equipamentos em áreas militares, a má influência das federações na gestão, e as más condições das políticas em todos os níveis de governo. Ainda que, este último aspecto negativo descrito tenha sido mencionado, alguns professores veem avanços nas políticas de esporte e lazer, sugerindo que as instituições de ensino devem ser os principais locais a receber investimentos para incentivar a prática de atividades esportivas e de lazer, assim como, fomentar a educação para o lazer.

De acordo com Requixa (1980, p. 52), a função educativa do lazer possui “inegável importância social”. Para o autor, a educação para o lazer deve equilibrar a relação entre trabalho e lazer, exaltando a importância do lazer e do “valor emprestado ao tempo livre”, a conscientização da importância deste tempo e o discernimento para as escolhas das atividades, sendo que, em uma sociedade que prioriza “ter mais do que ser mais”, a educação para o lazer assume relevância, pois pode confrontar estes valores capitalistas com outros mais solidários e colaborativos a partir de visões racionais para uma “arte de

viver” (REQUIXA, 1980, p. 56), confrontando as “perspectivas instrumentais e utilitaristas que dão prioridade aos aspectos técnicos das atividades culturais no lazer, em detrimento à compreensão das relações e mediações humanas nelas vividos” (PINTO, 2008, p. 46).

Isso significa valorizar a relevância do lazer para a vida humana, priorizar o desenvolvimento pessoal e social, e as relações humanas e sociais que podem acontecer no tempo disponível, ou seja, que este tempo não seja apenas destinado à indústria cultural, direcionada ao consumismo, mas que possa contribuir para a construção de visões mais críticas e criativas a respeito das atividades do contexto do lazer e de outros contextos, gerando até mesmo novas perspectivas de mundo e de sociedade. Requixa (1980) destaca que até mesmo nos países desenvolvidos faltam iniciativas de educação para o lazer, para o aproveitamento do tempo livre, o que influencia nas escolhas por atividades, pois alguns indivíduos não as diversificam no tempo disponível, refletindo e representando características maçantes do trabalho, como agitação e preocupações.

Daí, a importância de facilitar-se a iniciação para o aprendizado de atividades de lazer [...] É, através delas, que o indivíduo iniciado disporá de melhores condições, de maior incentivo, ou para escolher entre as possibilidades que se lhe oferecem, ou para aprimorar-se e melhor usufruí-las. É uma aprendizagem que naturalmente se faz, com a aprendizagem dos próprios valores do lazer (REQUIXA, 1980, p.58).

Ainda sobre a educação para o lazer, Marcellino (2012, p. 55) salienta que sua função “[...] implica na necessidade de difundir seu significado, esclarecer a importância, incentivar a participação e transmitir informações que tornem possível seu desenvolvimento ou contribuam para aperfeiçoá-lo”. O autor

também aponta como possibilidade na educação para o lazer e sua vivência, a mudança de níveis elementares para superiores e críticos, como um mecanismo de combate aos conteúdos divulgados pelos meios de comunicação em massa, já que proporciona o alcance de níveis mais críticos, conscientizando os sujeitos. “Além disso, as barreiras impostas pelos preconceitos e pelas várias correntes ideológicas, verificadas no plano cultural, poderão ser relativizadas com mais facilidade, à medida que o lazer vá sendo convenientemente entendido em termos dos seus valores e funções” (MARCELLINO, 2012, p. 55).

Pinto (2008) caracteriza a relação entre lazer e educação “como processo/produto de formação humana”. De acordo com tal autora, a função educativa do lazer depende tanto de conhecimentos específicos sobre o tema como também de qualificação pertinente à formação e atuação no âmbito político, ético e estético que se concretizam nas vivências de lazer, como forma de propiciar igualdade de oportunidades e diversidade de práticas culturais. A autora sugere que a função política da educação para o lazer, se concretiza a partir da vinculação com a realidade, de sua compreensão, como forma de “[...] conhecê-la e de nela interagir com liberdade de expressão e de trocas de experiências entre diferentes sujeitos e grupos nesse processo” (p. 49).

Santos, Rechia e Vivan (2019, p.84) também entendem a compreensão e a leitura da realidade dos sujeitos como função e importante exercício na educação para o lazer:

Essa análise da realidade de qualquer ação cotidiana permite a reflexão sobre as atitudes que tomamos todos os dias e se elas realmente refletem o que desejamos para as nossas vidas, pausa necessária para todos os cidadãos, principalmente àqueles que se encontram no processo de formação inicial escolar e que passam por todas as variações físicas e psicológicas do crescimento e amadurecimento, de crianças para adolescentes e adultos jovens.

Pinto (2008) descreve a função ética da educação para o lazer como sendo a autonomia, a liberdade e a responsabilidade dos sujeitos e grupos, e o processo educativo do lazer pode incentivar o desenvolvimento e a vivência de valores éticos como “[...] tolerância, justiça, cooperação, solidariedade, respeito mútuo, confiança e outros” (PINTO, 2008, p. 49). Já a função estética da educação para o lazer é fundamentada “[...] no desenvolvimento da sensibilidade, autoconhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade cultural” (PINTO, 2008, p. 49).

Santos, Rechia e Vivan (2019) compreendem a função da escola com base no artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual indica o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para a cidadania e para o trabalho. Portanto, para as autoras, o lazer é uma das possibilidades para a construção da cidadania. Sua tematização é essencial no âmbito escolar, pois pode propiciar a consciência do direito ao lazer, e também contribuir para a transformação da visão que se tem de um tempo apenas de descanso, compensatório, alienado e de distração da realidade. “Portanto uma educação cidadã e mais especificamente a educação para o lazer tem a possibilidade de empoderar os indivíduos e torná-los emancipados” (SANTOS, RECHIA, VIVAN, 2019, p. 88).

Destaca-se então, a necessidade de ações que garantam a educação e o lazer como direitos sociais. A educação para o lazer tem o potencial de trazer contribuições para a educação, para a formação humana, ética e política, como: educar os cidadãos para o reconhecimento da importância do tempo de lazer, e o próprio entendimento do termo lazer e seu aperfeiçoamento; o equilíbrio entre

lazer e trabalho; maior compreensão da realidade e da sociedade, como das possibilidades, dificuldades, barreiras e os preconceitos existentes no acesso ao lazer; o confronto de valores capitalistas, promovendo a vivência de valores mais solidários e a valorização das relações humanas e sociais em detrimento do consumo; liberdade, autonomia, empoderamento e emancipação nas escolhas de atividades; compreensão, significação e reconhecimento das possibilidades e dificuldades para efetivação da educação e do lazer enquanto direitos sociais.

Evidenciamos a necessidade de estudos e estratégias para modificar o quadro atual, especialmente para as políticas públicas direcionadas ao lazer e à educação para o lazer. É necessário que os governos busquem alternativas para reverter a situação da falta de legado e de políticas públicas de esporte e lazer, dado a importância e o potencial do tema para a transformação social, construção da cidadania, apropriação de direitos sociais, minimização de barreiras sociais e a própria importância do lazer nas nossas vidas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil sediou e viveu um momento histórico de realização de ME, sendo os JO 2016 o mais expressivo deles, considerado o maior evento esportivo da contemporaneidade. Na visão dos professores entrevistados, o sucesso da realização dos JO 2016 em termos organizacionais foi uma marca. Por se tratar de um país em desenvolvimento, demandou um grande investimento para sua realização, que foi pautada em grandes reestruturações. Houve uma ampla reestruturação do centro da cidade do Rio de Janeiro, onde situa-se a região portuária e o *Boulevard* Olímpico, que concentram uma série de atrações turísticas. Também houve grandes obras relacionadas aos espaços e equipamentos do Parque Olímpico, e de obras de transporte e mobilidade. O modelo dos JO 2016 baseou-se no modelo de Barcelona 1992, no qual também houve uma grande reestruturação, principalmente da região do porto da cidade, tornando-se um destino turístico global.

Foram atingidos os objetivos do trabalho, sendo eles: 1) Identificar e analisar a produção bibliográfica referente aos Jogos Olímpicos de 2016; e 2) Identificar e analisar os significados e os legados sociais positivos e negativos em função da realização dos Jogos Olímpicos 2016 para professores de cursos de graduação em Educação Física que atuam em instituições localizadas no município do Rio de Janeiro.

O principal significado dos JO 2016 mencionado pelos professores entrevistados é a visibilidade do país e da cidade sede, ou seja, do Brasil e do Rio de Janeiro. Isso corrobora com a literatura, o que nos remete a noção de que a

visibilidade e a imagem do país e da cidade representam um importante fator para a realização de ME. Assim, a reestruturação e a revitalização do local sede com objetivo de exibir sua imagem, estimular a visibilidade internacional, e reposicionar o país e a cidade enquanto potência econômica e global têm sido aspectos comuns na realização de ME e nos projetos de *marketing* de destinos turísticos.

A falta de um planejamento longitudinal para as políticas esportivas, a falta de uso dos equipamentos, as crises, a corrupção, a interrupção e o descaso com as políticas públicas são os significados negativos dos JO 2016 indicados pelos professores de EF entrevistados, que geram sentimentos negativos na população. Já a adesão ao evento e a participação popular foram indicadas como significados positivos, portanto, podem gerar sentimentos positivos quando são estimulados.

Verificamos que os ME podem ter diferentes representações e significados, inclusive em suas diferentes fases, como antes, durante e após sua realização, podendo gerar sentidos positivos e negativos, fato que também pode se modificar. Em função disso, é essencial um planejamento adequado, visando princípios de transparência e igualdade na utilização e distribuição dos recursos no país e cidade sede, assim como a gestão após o evento, garantindo maior participação popular e podendo gerar mais aspectos positivos de sua realização do que negativos.

A partir das evidências mencionadas pelos professores, o principal legado positivo é a infraestrutura, que foi apontado por todos os entrevistados, sendo a revitalização do centro da cidade, da região portuária, e a construção do

Boulevard Olímpico um importante legado dos JO 2016. A revitalização do centro da cidade do Rio de Janeiro é um dos principais ganhos em infraestrutura mencionados pelos professores, pois tratava-se de uma área degradada e abandonada, e que após a reestruturação se consolida como um dos principais pontos turísticos da cidade, que concentra uma série de atrações e pontos turísticos.

Todos os professores reconheceram que o principal legado negativo dos JO 2016 é a falta de legado. As argumentações que justificam as respostas dos professores se referem principalmente, a falta de legado para o esporte, falta de projetos, pouca apropriação e má utilização das estruturas e equipamentos esportivos pela sociedade. Também foram mencionados os altos custos e a má utilização do dinheiro público.

Sobre a prática de atividade física, esporte e lazer, os professores entrevistados dizem que não houve aumento nesse sentido, sendo que o Rio de Janeiro é uma cidade partida, que possui infraestrutura dividida, e a maior participação da população em atividades físicas e de lazer poderia acontecer se fosse um evento planejado, com diretrizes políticas bem delineadas, além de investir em estratégias próximas à população.

Todos os professores mencionaram que faltam políticas públicas e legados, assim como também sintetizaram aspectos da realidade atual do setor, e os problemas e as dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Alguns professores indicam as instituições de ensino como espaços que poderiam e deveriam receber maiores incentivos para a construção

e execução de políticas públicas de esporte e lazer, o que poderia contribuir para a reversão do quadro atual, da falta de legados.

Apesar dos aspectos problemáticos evidenciados referentes às políticas públicas de esporte e lazer, os professores sugerem que houve avanços nas políticas, no entanto, o momento atual não tem sido positivo para o setor.

Observamos que as motivações que levaram o Brasil a sediar os JO 2016 se referem a agenda política externa e o fato de serem os primeiros JO de Verão realizados na América do Sul. Assim, o maior objetivo dos Jogos foi o de mostrar a força econômica do país naquele momento, tentando fortalecer sua parceria com outros países e organizações e se posicionar enquanto líder regional na América do Sul, já que seriam os primeiros JO no continente, que também é constatado como uma das principais motivações do país. Portanto, constatamos que a atividade física, o esporte e o lazer não foram tomados como principais motivações dos Jogos.

Os JO 2016 podem ter representado os últimos Jogos ‘megalomaniacos’, ou seja, de grandes investimentos, grandes reestruturações, megaconstruções, visto que a Agenda 2020 foi elaborada no intuito de minimizar os impactos e legados sociais negativos de tais eventos. Evidenciamos a necessidade de outros estudos sobre os ME e os JO, a fim de identificar seus impactos e legados sociais nos países e cidades anfitriões.

REFERÊNCIAS*

AMÉRICO, M; MARGADONA, L. A. A fotografia dos Jogos Olímpicos Rio 2016: mídias sociais, memes e enagajamento. **Rev. Discursos fotográficos**, v. 13, n. 23, p. 112-138. (2017).

ALMEIDA, B.S; JÚNIOR. M. W. **O Brasil e os megaeventos esportivos: os subsídios da política externa.** **Motrivivência**, v. 26, n. 42, pp.13-26. 2014.

ALMEIDA, B. S. Megaeventos esportivos, política e legado: o Brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. **Rev. Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 25, n. 2, p. 68-80. 2016.

AZZINI, E. P; PATREZE, N. S; LOPES DA SILVA, C. Jogos Paralímpicos de 2016: impactos sociais e as políticas públicas de esporte e lazer. **Rev. CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 9, n. 1, 2017, p. 1-13.

BETTI, M. Esporte e sociologia. **Rev. Motrivivência**, Ano I, N° 2, p.7-11, Junho/1989.

BETTI, M. **Mídia e educação: Análise da Relação dos Meios de Comunicação de Massa com a Educação Física e os Esportes.** Seminário Brasileiro em Pedagogia do Esporte. 1998. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/313774344_MIDIA_E_EDUCACAO_Analise_da_Relacao_dos_Meios_de_Comunicacao_de_Massa_com_a_Educacao_Fisica_e_os_Esportes>.

* Baseadas na norma NBR 6023, de 2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

BRACHT, V. **Cultura Corporal, Cultura de Movimento ou Cultura Corporal de Movimento?** In: SOUZA JÚNIOR, M. Educação Física Escolar: teoria e política curricular, saberes escolares e proposta pedagógica. Recife: EDUPE, 2005. p. 97-106.

BRACHT, V. **A Gênese do Esporte Moderno.** In: BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. 3ª edição. Editora Unijuí, p. 13-20. 2005.

COALTER, F. Game Plan and The Spirit Level: the class ceiling and the limits of sports policy. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 5, n. 1, p. 3-19. 2012.

CURI, M. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 65-88, jul./dez. 2013.

DACOSTA, L.P.; MIRAGAYA, A. **Estado da arte do conhecimento sobre legados de megaeventos esportivos no exterior e no Brasil.** In: RODRIGUES, R.P. et al. Legados de Megaeventos Esportivos. Eds: Lamartine DaCosta, Dirce Corrêa, Elaine Rizzuti, Bernardo Villano e Ana Miragaya. Brasília, Ministério do Esporte, p. 33-46. 2008.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/ 2002.

FACINA, T. "Algumas Olimpíadas". Antípoda, **Rev. de Antropología e Arqueología**, v. 30, p.156-158. 2018.

FAGERLANDE, S. M. R. A favela é um cenário: tematização e cenarização nas favelas cariocas. **Rev. de Arquitectura**, v. 19, n. 1, p. 6-13. 2017.

GIRGINOV, V; HILLS, L. A sustainable sports legacy: creating a link between the London Olympics and sports participation. **International Journal of the History of Sport**, v. 25, n. 14, 20910-2116. 2008.

GRAEFF, B; BRETHERTON, P; PIGGIN, J. Atividade Física e Jogos Olímpicos: reflexões a partir de Londres 2012 e Rio 2016. **Rev. Ciência e Cultura**, v. 68 n. 2, p. 37-43. 2016.

GRATTON, C; PREUS, H. "Maximizing Olympic impacts by building up legacies". *The International Journal of the History of Sport*, 25, 1922-1938. 2008.

LIMA, E; MAIA, T. S. T; LOBOSCO, A; MORAES, M. B. Megaeventos esportivos frente a pequenos eventos: reflexões considerando-se a realidade brasileira recente. **Rev. PODIUM, Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 5, n. , p. 89-110. 2016.

LOPES DA SILVA, C; ROBINSON, T. M; WALKER, M. B; GARNET, R; SILVA, W. M; PATREZE, N. S. 2016 Olympic Games: social impacts for public parks goers. **Rev. CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v.9, n.2, 2017. p. 1-10.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e sociedade**: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (Coleção estudos do lazer). p. 11-26.

MARCELLINO, N. C. (org.). **Estudos do lazer: uma introdução**. 5. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção Educação Física e esportes).

MARCELLINO, N. C. **Legados de megaeventos**: abordagem geral. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Legados de Megaeventos Esportivos*. Papirus: Campinas, SP, 2013. p. 9-18.

MASCARENHAS, G. Justiça ambiental e produção do espaço nos Jogos Rio 2016: o paradoxo do Golfe Olímpico. **Rev. Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 32, e32541. 2018.

MELO, E. O. S; GAFFNEY, C. **Mega-eventos esportivos no Brasil**: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos. 2010. Disponível em:< <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Artigo-Megaeventos.doc>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MENDES, A. F; LEGROUX, J. BRT Transoeste: conflitos urbanos e contradições espaciais na “cidade atrativa”. **Rev. Direito & Práxis**, v. 7, n. 4, p-13-42. 2016.

MIAGUSKO, E. Antes da Copa, depois do Pan: o Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos. **Civitas**, Porto Alegre, v.12, n.2, p. 395-408. 2012.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 9-29, 1994.

MÜLLER, M. “What makes an event a mega-event? Definitions and sizes”. *Leisure Studies*, v. 34, n. 6, 627-642. 2015.

PINTO, L. M. S. M. **Lazer e educação: desafios da atualidade**. In: Marcellino, N. C. (org) *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (Coleção estudos do lazer). p. 45-61.

PREUSS, H. **Aspectos sociais dos Megaeventos Esportivos**. In: RUBIO, K. (org.). *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. Casa do Psicólogo: São Paulo, p. 13-35. 2007.

PREUSS, H; SCHÜTTE, N; KÖNECKE, T; DACOSTA, L; Valores associados aos Jogos Olímpicos. *Rev. Ciência e Cultura*, v. 68 n. 2, p. 43-49. 2016.

REPPOLD FILHO, A. R. Jogos Olímpicos Rio de Janeiro 2016. Rev. **Ciência e Cultura**, v. 68 n. 2, p. 22-26. 2016.

REQUIXA, R. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. 1. ed. São Paulo, [s.n.]. 1980. 0 v. 103 p.

ROBINSON, T. M; LOPES DA SILVA, C.; PATREZE, N. S. Rio 2016 Olympic Games and the social impacts of megaevents: a qualitative study. **Rev. Licere**, Belo Horizonte, v.20, n.3, set/2017. p. 348-366.

ROLNIK, R. Jogos Olímpicos e direito à moradia adequada. Rev. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 2, p. 31-36. 2016.

RUBIO, K. Do Olimpo ao Pós-Olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Rev. Paulista de Educação Física - USP**, v. 16, n. 2, p. 130-43, jul./dez. 2002.

RUBIO, K. (org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SANTOS, K. R. V.; RECHIA, S. A.; VIVAN, A. T. Educação para o lazer em aulas de Educação Física: desvendando “boas práticas”. **Revista Científica Interdisciplinar** - Instituto Federal do Paraná - IFPR Paranaguá, v5, n. 1. julho, 2019.

SEBASTIÃO, S; LEMOS, A. A voz da comunidade na preparação de Megaevento: RIO 2016. Rev. **Cuadernos.info**, v. 39, p. 209-224. 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, A. C. Mobilidade turística nos Jogos Olímpicos de Verão Rio 2016. **Dissertação (Mestrado em Ciências)** – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, em 2018.

SOUZA, D. L; CASTRO, S. B. E; ALMEIDA, B. S; SILVA, A. B. T.; SOUZA, A. P. P. de. Propostas de legados esportivos em função dos Jogos “RIO 2016”. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S652-S666, abr./jun. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa qualitativa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UVINHA, R. R; CHAN, C. S; MAN, C. K; MARAFA, L. M. Sport tourism: a comparative analysis of residents from Brazil and Hong Kong. **Rev. Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, n.1, p. 180-206, jan./abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v12i1.1374>.

VAZQUEZ, A. C. B. De cidade maravilhosa à cidade mercadoria: o Rio de Janeiro como valor de troca. **EM PAUTA, Rev. da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, v. 15, n. 39, p. 224-238. 2017.

VELOZO, E. L. Cultura de movimento e identidade: a Educação Física na contemporaneidade. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

VICO, R. P; UVINHA, R. R; GUSTAVO, N. Sports mega-events in the perception of the local community: the case of Itaquera region in São Paulo at the 2014 FIFA World Cup Brazil, **Rev. Soccer & Society**, 20:6, 810-823, DOI: <https://doi.org/10.1080/14660970.2017.1419471>.

WISE, N; POLIDORO, M; HALL, G; UVINHA, R. R. User-generated insight of Rio's Rocinha favela tour: Authentic attraction or vulnerable living environment?

Rev. Local Economy, v. 34, n.7. p. 680–698, 2019. DOI:
<https://doi.org/10.1177%2F0269094219889881>.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil”.

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1) Qual sua experiência profissional com a EF? (Porque resolveu se formar nesta área, qual o envolvimento com o campo, disciplinas ministradas).
- 2) Você sempre quis ser professor? Houve alguma influência externa ou de alguém? Quando isso aconteceu?
- 3) Você possui experiência com esporte, lazer, políticas públicas ou gestão? Experiência científico/acadêmica ou profissional (pergunta feita de acordo com a experiência identificada no currículo lattes, por exemplo, se constatado no currículo experiência com lazer, a pergunta era realizada com base nisso, qual a experiência do entrevistado com lazer).
- 4) Você já estudou, desenvolveu pesquisa ou algo de caráter acadêmico e científico relacionado aos ME no Brasil ou em outros locais sede?
- 5) Você já participou de algum ME (gestor, espectador, torcedor...)? Você participou dos Jogos Olímpicos 2016 de alguma forma?
- 6) Houve algum momento marcante em relação ao ciclo olímpico Rio 2016 para você? Qual?
- 7) Qual o significado dos JO 2016 para você?
- 8) Quais os legados sociais positivos dos JO 2016 para você?
- 9) Quais os legados sociais negativos dos JO 2016 para você?
- 10) Qual sua percepção sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil?
- 11) Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....161

ANEXO B – Parecer Comitê de Ética em Pesquisa UNIMEP.....165

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE****(Conf. Resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde)**

Projeto de pesquisa: “Jogos Olímpicos 2016: Significados e legados para professores universitários do Rio de Janeiro”.

Pesquisador: Nathalia Sara Patreze

Orientadora: Profa. Dra. Cinthia Lopes da Silva

Eu, _____, _____
anos de idade, RG _____, Residente à
_____, nº _____, bairro
_____, cidade _____, voluntariamente concordo
em participar do projeto de pesquisa acima mencionado e que será detalhado a
seguir.

Este trabalho trata-se de uma investigação científica que tem como objetivos: 1) Realizar uma pesquisa bibliográfica sobre os megaeventos esportivos e as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, 2) Identificar e analisar os significados e os legados positivos e negativos em função da realização dos Jogos Olímpicos 2016 para professores de cursos de Graduação em Educação Física que atuam em instituições localizadas no município do Rio de Janeiro. Sua importância se justifica, pois esta pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de novos conhecimentos para a área das Ciências do

Movimento Humano relacionados aos significados e legados positivos e negativos dos Jogos Olímpicos 2016 no Brasil para professores do ensino superior em Educação Física do município do Rio de Janeiro. O procedimento utilizado será entrevistas com professores de ensino superior que estão cadastrados nos sites das instituições cadastradas no portal do MEC e possuem experiência e/ou ministram disciplinas referentes aos aspectos sociais do esporte, ao lazer, políticas públicas, gestão esportiva, com o intuito de identificar os significados e os legados positivos e negativos dos Jogos Olímpicos 2016.

Para os sujeitos que nos derem retorno positivo marcaremos um dia para a explicação acerca dos objetivos da pesquisa e seus procedimentos e, caso aceitem a participação, será entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assinatura. Os riscos serão mínimos, podendo haver a situação do entrevistado não querer responder alguma pergunta ou demonstrar constrangimento no momento da entrevista. No entanto, sempre que isso for identificado o pesquisador tentará contornar a situação respeitando as opiniões dos entrevistados sejam elas quais forem, e respeitada sua vontade também, será ainda possível interromper as entrevistas.

Será também feito o esclarecimento de que o pesquisador respeitará a opinião dos entrevistados seja ela qual for, e em caso de desconforto ou constrangimento os participantes da pesquisa poderão procurar o Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) pelo telefone (19) 31241513 ramal 1274 e/ou email comitedeetica@unimep.br.

Ao que se refere ao procedimento da pesquisa será realizada entrevista semiestruturada com professores de cursos de Graduação em Educação Física que atuam em instituições localizadas no município do Rio de

Janeiro. Os dados serão coletados por meio da técnica de entrevista. As entrevistas serão baseadas em questões como: 1) Qual sua experiência com esporte, lazer e políticas públicas? 2) Qual o significado dos Jogos Olímpicos 2016 para você? 3) Quais os legados positivos e negativos dos Jogos Olímpicos 2016 para você? 4) Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

Para esse tipo de contato previsto os riscos são mínimos para os voluntários participantes da pesquisa. Em caso de publicação futura dos dados coletados (em congressos, artigos científicos, livro, encontros científicos de modo geral) será mantido total sigilo com relação ao nome dos participantes da pesquisa.

Os riscos para os voluntários da pesquisa são mínimos tratando-se de uma entrevista semiestruturada, na qual não há contato físico com os entrevistados, apenas gravação de suas falas, podendo a entrevista ser interrompida a qualquer momento de acordo com a vontade do entrevistado. Os benefícios para os entrevistados são no sentido de fornecer dados sobre suas visões e contribuir para produzir, ampliar e qualificar o conhecimento científico. Também como benefício há a possibilidade de reflexão por parte do entrevistado acerca do tema em questão.

Em qualquer etapa do estudo o voluntário poderá ter acesso ao responsável pelo desenvolvimento da pesquisa, para eventuais esclarecimentos de dúvidas que possam surgir via email: cinthiasilva@uol.com.br / nathalia_pa13@hotmail.com ou comitedeetica@unimep.br. O contato pode ser também pelos telefones (19) 98129-3565 (Cynthia Lopes da Silva) / (19) 97169-1183 (Nathalia Sara Patreze) ou (19) 31241513 ramal 1274 (Comitê de ética em

Pesquisa da UNIMEP). Os participantes da pesquisa têm liberdade em desistir da referida investigação a qualquer momento sem ter qualquer prejuízo financeiro ou pessoal por isso.

Este trabalho é parte de um projeto de mestrado, vinculado à Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Os benefícios deste estudo serão os de contribuir com a produção do conhecimento científico acerca dos Jogos Olímpicos 2016 e as políticas públicas de esporte e lazer, sendo os significados e os legados de tal evento o foco principal da investigação. Somado a isso, próximas edições destes eventos, sediados no Brasil, ou até mesmo em países do exterior, poderão ter como referência os conhecimentos aqui produzidos, tendo como base uma experiência anterior servindo-lhe de exemplo, norteando o planejamento de megaeventos esportivos, maximizando os legados positivos e minimizando os legados negativos de sedialos, levando em consideração as particularidades de cada local.

Piracicaba,____, de _____de 2019.

Cinthia Lopes da Silva (orientadora)

Nathalia Sara Patreze (mestranda)

Entrevistado

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



UNIVERSIDADE METODISTA
DE PIRACICABA - UNIMEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Significados e legados dos Jogos Olímpicos 2016 para professores do ensino superior em Educação Física do município do Rio de Janeiro

Pesquisador: Nathalia Sara Patreze

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 95895118.3.0000.5507

Instituição Proponente: Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

Patrocinador Principal: Capes Coordenação Aperf Pessoal Nível Superior

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.921.205

Apresentação do Projeto:

Projeto adequadamente apresentado, contendo os dados básicos necessários para sua análise.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos coerentes com o projeto apresentado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos aos sujeitos são mínimos e o projeto assegura o cuidado para reduzi-los. Os benefícios (diretos e indiretos) aos sujeitos estão presentes e superam os riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Destacam-se a relevância e as contribuições da pesquisa apresentada. As bases teóricas estão adequadas, a metodologia é coerente e a coleta de dados é adequada à proposta.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos obrigatórios apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este colegiado acolhe o parecer acima descrito e aprova o projeto.

Endereço: Rodovia do Açúcar, Km 156

Bairro: Taquaral

CEP: 13.400-911

UF: SP

Município: PIRACICABA

Telefone: (19)3124-1513

Fax: (19)3124-1515

E-mail: comitedeetica@unimep.br



UNIVERSIDADE METODISTA
DE PIRACICABA - UNIMEP



Continuação do Parecer: 2.921.205

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1182779.pdf	03/09/2018 15:03:33		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento.docx	03/09/2018 14:51:25	Nathalia Sara Patreze	Aceito
Brochura Pesquisa	Projeto_de_pesquisa.docx	22/07/2018 12:45:01	Nathalia Sara Patreze	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_mestrado.docx	22/07/2018 12:44:46	Nathalia Sara Patreze	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_pesquisadores.pdf	19/07/2018 12:49:18	Nathalia Sara Patreze	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	19/07/2018 12:47:52	Nathalia Sara Patreze	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PIRACICABA, 27 de Setembro de 2018

Assinado por:
Daniela Faleiros Bertelli Merino
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia do Açúcar, Km 156
Bairro: Taquaral CEP: 13.400-911
UF: SP Município: PIRACICABA
Telefone: (19)3124-1513 Fax: (19)3124-1515 E-mail: comitedeetica@unimep.br